

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**EDUCAÇÃO MILITAR PÓS-1985: OS CURRÍCULOS DA ESCOLA
DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME)**

Marilea Lima Prazeres Amaral

Recife - PE
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**EDUCAÇÃO MILITAR PÓS-1985: OS CURRÍCULOS DA ESCOLA
DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Mestranda: Marilea Lima Prazeres Amaral

Orientador: Jorge Zaverucha, PhD

Recife-PE

2007

Amaral, Marilea Lima Prazeres

**Educação militar pós-1985 : os currículos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro (ECEME). – Recife: O Autor, 2007.
184 folhas : il., tab.**

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Ciência Política. Recife, 2007.

Inclui: Referências bibliográficas e anexos.

1. Educação Militar – Brasil – Exército. 2. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro (ECEME). 3. Curso de Comando e Estado-Maior – Análise – institucional. 4. Currículos – Fim do Regime Militar. I. Título.

**355.23
355.0071**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2007/82**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

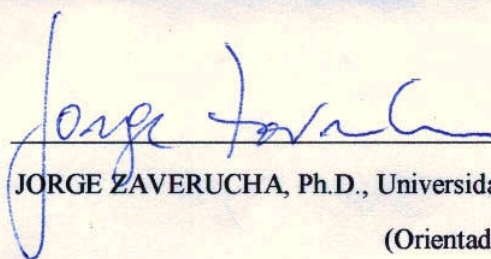
Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

MARILEA LIMA PRAZERES AMARAL

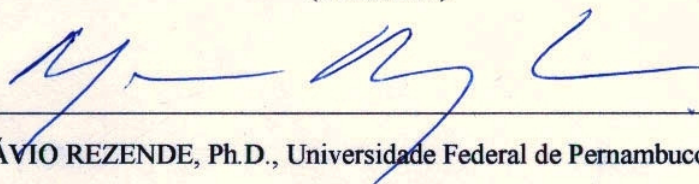
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA EM 30/08/2007 PELA SEGUINTE

BANCA EXAMINADORA:



JORGE ZAVERUCHA, Ph.D., Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

(Orientador)



FLÁVIO REZENDE, Ph.D., Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

(Examinador Interno)



CARLOS ROBERTO M. NUMERIANO, Dr., Escola Superior de Relações Públicas
(ESURP)

(Examinador Externo)

Ao meu Deus, cuja presença eu pude sentir ao longo da caminhada. Ao meu love, William, cujo apoio e amor incondicionais foram indispensáveis. À minha mãe, Maria das Graças, cujas orações e cuidado sem fim foram meu sustento. A vocês, meus grandes amores, DEDICO este trabalho.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que concedeu a bolsa de mestrado, permitindo minha dedicação integral ao curso e à dissertação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Zaverucha, a quem sou grata por ter aceitado minha orientação, e por ter contribuído com sugestões e idéias sem as quais o trabalho não teria chegado até aqui.

Aos professores Flávio Rezende e Ernani Carvalho, pelas sugestões durante o processo de qualificação.

À companheira de jornada, Kelly Soares, pelo apoio e amizade.

À Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na pessoa do major Cyrillo, pelo esforço em atender meus pedidos, e pela atenção durante minha pesquisa.

Ao amigo tenente-coronel Martinelli, pela ajuda na hora mais necessária.

Aos queridos amigos Amaral e Vanise, Marizinha e Bittencourt – sem vocês minha estada no Rio teria sido bem complicada...

Finalmente, àquelas pessoas que foram fundamentais: meu amado, William, que sempre acreditou no meu trabalho, minha mãe amada, meu irmão Marcos e meu "braço direito" Maria. E, acima de tudo, a DEUS.

"Ao Exército tudo devo, minha educação, a formação do meu caráter e as habilitações que me foi dado adquirir".

(marechal Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro presidente do Regime Militar e ex-comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército)

RESUMO

Este trabalho é uma análise institucional dos currículos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro (ECEME), mais precisamente do Curso de Comando e Estado-Maior, das primeiras décadas após o fim do Regime Militar (1985-2006). O propósito é observar em que medida as mudanças políticas no contexto nacional e dentro do Sistema de Ensino do Exército, a partir de 1985, produziram alterações institucionais significativas na Escola, superando o modelo da Doutrina da Segurança Nacional. O foco da observação foram os currículos e planos de disciplinas, assim como documentos publicados pelo Exército relativos ao seu sistema de ensino. Os resultados mostraram que a partir de 1989 mudanças aconteceram como resultado das novas regras instituídas pela organização militar e pelo jogo democrático. A Escola, que forma os comandantes e líderes do Exército, começou a delinear um perfil profissional mais adequado para as funções que o militar deverá desempenhar dentro das "novas missões" que emergiram no pós-1985. Todavia, ainda recorre a protocolos da Doutrina da Segurança Nacional em determinados campos de estudo, o que é incompatível com a democracia.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Educação Militar – Brasil – Exército. 2. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro (ECEME). 3. Curso de Comando e Estado-Maior – Análise – institucional. 4. Currículos – Fim do Regime Militar.

ABSTRACT

This research is an institutional analysis of schedules of the Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) of the Brazilian Army, more exactly of the Curso de Comando e Estado-Maior (command and general staff course), in two first decades after Military Regimen (1985-2006). The purpose is to observe if changes politics in the national context and inside of the Sistema de Ensino do Exército (system of education of the army) from 1985 it had produced significant institutional alterations in the military college, surpassing the model of the Doctrine of the National Security. The focus of our comment had been schedules and schemes of subjects, as well as documents from Brazilian Army relative to its system of education. The results had shown that from 1989 changes it had happened, as resulted of new rules formalized for the Army and democratic game. The military college that instruct commanders and leaders it started to outline adjusted professional profile for functions that the brazilian military will play inside of the “new missions” that it had emerged after 1985. However, the military college still uses elements of the Doctrine of the National Security in determined study fields, and this is not compatible with democracy.

KEYWORDS: 1. Military Education – Brazil – Army. 2. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército brasileiro (ECEME). 3. Command and General Staff Course – Analysis – institutional. 4. Schedules – End of Military Regime.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 : Perfil dos Entrevistados	175
Tabela 2: Problemas críticos do Brasil	175
Tabela 3: Causas dos Problemas	176
Tabela 4: Situação do Brasil no futuro.....	176
Tabela 5 : Riscos.....	176
Tabela 6: Conflito entre grupos	177
Tabela 7 : Características da Democracia	177
Tabela 8: Fatores que comprometem a democracia.....	178
Tabela 9 : Os direitos dos indivíduos.....	178
Tabela 10: Desenvolvimento e segurança.....	178
Tabela 11: Situação das Forças Armadas no futuro	179
Tabela 12: Problemas das Forças Armadas.....	179
Tabela 13: Política salarial e previdenciária.....	180
Tabela 14: Educação militar X Cívica	180
Tabela 15 : Quem decide.....	180
Tabela 16: Definição de Forças Armadas	181
Tabela 17: Criação do Ministério da Defesa	182
Tabela 18 : Política de Defesa Nacional	182
Tabela 19: Missões	183
Tabela 20: Missões de paz	183
Tabela 21: Área mais indefesa	184

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – ORIENTAÇÃO TEÓRICA	
1.1 Revisando a literatura: os militares, a formação castrense e engajamento político no Brasil.....	15
1.2 Delimitando o problema de pesquisa.....	21
1.3 Parâmetros teóricos	
1.3.1 O profissionalismo militar e a política	22
1.3.1.1 O modelo de Samuel Huntington	23
1.3.1.2 O modelo de Morris Janowitz	27
1.3.1.3 O Novo Profissionalismo de Stepan ou a Ideologia da Segurança Nacional	29
1.4 Parâmetros conceituais	37
CAPÍTULO 2 – INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES	40
CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO MILITAR PÓS-1985	
3.1 O Sistema de Ensino do Exército	45
3.1.1 A modernização do ensino: nova política educacional do Exército	47
3.2 A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)	50
3.2.1 O Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM)	52
3.3 Análise Institucional: Resultado e Discussões	54
3.3.1 Currículos e Planos de Disciplinas do CCCEM (Primeiro Período:1985-1988)	55
3.3.2 Currículos e Planos de Disciplinas do CCCEM (Segundo Período:1989-2006)	58
CAPÍTULO 4 – A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO EXÉRCITO (1808-1985)	
4.1 Os militares no Período Monárquico.....	73
4.2 A Doutrina Positivista ou o Soldado-Cidadão	74
4.3 O Profissionalismo Militar ou o Soldado Apolítico	79
4.4 A Doutrina Góes Monteiro ou o Soldado-Corporação	86
4.5 A Doutrina da Segurança Nacional ou o Novo Profissional da Segurança Interna	
4.5.1 A Escola Superior de Guerra (ESG): Doutrina e Método	93
4.5.2 O Regime Militar e a formação do oficial do Quadro de Estado-Maior (QEMA) .	96
CAPÍTULO 5 – O EXÉRCITO APÓS O FIM DO REGIME MILITAR (1985-2006)	
5.1 As novas regras do jogo político	

5.1.1 A Constituição Federal de 1988	106
5.1.2 O Ministério da Defesa e a Política de Defesa Nacional	108
5.2 O Exército pós-1985: Missões	
5.2.1 Defesa Externa	
5.2.1.1 As Doutrinas Gama e Delta	113
5.2.2 Defesa Interna	
5.2.2.1 Garantia da Lei e da Ordem	115
5.2.3 Operações de paz	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
ANEXO A - Currículo e Certidão de Disciplinas (Primeiro Período: 1985-1988)	141
ANEXO B - Currículo do Segundo Período (1989-2006)	147
ANEXO C - Certidão de Disciplinas (1989-2002)	149
ANEXO D – Plano da Disciplina Ciências Gerenciais (2003-2006)	151
ANEXO E – Plano da Disciplina Operações de Escalões da Força Terrestre (2003-2006)	156
ANEXO F – Plano da Disciplina Comunicação Social (2003-2006)	159
ANEXO G – Plano da Disciplina Estratégia (2003-2006)	162
ANEXO H – Plano da Disciplina Política (2003-2006)	165
ANEXO I – Plano da Disciplina Garantia da Lei e da Ordem (2003-2006)	168
ANEXO J – Survey com oficiais	173

INTRODUÇÃO

A profissão militar passou por várias modificações antes de chegar ao estágio que hoje conhecemos. Nos exércitos europeus do século XVI predominava o oficial mercenário, uma espécie de empresário que organizava sua companhia de homens e alugava os serviços das armas. O oficialato não era profissão, mas simplesmente um negócio que gerava lucros. Nos séculos XVII e XVIII, quando foram constituídas as monarquias absolutistas, o oficial mercenário foi substituído pelo aristocrata amador – um fiel servidor da Coroa que tinha por missão controlar o exército para a manutenção do rei. Para os nobres, o oficialato significava uma honra ou apenas uma grande aventura.

Somente nas últimas décadas do século XIX o corpo de oficiais deixou de ser privilégio de aristocratas, tornando-se uma carreira burocrática com acesso franqueado às diferentes camadas da burguesia européia. Nesse processo, a educação militar assumiu posição privilegiada quando se tratava de formar o militar profissional.

No Brasil, o oficialato profissional surgiu no fim do século XIX. Antes, ainda no Brasil Colônia, apenas portugueses ou brasileiros com títulos de nobreza recebiam a patente de oficial. Com a vinda da Corte Portuguesa não somente surgiu a necessidade de um exército profissional, como foi criada a primeira escola militar brasileira aberta aos nativos sem "nobreza de espada": a Real Academia Militar.

Desde a criação dessa escola até nossos dias, o desenvolvimento institucional das escolas militares brasileiras foi surpreendente. E não existem dúvidas de que essas organizações não somente refletiram o próprio desenvolvimento institucional das Forças Armadas, como também contribuíram para delinear o perfil do militar nativo, criando e reforçando crenças, tradições, valores, e moldando sua identidade e preferências.

Nesse sentido, minha pesquisa tem o propósito de verificar os atuais procedimentos educacionais formadores do oficialato do Exército, em um dos seus espaços de ensino mais importantes: a Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME). O sistema educacional da Força compreende os sistemas de ensino Militar Bélico, Científico-Tecnológico, de Saúde, Complementar e Cultural. O Sistema de Ensino Militar Bélico inclui várias escolas, mas apenas três institutos são os responsáveis pela formação dos oficiais de carreira das Armas (os combatentes): AMAN, EsAO e ECEME. Ao colocar essas três escolas em uma escala de importância institucional, a ECEME ocupa o primeiro lugar, pois é o espaço que forma a liderança da organização. Esta foi razão de minha escolha como espaço de investigação.

Uma vez encerrado o Regime Militar, pareceu-me interessante saber quais os protocolos oficiais utilizados para ensinar os futuros líderes e comandantes da força armada hegemônica no novo contexto político. Assim, optei pela observação dos currículos e planos de disciplinas do Curso de Comando e Estado-Maior em um corte temporal que vai de 1985 a 2006. Nesse intervalo mudou o cenário político brasileiro, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 – elaborada para garantir direitos voltados para a cidadania –, a criação da Política de Defesa Nacional e do Ministério da Defesa, vistos como novos parâmetros para a relação civil-militar.

Busquei observar se esse novo contexto de alguma maneira influenciou o ensino aplicado aos oficiais-alunos da Escola, cujo modelo durante o Regime Militar era o da Doutrina da Segurança Nacional (DSN). Meu método seguiu a concepção neo-institucional, utilizando como instrumentos de pesquisa referências bibliográficas e documentos publicados pelo Exército.

O primeiro capítulo do trabalho discute o *estado da arte*, ou os estudos contemporâneos sobre os militares e a política, com foco naqueles que tratam sobre a

educação militar. Também inclui uma pequena discussão sobre as teorias e métodos escolhidos para embasar esta pesquisa.

O segundo capítulo, por sua vez, traz uma breve, mas fundamental, discussão sobre as características das organizações e das instituições, bem como os postulados da abordagem neo-institucional. Tomo como ponto de partida as considerações de Hall e Taylor no estudo *As Três Versões do Neo-Institucionalismo* (2003), onde o autor mostra o que há de novo nessa proposta teórica e como ela está subdividida em várias tendências, as quais não apenas a fortalecem, mas também enriquecem os estudos sobre instituições na Ciência Política contemporânea.

No terceiro capítulo analiso o sistema de ensino e o plano de modernização da educação do Exército implantado a partir de 1994, para depois me ater mais detalhadamente na estrutura da Escola de Comando e Estado-Maior, seus currículos e planos de disciplinas. A análise desses mecanismos formais foi reveladora no sentido de mostrar a estrutura institucional da educação militar pós-1985, e o tipo de profissional que a Força vem delineando.

No quarto capítulo, descrevo a trajetória político-institucional do Exército, por entender que não há como falar de desenvolvimento ou permanência institucional sem buscar parâmetros de comparação no passado. Finalmente, no quinto capítulo discuto o Exército no cenário político brasileiro pós-1985, quando mostro os novos dispositivos institucionais e seus reflexos para o papel que a Força Terrestre deve desempenhar no âmbito estatal.

CAPÍTULO 1

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Revisando a literatura: os militares, a formação castrense e engajamento político no Brasil.

De maneira mais geral, os estudos sobre os militares e a política no Brasil utilizam duas abordagens principais: a concepção *instrumental* e a concepção *institucional-organizacional*. O modelo instrumental vale-se da idéia de que as manifestações da caserna são motivadas pelos interesses das classes, dos grupos, das forças políticas e das correntes de opinião. Ou seja, as forças militares agem a partir de estímulos encontrados fora das fronteiras da corporação (PEIXOTO, 1980:29).

Esse modelo foi dividido em três linhas: *oligárquica* (o Exército é visto como instrumento das classes dominantes, que dele lançam mão nos momentos de crise do sistema); *dos setores médios* (o Exército representa os interesses dessa classe, de onde são recrutados seus quadros de oficiais); e *moderadora* (o Exército é o "árbitro" nos conflitos entre grupos políticos, cuja ação decorre da "vontade da maioria").

A concepção institucional-organizacional, por sua vez, trata a instituição militar como uma organização homogênea e autônoma em relação à sociedade. Seu *output* político é proveniente de processos e decisões relacionados à lógica e percepção próprias da instituição e seu funcionamento vertical. Os papéis extramilitares das Forças Armadas são determinados exclusivamente pelo sistema de valores institucional e por uma percepção da realidade extramilitar a partir desse sistema, o que normalmente cabe às

estruturas hierárquicas de comando (ibid, pg.30).

Para iniciar a discussão teórica coloco a obra *Forças Armadas e Política no Brasil*, de José Murilo de CARVALHO (2005). Ao adotar um foco voltado para as características organizacionais e aspectos internos à instituição militar, o autor consegue perceber que a influência da doutrina positivista na Escola Militar da Praia Vermelha, durante o Segundo Reinado, transformou o lugar em um ambiente "muito distante" do que deveria ser uma instituição destinada a preparar técnicos de fazer guerra. Para Carvalho, esse fator foi o principal responsável pelo sucesso das idéias republicanas e intervencionistas no seio da corporação militar, precipitando o fim da Monarquia no Brasil. .

Outro estudo utilizando a perspectiva institucional-organizacional, dessa vez para observar a influência da Missão Militar Francesa na formação profissional e no comportamento político dos militares brasileiros, foi realizado por Manoel DOMINGOS NETO (1980:43). Segundo o autor, a moderna formação transmitida pelos franceses despertou nos militares a consciência para a situação de anacronismo do Brasil, levando-os a associar esse atraso aos problemas na política de defesa nacional. A intervenção militar na política, portanto, teria sido resultado do interesse castrense em mudar a situação.

Essa concepção de que organizações têm interesses próprios e capacidade de promovê-los também é adotada pelo brasilianista estadunidense Alfred STEPAN (1986). Para tal, o estudioso relata a interação entre os estudos conduzidos pela Escola Superior de Guerra (ESG) e o discurso dos militares *enquanto governo* durante o processo de abertura. Stepan afirma que a "ESG da década de 60" costumava pregar a incompatibilidade entre democracia e sistema de partido único (que seria, antes, uma característica do marxismo-leninismo). Esse discurso amparava a idéia de "governo democrático" sustentada pelo Regime, por meio da legitimação de um partido de "oposição" em contrapartida ao partido governista.

Stepan também adota a idéia de que até 1964 o papel político exercido pelos militares brasileiros obedeceu ao chamado "modelo moderador", substituído pelo "modelo dirigente" a partir do Governo Militar¹.

Um dos críticos do modelo moderador é João Quartim de MORAES (2005) autor de *A Esquerda Militar no Brasil*. Essa obra, marcadamente instrumentalista, assume caráter singular nos estudos sobre o comportamento castrense ao sugerir que "a esquerda militar"² foi responsável pelas mais significativas intervenções militares da história nacional – e não o papel moderador assumido pela instituição. Para o autor, a esquerda castrense foi marcante principalmente entre os militares positivistas e republicanos que derrubaram a Monarquia, e entre os abolicionistas. Estaria presente, também, entre os tenentes que se rebelaram em 1922, no episódio conhecido como "Revolta dos 18 do Forte de Copacabana".

Celso CASTRO (1995), por sua vez, observa que a intervenção militar que pôs fim ao Regime Monárquico foi antes resultado da estreita ligação entre a cultura castrense - gerada dentro da antiga Escola Militar da Praia Vermelha - e a específica ação política de um grupo de jovens oficiais e cadetes. Em *Os Militares e a República* - o qual se insere nos campos da história e da antropologia - Castro realiza sua análise lidando, ao mesmo tempo, com eventos particulares e fenômenos estruturais relacionados ao problema. Ele introduz

¹ O autor trata do assunto na obra *The Military in Politics. Changing Patterns in Brazil*, Princeton University Press, 1971. O papel moderador das Forças Armadas consistia na função de estabelecer a lei e a ordem em situações de conflitos civis e, posteriormente, devolver as rédeas do governo aos políticos. As Forças Armadas seriam uma espécie de "árbitro" desses conflitos. A partir 1964 os militares decidiram abandonar a "arbitragem" e não mais devolver o poder aos civis, assumindo o papel dirigente.

² O estudo de Moraes observa a existência de um influente grupo de militares com orientação de esquerda (na maioria das vezes clandestina) nas Forças Armadas no final do século XVIII até meados do século XX. Os indícios dessa origem à esquerda estariam em vetores morais e políticos. Para aquele autor, algumas das intervenções castrenses nesse período não foram incentivadas por questões organizacionais - como "profissionalização ou modernização" da força ou por um papel moderador -, mas por militares movidos por componentes morais e políticos fundamentados na filosofia positivista de Augusto Comte. Esse pensamento não apenas os identificou com orientações de esquerda, mas também os levou à luta contra as oligarquias agrárias e contra o próprio Estado.

um terceiro enfoque denominado "estrutura de conjuntura" (ibid, pg. 12), meio termo entre ação e estrutura. Assim, ao realizar o estudo da cultura dos militares republicanos, onde os espaços de formação e socialização foram decisivos, Castro mostra como a idéia de República foi desenvolvida e levada adiante pelos professores e cadetes da Escola.

Outra obra desse autor que vale citar é *O Espírito Militar* (2004), um estudo antropológico cuja perspectiva toca os aspectos internos à organização castrense até então desconhecidos, contribuindo para o debate acadêmico sobre os espaços formativos da oficialidade. Ao voltar-se para os aspectos endógenos da organização, o autor consegue detalhar com precisão como o espírito militar é construído dentro da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), criando uma espécie de fronteira invisível entre o "mundo civil" e o "mundo militar". Castro também mostrou como a honra militar, o patriotismo, a hierarquia, a disciplina, a ordem e o espírito de corpo se tornam aspectos importantes para a instituição.

Um estudo recente que versa sobre a articulação entre formação profissional e ação política castrense é a tese de doutoramento de SVARTMAN (2006) cujo marco teórico não se circunscreve apenas ao prisma institucional, buscando também informações na agência a partir da análise sócio-histórica do grupo pesquisado. O trabalho investiga a relação entre a formação profissional, as experiências compartilhadas ao longo da carreira, e a ação política do grupo denominado pelo autor de "Generais de 64". Segundo Svartman, a combinação entre os espaços educativos e as experiências de carreira resultou na tendência interventora daqueles oficiais.

Importa ressaltar que o campo da Educação tem contribuído com importantes estudos sobre as escolas militares. Cito, por exemplo, a análise institucional de Jehovah MOTTA (2001), que desenha um painel minucioso da evolução histórica do ensino dos

oficiais do Exército. Enquanto debate as mudanças institucionais, como a modernização dos currículos e das práticas pedagógicas ao longo do tempo, o autor descreve momentos históricos importantes que influenciaram a formação profissional dos militares, como a Guerra do Paraguai e o Movimento Abolicionista.

Outra obra de um educador é *Democracia e Ensino Militar* de Antonio Carlos LUDWIG (1998). Seu marco é instrumental, e sob esse enfoque ele afirma que o ensino nas escolas militares das Forças Armadas serve aos interesses das chamadas “classes dominantes”.³

As forças Armadas, genericamente falando, constituem um recurso essencial dos setores dominantes (...) São elas que asseguram o poder nacional, protegem as fronteiras contra incursões estrangeiras, mantêm internamente a ordem e a lei e colaboram com a integração do país de acordo com um projeto político elaborado pelas elites dos seguimentos hegemônicos (...) A educação ministrada aos nossos militares, particularmente os cursos de preparação de oficiais, deve ser interpretada, portanto, com base nessa visão (LUDWIG, 1998:110).

Para Ludwig, o ensino militar ainda não está apoiado em práticas pedagógicas democráticas, tal como a participação conjunta de docentes e discentes na escolha dos conteúdos a serem ministrados. Na visão do autor, as práticas pedagógicas castrenses contribuem para forjar um tipo de profissional "adequado à ideologia dominante", o que conseqüentemente afeta a qualidade da democracia no Brasil⁴.

³ Para o autor (1998:8-9) essa classe é representada pela "burguesia nacional, liderada pela fração industrial, extremamente preocupada com sua sobrevivência, gananciosa por lucros imediatos e benefícios estatais, mas muito medrosa em relação ao povo, particularmente quando ele se organiza em associações, partidos e sindicatos".

⁴ De acordo com Ludwig (pgs. 22-40), o ensino ministrado pelos institutos formadores dos oficiais das Forças Armadas realiza um conjunto de atividades (planejamento, administração, ensino de determinadas matérias, sistema de avaliação, uso de tecnologia educacional, etc.) capaz de solidificar no discente a ideologia dominante. Segundo ele, contribui grandemente para a assimilação dessa ideologia a origem social dos futuros oficiais (a maioria vem dos setores médios, o que explicaria a predisposição para aceitar os valores e concepções dominantes). Além disso, algumas Teorias Educacionais de Reprodução (M. Sarup, Bowles e Gintis, Carnoy, Bourdieu e Passeron, Althusser) podem explicar como a prática pedagógica castrense reforça esse fenômeno. O modelo de administração escolar imprime nos discentes a idéia de racionalização, previsibilidade e controle. A rotina diária incute a idéia de ordem e uma visão de mundo

Segundo ele, a democratização do ensino militar e das Forças Armadas deve passar por uma mudança institucional representada pela "anulação do papel constitucional de defesa interna, ou pelo menos sua clarificação e delimitação em termos de ação cívica, visto que democratização é incompatível com a tarefa de proteção dos interesses da classe dominante" (ibid, pg.115). Essa é uma idéia compartilhada por ZAVERUCHA (1994) que critica a função das Forças Armadas brasileiras de garantia da lei e da ordem confirmada pela Constituição Federal de 1988, vista como uma "tutela militar". De acordo com ele, "os militares continuam a se comportar como um exército de coerção cujo papel é defender o *status quo* vigente" (op. cit, pg.255).

A obra *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*, um estudo histórico organizado por Boris FAUSTO (2007), mostra a Força Terrestre como uma organização que se fortaleceu progressivamente em consequência de importantes acontecimentos políticos, principalmente a Segunda Guerra Mundial e a Intentona (ou Revolta) Comunista de 1935⁵. Estes teriam iniciado um processo de "reforço dos princípios hierárquicos" e de "consolidação de um grau significativo de coesão interna e de unidade de comando" (ibid, pg.144).

O Exército se afirmaria enquanto organização precisamente perseguindo objetivos próprios, questionando a validade da utilização da corporação militar pelas facções políticas em suas disputas internas, rebelando-se, enfim, contra a subordinação do Exército aos interesses da luta partidária. (FAUSTO et al., 2007:144)

Observei que na Ciência Política a maior parte dos estudos sobre militares preocupa-se mais com as explicações da ação política do que com os mecanismos

estável e harmoniosa "de acordo com os interesses da classe dominante, que sente ojeriza pelo conflito" (pg.36).

⁵ A Intentona Comunista foi uma insurreição político-militar promovida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em novembro de 1935 cujo objetivo era derrubar o presidente Getúlio Vargas e instalar um governo socialista no Brasil. Por ser um conceito cunhado pelos militares e relacionado à idéia de motim ou conspiração, o termo "Intentona" é rejeitado por alguns estudiosos, que preferem utilizar o termo "Revolta" Comunista.

institucionais – incluindo aí a formação dos soldados. E embora meu interesse prioritário estivesse em trabalhos que, de alguma forma, discutissem a formação profissional dos militares, não poderia deixar de lado obras consideradas de referência – muitas não tratam sobre os espaços formativos da oficialidade, porém são importantes para entender a ação política castrense.

Uma delas é *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*, de Edmundo Campos COELHO (2000), que utiliza a abordagem institucional-organizacional para propor que o desempenho político da instituição militar é movido por interesses e objetivos próprios. Para o autor, "os objetivos [das organizações] são frequentemente redefinidos, eliminados, adicionados ou simplesmente abandonados como estratégias de implementação da capacidade competitiva das organizações" (ibid, pg.44).

Outra estratégia para explicar a ação política dos militares como organização é a idéia de existência de um "partido militar", proposta por Alain ROUQUIÉ (1980). Trata-se de perceber as Forças Armadas como forças políticas semelhantes a partidos políticos que desempenham, por outros meios, as mesmas funções de deliberação, tomada de decisão, de união e articulação sociais. Certamente essa nova perspectiva é mais uma oportunidade para entender o processo de construção da unidade do Exército em torno de questões referentes ao seu papel na sociedade.

1.2 Delimitando o problema de pesquisa

A educação castrense é uma variável pouco investigada pela Ciência Política, e a limitada literatura sobre o tema somente evidencia a importância de mais pesquisas no interior da disciplina. Ao perceber a existência de poucas obras relacionadas ao processo

formativo dos militares, notei, também, que as preferências de investigação têm incidido mais sobre a formação básica dos oficiais. Pesquisas sobre a formação dos militares de alta patente conduzida pela ECEME são mínimas, sendo que boa parte são monografias de alunos da própria Escola. Sendo assim, a presente pesquisa pretende ser uma modesta contribuição para diminuir esse vazio na bibliografia.

No processo de revisão da literatura também constatei que as escolas militares do Exército lidaram com algum tipo de desenvolvimento institucional ao longo da história do Brasil, embora as mudanças em boa medida tenham preservado os valores, as tradições e a história da organização. Regras formalmente instituídas, muitas provenientes de crenças já estabelecidas, influenciavam o comportamento militar – e terminavam por reforçar estas crenças.

Assim, sendo as regras formais tão significativas, cabe perguntar: quais são os atuais procedimentos que formam a oficialidade do Exército e que fortalecem as crenças conservadoras? Tal resposta, a meu ver, deverá passar necessariamente pela discussão da trajetória político-institucional da Força.

1.3 Parâmetros teóricos

1.3.1 O profissionalismo militar e a política

No caminho para estabelecer os parâmetros teóricos e conceituais que informam o presente estudo, entendo ser interessante uma abordagem dos modelos que dão conta do profissionalismo militar e sua interação com a política. Nesse sentido, minha primeira tarefa será apresentar uma síntese dos conceitos seminais propostos por Samuel

Huntington em sua obra mais conhecida: *O Soldado e o Estado* (1996). Em seguida, discuto a réplica apresentada por Morris JANOWITZ na obra *O Soldado Profissional: um retrato social e político* (1987).

Esse é o caminho natural, dado que as idéias desses estudiosos têm sido os dois paradigmas dominantes da área, e, por isso mesmo, alvos de críticas favoráveis ou não de seus contemporâneos. Por outro lado, as críticas do brasilianista Alfred STEPAN (1986, 1988) chamaram a minha atenção pela pertinência de suas considerações sobre a limitada adequação das referências de Huntington à realidade de países subdesenvolvidos, como os da América Latina.

Stepan propõe uma nova categoria de análise chamada "Novo Profissionalismo Militar da Segurança Interna e do Desenvolvimento Nacional", sendo que essa mesma categoria é denominada por Joseph COMBLIN (1978) como "Ideologia da Segurança Nacional".

Os parâmetros teóricos e conceituais que informam minha pesquisa terão por elemento mais geral a idéia de Stepan. Contudo, o estudo de Comblin será o fundamento, uma vez que apresenta mais detalhadamente os conceitos elementares que caracterizam o perfil do Novo Profissional colocado por Stepan.

1.3.1.1 O Modelo de Samuel Huntington

O interesse acadêmico da Sociologia e da Ciência Política norte-americanas pelo problema da relação civil-militar foi despertado, principalmente, pelo fenômeno do envolvimento de Forças Armadas nos processos de independência e de formação de alguns novos Estados após a Segunda Guerra Mundial, e pela onda de ditaduras militares que tomou conta da América Latina na década de 60.

Observando o problema, Huntington faz uma análise normativa sobre o *dever ser* da relação entre os militares e o Estado. No estudo o autor surpreende ao colocar o militarismo como uma ciência, e inova ao propor dois conceitos que atuariam em conjunto para resolver o problema do predomínio militar sobre os civis: controle civil e profissionalidade.

Segundo Huntington, a principal característica do moderno corpo de oficiais é o profissionalismo, conceito que envolve algumas características peculiares a qualquer profissão: especialização ou *expertise of officership* (técnico com habilidades e conhecimentos especializados num campo significativo do esforço humano), responsabilidade social (de prestar serviços quando a sociedade os exige), e corporatividade (a sensação de unidade orgânica e de autoconsciência como um grupo que difere dos leigos). Nesse sentido, conclui o teórico, o moderno quadro de oficiais constitui um corpo profissional e é isso que o diferencia dos guerreiros do passado.

O oficial *professional* merece destaque na obra, uma vez que o teórico esclarece ser essa corporação:

*O elemento **dirigente ativo da estrutura militar** e é responsável pela segurança militar da sociedade (...) as relações sociais e econômicas entre os militares e o restante da sociedade normalmente refletem as relações políticas entre a oficialidade e o Estado (HUNTINGTON, 1986:21) [grifo meu].*

Segundo Huntington, a oficialidade representa o *núcleo intelectual* da organização militar, atende aos principais critérios do profissionalismo e possui uma competência militar distinta, a *administração da violência*⁶ sob certas condições prescritas. Diz ele que "a habilidade peculiar ao oficial é a administração da violência e não o ato da violência em si" (ibid, pg.31) ressaltando que o oficial, alvo de suas considerações, é "o militar

⁶ Cabe salientar que Huntington refere-se à administração da violência *em situação de guerra*.

propriamente dito”.

Indivíduos como médicos, sem qualificações para administrar a violência mas integrante do corpo de oficiais, normalmente são identificados por títulos e insígnias especiais e impedidos de exercer funções de comando militar [mas não administrativo]. Pertencem ao corpo de oficiais na qualidade de organização administrativa, mas não na qualidade de corpo profissional. (HUNTINGTON, 1986:30).

Entende o teórico que quanto maiores e mais complexas forem as organizações da violência que o oficial for capaz de dirigir, e quanto maior o número de situações e condições sob as quais ele opera, maior será sua capacidade profissional. Portanto, a diferença básica entre oficiais e praças é que os últimos são especialistas na *aplicação* da violência, enquanto aos primeiros cabe a *administração* da violência. “A direção, a operação e o controle de uma organização humana cuja principal função consiste na aplicação da violência é a qualidade peculiar do oficial” (*idem*).

A emergência de um quadro de intelectuais especialistas na administração da violência conferiu um tom particular e problemático à relação entre os militares (responsáveis pela segurança da sociedade, mas plenamente cientes de sua especialidade e do seu poder bélico) e o Estado moderno (detentor do poder político). Quem guardará os guardiões? É a pergunta clássica. Assim, a proposta de Huntington é que a profissionalização dos militares implique, fundamentalmente, o *afastamento da política*, consequência natural da divisão do trabalho que separa as áreas de atuação do especialista militar e do político estadista. Para ele, o agir simultâneo nos dois campos (político e militar) enfraquece a profissão.

A política transcende o alcance da competência militar e a participação política de oficiais enfraquece o profissionalismo, restringe sua competência profissional, divide a profissão e substitui os valores profissionais por valores que lhe são estranhos. O oficial profissional deve permanecer neutro. (HUNTINGTON, 1996:198)

Nessa linha o teórico entende que o militar profissional deve ater-se ao seu campo de competência e estar sob as ordens do poder político – o legítimo responsável pela formulação de todas as políticas públicas relacionadas à segurança e defesa, em acordo com as necessidades do Estado. O raio de ação militar é, portanto, restrito. Aos militares cabe apenas informar as implicações das ações de governo do ponto de vista militar e da execução, na prática, da política. Estaria, assim, caracterizado o controle civil, que "é alcançado na medida em que se reduz o poder de grupos militares" (ibid, pg. 99). Nesse sentido, o estudioso Huntington preconiza que o melhor profissional militar se mantém longe das lides políticas. A educação do oficialato deve se centrar em ganhar batalhas e guerras, e o estudo de fenômenos políticos e sociais é irrelevante para as tarefas da profissão.

Não há dúvidas quanto o caráter seminal da proposta de Huntington, contudo não é possível ignorar críticas que apontam a fragilidade de sua tese do militar apolítico quando confrontada com realidades menos desenvolvidas do que a dos Estados Unidos. O modelo huntingtoniano certamente tem melhor adequação em sociedades do chamado Primeiro Mundo, onde o poder político tem alto nível de institucionalização.

Olhando detalhadamente para a América Latina a lacuna teórica de Huntington fica ainda mais evidente. Com um longo processo histórico de intervenções militares, países como o Brasil não podem ser estudados sem "olhar pelo retrovisor". A profissão militar necessita ser contextualizada e deve haver a necessária compreensão da inter-relação entre a instituição militar e a política ao longo da história. Importa assinalar que no auge do profissionalismo militar brasileiro tivemos o golpe de 1964, o que mostra as limitações daquele modelo teórico.

Todavia, é inegável que a análise de Huntington foi particularmente importante

para o campo, porque fixou parâmetros conceituais e demarcou competências acerca da relação civil-militar. Ele definiu “o militar propriamente dito” ou o intelectual que administra a violência no interior do Estado, ficando claro que o oficialato é o núcleo dirigente da instituição castrense e para quem são voltados todos os esforços (elaboração, revisão e difusão) doutrinários das Forças Armadas.

1.3.1.2 O Modelo de Morris Janowitz

Três anos depois do lançamento de *O Soldado e o Estado*, o sociólogo Morris Janowitz publica uma crítica contundente às idéias de Huntington. Ante as afirmativas deste sobre as permanentes características da profissionalidade militar, Janowitz apresenta um estudo que utiliza as ferramentas de sua disciplina para mostrar as principais características da evolução da profissão militar nos Estados Unidos durante a primeira metade do século XX.

Janowitz se mostra convencido de que a passagem do tempo tem efeito sobre a profissionalidade. Portanto, não há uma profissionalidade militar imutável e universal. Esta se modificaria com o tempo e dependeria muito das condições históricas e sociais. E mais: não é possível a neutralidade política do militar proposta por Huntington, uma vez que entre os militares existem divergências similares às que a sociedade tem a respeito de diferentes temas, e eles também têm clareza de objetivos e buscam implementá-los. Nesse ponto, Janowitz é ainda mais crítico:

To believe that the military Professional in the United States anticipates no future alternative but an inevitable major atomic war is to commit a crude error. To believe that the military have become integrated with other leadership groups into a monolithic national political establishment is to commit a sophisticated error. But to believe that the military are not an effective pressure group on the organs of

*government is to commit a political error. (JANOWITZ, 1987:1vi)*⁷

Suas observações recaem sobre a trajetória profissional de um grupo de militares a partir de 1910. Durante o desenvolvimento da carreira desses militares, Janowitz nota que a partir da década de 1950 há um relativo aumento da influência militar em algumas esferas do governo e da arena política nos Estados Unidos. E as carreiras militares ampliadoras das habilidades de negociação e persuasão (como, por exemplo, funções de estado-maior nas áreas de informações, aditância militar, ligação com o Congresso e relações públicas) ficaram mais representativas entre o alto escalão militar americano.

Há também um aprofundamento da consciência política da instituição militar causada pela mobilização econômica para a Segunda Guerra Mundial, e pela mobilização contínua nos tempos da Guerra Fria. Desse modo, poucos oficiais dos altos escalões ficaram indiferentes às questões políticas relativas ao papel do governo na condução dos grandes problemas nacionais. Janowitz nota que, surpreendentemente, esse quadro não culminou em falta de controle civil. Os militares permaneciam subordinados ao governo.

O autor assinala, então, a importância da formação militar acadêmica nos Estados Unidos para a pronta aceitação da supremacia civil. Ela tem sido assim, graças ao fato de que os militares se regem por regras que limitam sua capacidade para intervir no jogo político, e porque estão submetidos a rígidas normas na hora de oferecer assessoria militar ao poder político e de discordar das políticas de defesa nacional.

Contudo, ele chama a atenção para o fato de que as forças armadas são um grupo de pressão único e importante, pelos imensos recursos que controlam e pela gravidade de suas

⁷ Em **tradução livre**: Acreditar que a profissão militar nos Estados Unidos não prevê alternativa de futuro senão uma inevitável grande guerra atômica é cometer um erro básico. Acreditar que os militares integram-se com outros grupos de liderança em uma comunidade política monolítica a nível nacional é cometer um erro complexo. Mas acreditar que os militares não são um grupo de pressão eficaz sobre órgãos de governo é cometer um erro político.

funções. Isso seria fortalecido pela formação unificada e pelo grau de coesão interna.

Diante dos resultados de suas observações, o teórico discorda de Huntington e diz que há uma profissionalidade convergente que une competência militar e sensibilidade político-social. E no futuro, os militares devem estar preparados para resolver ou conviver com uma série de dilemas, como, por exemplo, o uso crescente de forças armadas no equilíbrio das relações internacionais. Tanto que o autor vê como mais adequado falar em forças "policiais" (constabulary forces) do que militares. Segundo Janowitz, estas forças serão usadas em circunstâncias bem delimitadas e têm vínculos próximos com a sociedade que protegem. Para ele, essa habilidade civil-militar acompanha a evolução histórica das sociedades e seria uma tendência irreversível no seio das forças armadas. Assim, dentro da visão de Janowitz, contrária à de Huntington, as escolas militares devem estudar temas políticos.

Embora cheguem à conclusões diferentes uma obra não anula a outra, uma vez que a visão de Huntington é política e o foco de Janowitz é político-sociológico. Um aporte importante das considerações de Janowitz é o destaque para a relação que se desenvolve entre o setor militar e a gerência política. Mas pertence à Huntington o mérito de desenhar a divisão de competências.

1.3.1.3 O Novo Profissionalismo de Alfred Stepan ou a Ideologia da Segurança Nacional

Reconhecendo que há diferença entre a realidade militar de sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas, o cientista político Alfred Stepan (1986) faz uma crítica ao profissionalismo divergente de Huntington denominando-o de “Velho Profissionalismo

de Defesa Externa”. Ao observar a realidade brasileira antes do golpe de 1964, ele nota que estavam ocorrendo mudanças no conteúdo do profissionalismo militar e, longe do soldado que Huntington imaginara, via-se a expansão autoritária daquilo que os militares entendiam como seu papel na sociedade civil e política.

O discurso da oficialidade começa a apontar a incompetência da liderança civil para formular e executar políticas públicas, como uma das causas decisivas do subdesenvolvimento, que, em última instância, afetava a segurança nacional. Essa compreensão conduz a uma progressiva interferência das forças armadas na condução dos assuntos de Estado – até a tomada definitiva do poder. Surge um novo tipo de profissionalismo militar que Stepan chama de "Novo Profissionalismo Militar de Segurança Interna e Desenvolvimento".

Interpretando el discurso de Stepan, puede describirse el nuevo profesionalismo militar (...) como la manera de actuar y entenderse si mismas las fuerzas armadas, al asumir que la base de su profesionalismo parte del estudio y comprensión del vínculo establecido entre la seguridad interna y el desarrollo, dado porque la no consecución del último impide el mantenimiento de la primera (...) Las fuerzas armadas imbuídas del nuevo profesionalismo militar se autodefinen factor de modernización, al equiparar de manera simplista el manejo de ciertas tecnologías complejas (sistemas de armas, en este caso) con la adquisición creciente de elevados grados de profesionalismo. (DOMINGO IRWIN et al. 2003:134, 135)

Ao concentrar suas análises no conteúdo e nas consequências dessa nova ideologia militar e nas novas missões militares na América Latina, Stepan assinala dois tipos de interação entre civis e militares: a expansão e penetração do papel dos militares na sociedade civil e política do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Chile, e novos tipos de reforma "de cima para baixo" em vários países da América Latina, como Peru, Equador e Bolívia.

Há uma similitude entre as idéias do Novo Profissional de Stepan e a Ideologia da

Segurança Nacional (DSN) discutida por Joseph Comblin (1978) – o que o próprio Stepan reconhece (1986:23). De maneira geral, e tomando as considerações de Stepan, é possível dizer que a DSN foi a base ideológica dos novos profissionais militares que surgiram na América Latina na década de 1960. E também dos regimes autoritários que se instalaram nas décadas de 1960 e 1970. Assim, os conceitos da DSN são de particular interesse para esta pesquisa porque orientaram o comportamento castrense brasileiro durante o Regime Militar (1964-1985), tendo influenciado, inclusive, o seu sistema de ensino.

No final da década de 1950, a Doutrina da Segurança Nacional foi amplamente utilizada nas escolas militares norte-americanas responsáveis pela formação e aperfeiçoamento dos oficiais de exércitos estrangeiros aliados dos EUA. Esse dado é particularmente ressaltado por Comblin para mostrar que foi uma ideologia alienígena⁸.

Segundo Comblin, na origem da DSN aplicada no Brasil encontram-se antigas idéias de Rudolf Kjellen, Halford MacKinder e Alfred Mahan, entre outros,⁹ que viam as relações determinantes entre os fatores geográficos e a formação dos Estados. Uma geopolítica que procura nos dados geográficos orientações para a política estatal interna e externa, e para o preparo da Defesa Nacional. A história, as lutas, as rivalidades, o povo, determinam o destino dos Estados e, portanto, devem orientar suas políticas. Parte-se do pressuposto de que o Poder, em todas as suas instâncias (político, econômico, militar, psicossocial), só se desenvolve quando assentado em dados geográficos (COMPARATO, 1981:52).

⁸ O autor ressalta que a DSN não teve origem no Brasil ou outros países da América Latina, mas foi uma idéia "importada" dos Estados Unidos – que, por sua vez, possivelmente buscou "inspiração" em idéias do Exército Francês.

⁹ Comblin assinala que Kjellen foi o fundador da Geopolítica e era pangermanista. Concebia o Estado e a Nação como seres vivos. MacKinder concebeu a teoria da "ilha mundial" e do coração. Para ele, o mundo é dividido entre uma ilha mundial, a Eurásia, e um arco insular. Quem domina a ilha mundial domina o mundo. O almirante Mahan foi o protagonista do poderio naval americano e do papel imperial dos Estados Unidos.

Comblin ressalta que a geopolítica em si não é necessariamente ligada à Doutrina da Segurança Nacional. O problema surge quando passa a ser uma ciência determinista e a base racional das políticas de Estado. Ele lembra que foi a tese geopolítica da Guerra Fria a responsável pela divisão do mundo em Ocidente e Oriente, em Leste-Oeste, em Mundo Comunista e Capitalista – explicando que a América Latina, por seus valores e geografia, integrou-se ao Ocidente por uma "necessidade científica fundamentada".

No Brasil, a geopolítica nestes termos foi consagrada pelo general Golbery do Couto e Silva – um dos fundadores da Escola Superior de Guerra (ESG). Outro teórico da geopolítica e da estratégia brasileira foi o general Carlos de Meira Mattos, que também integrou o corpo de pensadores da Escola:

Qual a grande Estratégia (como diria Lidell Hart) para chegarmos a ser “hum dos Estados do Mundo”? Nossa posição geográfica no planeta já traçou as linhas mestras desta Estratégia (...) Nossa Estratégia, se quisermos ser politicamente grandes, indica-nos a necessidade de explorar e de defender todas as perspectivas favoráveis que nos oferecem a testada marítima e de explorar e defender as potencialidades da imensa massa continental (...) é imprescindível termos como prioridade Política, um eficiente Plano de Desenvolvimento Econômico e Social. (MEIRA MATTOS, 2002, p. 38, 40,41)

De acordo com Comblin, foi a DSN a responsável pela idéia de uma guerra permanente que exigia preparo constante, inclusive contra "inimigos internos" envolvidos em guerras revolucionárias. Sendo a segurança nacional a meta máxima, na luta contra o inimigo interno valeria o uso de contra-técnicas revolucionárias: serviços de inteligência, operações psicológicas, e a ação cívico-militar como meio de obter a simpatia da população. Além disso, os conflitos sociais, as oposições políticas, as discussões de idéias, o não-conformismo ideológico ou cultural poderiam ser consideradas manifestações visíveis de uma guerra revolucionária em curso. (COMBLIN, 1978:49)

Comparato observa que a DSN foi uma espécie de contra-ideologia do comunismo,

uma espécie de "inversão do ideário comunista, na letra e no espírito" (ibid., p. 53). Assim como na concepção marxista a realidade social é a luta de classes, na DSN a realidade é a guerra permanente. Da mesma forma que para os marxistas as forças reacionárias (lideradas pela burguesia) são o inimigo comum, na DSN o inimigo comum a combater são as *forças subversivas guiadas pela ideologia comunista*. Se o herói dos comunistas é a classe operária, na DSN a heroína é a *Nação* – que deve ser salva a todo custo. Se o "paraíso" oferecido aos combatentes pelo ideal comunista é a "sociedade sem classes", no caso dos combatentes da DSN é a "democracia". Para um, o caminho intermediário e necessário para o paraíso é a "ditadura do proletariado", para o outro, é o "Estado de segurança nacional". Ambos gerados por uma "revolução" (ibid, p.54).

Segundo Comblin, o conceito de nação foi especialmente reforçado pelos teóricos da DSN, relacionando-o à idéia de "unidade" – a qual deve prevalecer sobre os conflitos sociais. A nação, como uma entidade viva, possui objetivos (os Objetivos Nacionais) que devem nortear toda a política. Os objetivos da Nação brasileira, aponta o estudioso, seriam: integridade territorial, integridade nacional, democracia, progresso, paz social e soberania. A nação também tem poder (o Poder Nacional) ou um "conjunto de meios de ação dos quais o Estado pode dispor para impor a sua vontade" (ibid, pg. 58). Este poder nacional é caracterizado por cinco expressões: o militar, o político, o econômico, e o psicossocial¹⁰.

A nação, conseqüentemente, também possui estratégia (a Estratégia Nacional) ou "a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para obter ou manter os objetivos fixados pela Política Nacional" (ibid, p.62). Para a doutrina, o poder é altamente justificável uma vez que sua finalidade é a preservação dos Objetivos Nacionais. "A idolatria do poder e da

¹⁰ O Poder Político são os órgãos e as funções de direção da sociedade política; o Poder Econômico compreende os recursos humanos, os recursos naturais e as instituições econômicas; O Poder Psicossocial engloba a população, o meio ambiente e as instituições sociais (moral nacional, comunicação social, opinião pública, sindicatos, religiões, etc.); o Poder Militar são as Forças Armadas e as polícias.

potência é uma constante na ideologia da segurança nacional" (COMPARATO, 1978:52).

A segurança da nação ou a *segurança nacional* tem uma dinâmica própria, possui meio e fim. Sendo um *estado ideal a ser alcançado*,¹¹ reagrupa sob si todos os Objetivos Nacionais. E o Estado tem a função de garantir que esse ideal seja alcançado, aplicando todos os meios para chegar a esse fim.

Comblin destaca que, no âmbito da doutrina, para alcançar o estado de segurança nacional não há distinção entre *inimigo interno* e *inimigo externo* – ambos podem representar ameaças aos objetivos da nação. E, dependendo da gravidade das circunstâncias, os mesmos meios podem ser empregados tanto para um quanto para outro. "Desaparece a diferença entre polícia e Exército: seus problemas são os mesmos" (ibid, pg.56).

No entanto, a necessidade de manter a segurança nacional pregada pelos regimes militares da América Latina, remetia sempre a uma mesma idéia: privilegiar o combate ao inimigo interno, isto é, aos agentes infiltrados do comunismo internacional. Via de regra, isso também incluía repressão aos movimentos sociais e a qualquer oposição que representasse uma ameaça à paz social – um dos objetivos nacionais. Assim, a ameaça de guerra provocada por movimentos revolucionários era um estado permanente nos países.

Outro elemento incorporado à DSN foi o binômio *segurança e desenvolvimento*. Segundo Comblin, o conceito surgiu pela voz do general estadunidense Robert MacNamara, em um discurso pronunciado em 1967. O então chefe do Departamento de Defesa americano afirmou que não há segurança sem desenvolvimento econômico. A idéia

¹¹ SANTOS FILHO (2002: 2) explicita a diferença entre os conceitos de *segurança* e *defesa*, no sentido de mostrar o alcance da DSN no cenário político brasileiro. Segundo ele, segurança é "um estado ideal a ser alcançado" e a defesa "um conjunto de ações planejadas para a obtenção de tal ideal". Esses conceitos também estão presentes no Manual da ESG (2006: 50-52).

foi prontamente assimilada pelo Governo Militar brasileiro, e, de acordo com Comparato, esse foi o tema da aula inaugural dos cursos da ESG em 1967 (ibid, p. 56).

Sob a influência da DSN, os governos militares latino-americanos viam-se como uma "fase intermediária" ou de "preparação mais adequada" para a restauração da democracia - combatida e desorganizada pelos conflitos. A democracia, em seu retorno, deveria voltar mais forte, mais organizada, e mais *responsável*.

(...) A idéia de democracia com responsabilidade propalada por grupos civis e militares (IPES, IBAD, ESG, CONCLAP, etc.) nos anos de 1950 e início de 1960 embasaram e impulsionaram a justificação do movimento militar como fator de criação e proteção dos valores que, segundo eles, eram os valores mais caros para a maioria dos brasileiros (Maria José Rezende apud SANTOS FILHO, 2002:5)

A nova democracia não poderia ser um retorno ao passado de desordens, subversão e anarquia. "Se assumiram o poder é justamente porque a democracia estava ameaçada em seus países. Salvar a democracia foi a razão de ser do regime militar" (COMBLIN, 1978:71). Por outro lado, havia o temor de que qualquer abertura democrática trouxesse de volta as circunstâncias que os forçaram a tomar o poder. Nessa linha, o caminho mais viável seria integrar na estrutura da nova democracia todos os mecanismos de defesa contra as ameaças de subversão, ou seja, seria uma democracia "protegida" ou "tutelada" (ibid, p. 74).

Na obra *Frágil Democracia*, ZAVERUCHA (2000) observa que mesmo após o fim do Regime Militar no Brasil, os governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso mantiveram prerrogativas castrenses e enclaves autoritários dentro do aparelho estatal. Nesse sentido, entende o estudioso, os militares ainda mantêm uma parcela de poder e não o entregaram totalmente aos civis. Portanto, o Brasil não poderia ser considerado uma democracia consolidada, mas sim uma "democracia tutelada".

A democracia tutelada é uma situação intermediária entre um regime autoritário e um regime democrático, por ser uma espécie que pertence, simultaneamente, ao gênero da democracia e do autoritarismo. Por conta disto, é uma democracia híbrida, já que combina elementos procedurais democráticos com traços autoritários (...) A democracia tutelada existe em países onde há uma instabilidade nas relações civil-militares (...) não há uma supremacia civil sobre os militares nem o inverso, embora exista um governo democrático. (ZAVERUCHA, 2000:24).

No Brasil, coube à ESG a função de readaptar os referenciais da doutrina de acordo com as conjunturas vigentes, porém sempre buscando salvaguardar o caráter original e particular em relação às premissas teóricas fundamentais. Partiu da Escola, por exemplo, pregações sobre a necessidade de uma ordem social rígida no sentido de garantir a segurança e o desenvolvimento nacionais.

Outra adaptação da ESG residiu na idéia de *caráter nacional*, o qual condicionaria o desenvolvimento do País e as políticas estatais. Assim, a nação seria caracterizada pela qualidade do homem que nela vive, sendo os aspectos geográficos igualmente importantes. De acordo com esse conceito, o povo brasileiro possui qualidades positivas como a vocação pacífica, a alegria, a adaptabilidade. Por outro lado, o individualismo e a indolência são qualidades negativas que muitas vezes atrapalham o desenvolvimento nacional.

A ESG enalteceu incansavelmente as virtudes do homem brasileiro, a fim de propiciar um clima de "união nacional", sem permitir brechas que conduzissem à ruptura e à estabilização (...) apregoava-se que o Brasil era um país em ascensão, regido pela harmonia racial (...) aqui as três raças conviviam pacificamente, envoltas por uma atmosfera de união, praticamente felizes e assentadas na mais bela nação da terra" (LOZANO, 2006: 57, 58).

Coelho (2000) afirma que a DSN definiu de forma coerente o papel das Forças Armadas na sociedade brasileira, facilitando a coexistência de aspectos do Novo Profissionalismo Militar com valores tradicionais da profissão. Assim, a crise de

identidade histórica que afligia os militares estava em vias de solução pela institucionalização da doutrina no âmbito da organização militar (ibid, p.179, grifo do autor). Para MIGUEL, a DSN foi um elemento significativo na constituição da identidade castrense (2002, p. 40).

1.4 Parâmetros conceituais

Um dos objetivos da presente investigação é demarcar um espaço teórico que permita a visualização dos procedimentos institucionais aplicados na formação do oficialato do Exército Brasileiro a partir de 1985. É mister, também, utilizar o desenvolvimento histórico-político da Força Terrestre como parâmetro, uma vez que sua dinâmica definiu a lógica para aceitação da DSN e sua aplicação nos espaços formativos da oficialidade durante o Regime Militar.

Partindo-se da idéia de que a Doutrina da Segurança Nacional influenciou a formação profissional do oficialato durante o Regime Militar, reforçando crenças e definindo o papel das Forças Armadas, suponho que, apesar da redemocratização, as escolas militares continuam a enfocar percepções muito próximas daquela doutrina.

Cabe então investigar, numa escala mais precisa, se o que Stepan chamou de "Novo Profissionalismo Militar" e Comblin denominou de "Ideologia da Segurança Nacional" aparece no processo de formação profissional dos oficiais do Exército após 1985.

Contudo, a análise da instituição militar e dos elementos da Doutrina de Segurança Nacional passa, necessariamente, pela distinção dos conceitos de *instituição*, *doutrina* e *ideologia*. Assim, de maneira bastante sucinta *instituição* é aqui entendida de acordo com a definição de Hall e Taylor (2003:196): "procedimentos, protocolos, normas e convenções

oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política".

De acordo com BOBBIO (2004:382) *doutrina* significa "conjunto de teorias, noções e princípios, coordenados entre eles organicamente, que constituem o fundamento de uma ciência, de uma filosofia, de uma religião, etc.". Ideologia seria "um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos" (pg.585). Comblin não deixa claro qual o conceito que adota em sua obra, tendo por vezes usado doutrina e ideologia como dois conceitos iguais. De minha parte, usarei o conceito de doutrina por ser o mais usual.

Para ilustrar os parâmetros teóricos da minha investigação, e baseada na técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2004: 97), estruturei as seguintes categorias relacionadas à DSN:

CATEGORIA 1 (GEOPOLÍTICA) - Dados geográficos devem orientar o Estado na condução da política interna e externa. A geopolítica orienta o militar no preparo da defesa nacional e na conduta estratégica. **Códigos: destino nacional, grande potência nacional, destino manifesto da nação.**

CATEGORIA 2 (NAÇÃO) - Possui objetivos (Objetivos Nacionais): integridade territorial e nacional, democracia, progresso, paz social, soberania. Possui "poder" (Poder Nacional), caracterizado em quatro expressões: Militar, Político, Econômico, Psicossocial; Possui estratégia (estratégia Nacional). **Códigos: Objetivos Nacionais, Estratégia Nacional, Poder Nacional, Expressão (Militar, Econômica, Política, Psicossocial) do Poder Nacional, Moral Nacional, Vontade Nacional, Vontade Soberana da Nação.**

CATEGORIA 3 (SEGURANÇA) - O preparo deve ser para a guerra generalizada, que pode ser detonada pelo inimigo interno e externo. O estado é de permanente guerra revolucionária, onde não há distinção: a guerra de libertação nacional, as guerrilhas, a subversão, o terrorismo, todos são apenas fases de um único processo – a revolta popular e a guerra generalizada. Na luta contra o inimigo interno devem ser usadas contra-técnicas (inteligência, operações psicológicas, ações cívico-sociais para ganhar a simpatia da população). Os conflitos sociais, as oposições políticas, as discussões de idéias, o não-conformismo ideológico ou cultural podem ser manifestações de uma guerra revolucionária em curso. **Códigos: guerra revolucionária, guerra de libertação nacional, guerrilha, subversão, terrorismo, inteligência, operações psicológicas, contra-revolução, contraguerrilha, ação cívico-militar, controle da população, Segurança Nacional.**

CATEGORIA 4 (SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO) - Caminham juntos. Não há segurança sem desenvolvimento, portanto a conjuntura econômica, a ciência e a tecnologia constituem fatores importantes para a segurança. **Código: segurança e desenvolvimento.**

CATEGORIA 5 (ORDEM) - Necessidade de uma *ordem social* rígida no sentido de garantir a segurança e o desenvolvimento nacionais. As áreas de consenso devem ser maiores que as de dissenso e o conflito entre grupos divergentes é prejudicial ao país. **Códigos: Ordem pública, sociedade ordenada, ordenamento público, ordem nacional, ordenamento social.**

CATEGORIA 6 (O CARÁTER NACIONAL) - *O caráter nacional* condiciona o desenvolvimento do país e as políticas estatais. A Nação é caracterizada pela qualidade do homem que nela vive, assim como são importantes os aspectos geográficos. O povo brasileiro possuía qualidades como a vocação pacífica, a alegria, a adaptabilidade. Por outro lado, o individualismo e a indolência eram qualidades negativas, que muitas vezes atrapalhavam o desenvolvimento. **Códigos: o homem brasileiro, vocação pacífica do brasileiro, o caráter nacional brasileiro, cordialidade brasileira.**

CATEGORIA 7 (DEMOCRACIA) - Não pode ser sinônimo de "desordem", de "anarquia". **Código: liberdade com responsabilidade.**

CATEGORIA 8 (BEM COMUM) - O bem coletivo está acima dos interesses individuais e de grupos. **Códigos: bem comum, bem geral, bem coletivo.**

Ao tratar da educação militar, eu não poderia deixar de incluir a discussão, ainda que breve, sobre as características das organizações e das instituições – o que faço no próximo capítulo. Contudo, incluí, também, a descrição dos postulados da abordagem neo-institucional tomando como ponto de partida as considerações de Hall e Taylor no estudo *As Três Versões do Neo-Institucionalismo* (2003). Nesse estudo, os autores mostram o que há de novo nessa proposta teórica e como ela está subdividida em várias tendências, as quais não apenas a fortalecem, mas também enriquecem os estudos sobre instituições na Ciência Política contemporânea.

CAPÍTULO 2

ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES

Organizações e instituições não são a mesma coisa. COSTA (2004) explica que enquanto o principal objetivo das organizações é a efetivação de determinadas atividades de interesse social, político ou econômico por meio da coordenação de capacidades e estratégias, as instituições "são práticas sociais, estabelecidas por normas ou consuetudinariamente, que se perpetuam no tempo em uma determinada sociedade" (pg.66).

Na realidade, determinadas organizações agregam instituições durante seu processo de desenvolvimento na tentativa de responder aos problemas que surgem. O Exército Brasileiro é um exemplo, como veremos no capítulo 4. A centralidade do Estado-Maior e a rígida verticalidade – que vê com desconfiança qualquer manifestação dos escalões subordinados – é consequência das revoltas internas que marcaram a Força ao longo da história. "Enquanto as organizações podem e, até mesmo, devem ser flexíveis para definir seus objetivos e estratégias, as instituições são estabelecidas para assegurar a persistência no tempo de determinadas práticas e costumes" (idem). Assim, determinadas práticas são institucionalizadas no sentido de responder de maneira mais eficiente às crenças e valores estabelecidos na organização ao longo do tempo.

Sendo mais flexíveis que as instituições, as organizações podem até mesmo adotar soluções aplicadas por outras organizações do mesmo campo, quando as estruturas organizacionais são ambíguas ou o ambiente em que estão inseridas gera incertezas. É o que Costa (ibid., pg.67) chama de "processo mimético de transformação institucional para lidar com problemas relacionados à ambigüidade". Esse processo de "imitação" pode ser

visto no programa de modernização do ensino do Exército, que teve início em 1994. Uma das medidas adotadas foi equiparar os currículos das escolas militares responsáveis pela formação acadêmica dos oficiais – a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) – aos currículos das instituições acadêmicas civis. A partir daí, e com autorização do Ministério da Educação (MEC), o curso da AMAN passou a funcionar como bacharelado em Ciências Militares. Os cursos da ECEME, por sua vez, funcionam como pós-graduação *strictu sensu*.

Mas embora sejam mais aptas à flexibilização, as organizações também podem resistir às mudanças em seus métodos e fins quando englobam inúmeras instituições. Isso vale particularmente para as organizações militares, que são norteadas por uma série de normas, leis e regras oficiais ou oficiosas. O Exército Brasileiro, por exemplo, busca a modernização de seu sistema de ensino e tenta formar soldados altamente profissionais e mais adequados ao novo contexto social e político. No entanto, o quadro docente da Escola de Comando e Estado-Maior ainda é formado, em sua esmagadora maioria, por oficiais superiores cuidadosamente escolhidos. É a garantia de que determinadas regras não serão desvirtuadas – como fica evidenciado no capítulo 3, quando observo que a manutenção de determinados temas nos currículos reforça crenças estabelecidas ao longo do desenvolvimento institucional do Exército, condicionando as escolhas dos alunos. Ou seja, há um processo de institucionalização dessas crenças, que não apenas restringem o comportamento militar como também formam a sua identidade, influenciando preferências e valores.

Institucionalização é essencialmente um processo cognitivo no qual as ações são tomadas e os fatos, valorados a partir das lentes institucionais. (...) A idéia de institucionalização diz respeito às dificuldades para mudar normas e comportamentos sociais (COSTA, 2004:71).

Assim, minha análise recai nas instituições, ou nas normas e convenções editadas pela estrutura organizacional da educação militar, mais estritamente, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. É verdade que o estudo das instituições, bem como de seu papel e funcionamento, não é atividade acadêmica recente. Mesmo nas concepções de Platão e Aristóteles há referências à institucionalização do poder político, assim como as idéias políticas de Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau também apontaram para arranjos institucionais que possibilitavam o exercício do poder. A Ciência Política moderna, por sua vez, transformou as instituições em extraordinárias unidades de análise, e cada vez as explicações procuram enfatizar o comportamento dos atores baseadas nas diversas variações dos desenhos institucionais.

Nos estudos sobre os militares e a política no Brasil, as explicações normalmente gravitam em torno das abordagens instrumental e institucional-organizacional. No entanto, cada pesquisador utiliza o marco que aponta o caminho mais adequado para chegar à resposta do problema que se propôs investigar. Essa afirmativa tem o apoio de HAGUETTE (2003) quando enfatiza que

*Não existe uma teoria **evidente** nas ciências sociais e a opção por um referencial teórico se faz à base da maior plausibilidade que ele oferece ao pesquisador (...) a única forma de se saber se o método é justo, é aplicando-o e testando a validade dos pressupostos teóricos que informam o problema de investigação em questão (HAGUETTE, pg.205) [Grifo meu].*

A percepção da autora é particularmente importante porque há algum tempo uma questão passou a ter lugar privilegiado na agenda teórica da Ciência Política: o problema da agência-estrutura. Ou, de outro modo, o debate sobre a prevalência ou não da estrutura social sobre a ação, das abordagens macroscópicas sobre as microscópicas. Se para os reducionistas os processos sociais, em princípio, só podem ser explicados pela ação individual, para os holistas a totalidade da vida social não pode ser explicada a partir de

indivíduos.

Essa dificuldade tem levado os acadêmicos à busca de estratégias de pesquisa que possibilitem a síntese dessas duas abordagens. MAHONEY e SNYDER (1999), por exemplo, relatam várias tentativas de estudar mudanças de regime político por meio da troca paradigmática entre estes dois caminhos. Uma das reações contra as micro e macro análises da vida política – e cuja proposta baseia-se no nível *mezo* – é a corrente "neo-institucionalista".

Contudo, ela não se constitui uma abordagem unificada e há pelo menos três métodos de análise diferentes na Ciência Política que apareceram a partir de 1980. HALL E TAYLOR (2003) designam essas perspectivas como institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional, e institucionalismo sociológico. Embora todas busquem elucidar o papel que as instituições desempenham na determinação de resultados políticos, as explicações que dão para o mundo político são bem diferenciadas.

O neo-institucionalismo histórico, por exemplo, define instituição como *procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política*. Além disso, os teóricos dessa escola afirmam que existem duas formas de entender as instituições: sob a perspectiva instrumental ou calculadora, e sob a perspectiva cultural. De acordo com a primeira perspectiva, as instituições diminuem as incertezas ao permitir que os indivíduos procurem maximizar seu rendimento na busca de objetivos dentro de preferências dadas. Ou seja, examinam todas as escolhas possíveis e selecionam aquelas que oferecem benefício máximo. As instituições são, portanto, estruturas exógenas que limitam as decisões individuais.

A perspectiva cultural, por outro lado, vê as instituições como produtos de crenças previamente estabelecidas, e não apenas constroem a ação individual como também moldam sua identidade e condicionam preferências e valores. Assim, o comportamento é limitado pela visão de mundo própria do indivíduo, o qual recorre a crenças e valores estabelecidos ou a modelos de comportamento já conhecidos para atingir seus objetivos. Portanto, as instituições fornecem modelos morais e cognitivos (percepções e crenças) que permitem a interpretação e a ação, e afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam o comportamento. Além disso, os neo-institucionalistas históricos aderem à percepção de dependência do desenvolvimento histórico, e rejeitam a idéia de que as mesmas forças produzem os mesmos resultados em todo lugar. Para esses teóricos, as forças são produtos de cada contexto local, propriedades herdadas do passado ou das trajetórias percorridas.

Ao aderir a essa estratégia de pesquisa percebi que ao longo do processo de desenvolvimento político-histórico, o Exército Brasileiro incorporou várias instituições assim como costumes, que implicaram em uma série de modificações organizacionais. Estas fortaleceram a Força a ponto de estar capacitada para estabelecer o Regime Militar que se estendeu até 1985. Atualmente, contudo, o País atravessa um novo contexto político após o fim do Regime, e a organização persegue objetivos novos e específicos – mas dentro de uma pré-determinada estrutura institucional que condiciona as escolhas de seus membros. É o que discuto no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A EDUCAÇÃO MILITAR PÓS-1985

3.1 O Sistema de Ensino do Exército

O Sistema de Ensino das Forças Armadas constitui a única exceção na organização institucional da educação brasileira: é autárquico, isto é, possui autonomia econômica, técnica e administrativa, e não está sob a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). Essa autodeterminação é reconhecida pelo Estado por meio do artigo n. 83 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de dezembro de 1996, que diz "o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino".

Uma vez que o MEC remete o ensino militar para lei específica, no caso da Força Terrestre esta se traduz na Lei de Ensino do Exército (BRASIL, 1999a) sancionada pelo Presidente da República em fevereiro de 1999. De acordo com ela, o sistema possui "características próprias" e "compreende as atividades de educação, instrução e pesquisa, realizadas nos estabelecimentos de ensino, institutos de pesquisa e outras organizações militares".

Cabe ao Estado-Maior do Exército (EME), órgão de direção central, *formular a política, as diretrizes e as estratégias do sistema de ensino, bem como planejar, organizar, coordenar e controlar o seu funcionamento*. Ou seja, o EME determina as regras e os protocolos oficiais a que estarão submetidas todas as escolas da Força. No entanto, a política de ensino do Exército tem origem na coletânea denominada Sistema de

Planejamento do Exército (SIPLEX)¹², formulada pelo EME, que especifica a Política Militar Terrestre e todas as ações organizacionais resultantes dessa política em determinado período de tempo. A Política de Ensino deve estar em consonância com os objetivos, rumos, tradições e valores do Exército descritos naqueles documentos. Ao comandante da Força compete "aprovar e conduzir a política de ensino" estabelecida pelo EME (Brasil, Estado-Maior do Exército, 1999).

Sob o comando do Estado-Maior vem o Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), órgão de direção setorial responsável pela execução da política de ensino e pesquisa proposta pelo EME. O DEP distribui os recursos financeiros, homologa métodos, processos, estudos, currículos e manuais referentes à sua área de atuação. Também coopera para formulação e desenvolvimento da doutrina militar terrestre. Sob seu comando está a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA) que cuida das atividades de ensino das escolas, dos cursos de formação e aperfeiçoamento, e de altos estudos militares da linha bélica. As escolas estão subordinadas ao DEP e ao DFA, e, ao conduzir o ensino e a aprendizagem, fornecem informações aos escalões superiores acerca do processo com o intuito de aprimorá-lo.

Uma significativa característica do Exército Brasileiro é o fato de toda a liderança ser formada por uma "mesma escola", ou seja, pelo mesmo sistema de ensino. A porta de entrada para os oficiais é a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), no

¹² O Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) é composto por sete documentos, onde estão especificados a missão do Exército (que norteia todas as atividades da Força e é orientada pela destinação constitucional, leis complementares e diretrizes do comando), a análise de cenários nacional e internacional (que estabelece indicações para as políticas e estratégias) e a avaliação da Força dentro desses cenários, a Política Militar Terrestre, a Concepção Estratégica, as metas de curto, médio e longo prazo, as diretrizes e os planos operacionais. No documento editado em 1995 os prazos para metas eram: ano 2000, 2010 e 2025. Em 2000, o sistema foi avaliado em seus resultados e realimentado com novas informações. Na análise de cenários, detectou-se que a carência de recursos para a Defesa Nacional seria algo muito provável. Assim, o Exército decidiu investir em um "Núcleo de Modernidade" no sentido de assegurar um "embrião do Exército do Futuro", composto pelas escolas e unidades-escola, pelo Sistema de Comando e Controle, *Guerra Eletrônica*, Aviação do Exército, Força de Paz e Força de Pronto-Emprego (ESTEVES, 1996).

último ano do ensino médio. A graduação acontece na Academia Militar das Agulhas Negras, como cadete, e ao concluir os estudos é declarado aspirante-a-oficial, recebendo o diploma de bacharel em Ciências Militares. Uma vez promovido a capitão, o oficial é mandado para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) que equivale a uma pós-graduação *lato sensu*. A formação *stricto sensu* acontece na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), já no posto de major ou tenente-coronel.

Essa peculiaridade certamente proporciona uma unidade de pensamento, reforçada pelas normas escritas ou não, e solidificada no dia-dia dos quartéis. Portanto, não à toa o Exército dispensa cuidadosa atenção aos seus estabelecimentos de ensino. A diretriz do DEP de 2007 para todas as escolas militares destaca que:

Os estabelecimentos de ensino (Estb Ens) são as vigas mestres da instituição, em que se assentam a evolução e a eficiência do Exército, devendo buscar o revigoração da vontade, a homogeneização de procedimentos, a atualização de conhecimentos, a uniformização da doutrina e o disciplinamento da conduta dos docentes e discentes (BRASIL, Comando do Exército, 2006) [grifo do autor].

A Política de Ensino do Exército (BRASIL, Comando do Exército, 2002a) considera o ensino como "atividade prioritária capaz de manter atualizados os recursos humanos, consoante a evolução e o progresso em todos os campos do conhecimento".

3.1.1 A modernização do Ensino: nova política educacional do Exército

Em 1994 o Exército Brasileiro deu início a um processo de mudanças no seu sistema de ensino, com o intuito de adaptar pedagogia e currículos aos novos contextos sociais, políticos e organizacionais, em âmbito nacional e internacional. O primeiro passo

foi a realização de um simpósio promovido pelo Estado-Maior do Exército em Brasília, onde as mais importantes conclusões foram publicadas no documento "Política Educacional do Exército para o ano 2000 – Fundamentos", numa alusão ao prazo estabelecido pelo SIPLEX para a primeira avaliação organizacional. Estas conclusões também serviram de base para as reformas organizacionais iniciadas partir de 1996, apoiadas em uma espécie de "radiografia" do sistema realizada pelo denominado Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Exército (GTEME), integrado por instrutores, pedagogos, sociólogos e psicólogos da própria instituição.

O documento destaca que a sobrevivência das organizações, na nova realidade, depende da capacidade destas se tornarem "mais abertas e flexíveis" – questão problemática para organizações extremamente herméticas e conservadoras como as Forças Armadas. Interessante notar que, no documento, o Exército é orientado a "buscar uma maior interação com a sociedade, promovendo os ajustes necessários para projetar a permanência e a evolução institucional, mantendo, contudo, sua identidade e seus valores". Nessa perspectiva, fica claro que enquanto a organização pode e deve ser flexível às mudanças, redefinindo políticas e estratégias, conceitos como identidade e valor devem ser mantidos e assegurados através do tempo.

Assim, a nova educação militar projetada pela Força Terrestre deve propiciar recursos humanos adaptados ao novo ambiente organizacional – providos com conhecimento técnico e interdisciplinar, capacidade de adaptação, de iniciativa, de expor opiniões, de agir no contexto de grupo e de utilizar modernas tecnologias. Inclusive, passou a ser obrigatório o domínio de pelo menos um idioma estrangeiro pelo oficialato. Exigência bem definida na diretriz do DEP para o ano de 2007:

*O ensino-aprendizagem de **idiomas estrangeiros** deverá receber atenção especial por parte dos responsáveis pelo planejamento do ensino. A habilitação nos idiomas espanhol e inglês é **obrigatória** para os oficiais. É dever de todos os oficiais o domínio de pelo menos um dos dois idiomas e desejável para subtenentes e sargentos (BRASIL, Comando do Exército, 2006) [grifo do documento].*

A diretriz do DEP editada em 1994 também orienta para a necessidade de mudança organizacional, mas fundamentada nos valores centrais da instituição descritos como patriotismo, hierarquia, disciplina, lealdade e responsabilidade. A solução para tal reforma veio por meio da norma para que fossem intensificados os estudos da História Militar, com o objetivo de "oferecer referências de comportamento e pensamento que caracterizam o militar". De acordo com Costa (2004:73), "as instituições não apenas condicionam o comportamento e moldam as identidades individuais, como também selecionam e distribuem informações. Ao fazerem isso, privilegiam determinadas opções de mudanças e de alocação de recursos".

A Diretriz do DEP de 2006 também denota essa preocupação com atitudes e valores ao orientar as escolas militares nos seguintes termos:

*O corpo docente e os integrantes da administração dos Estb Ens deverão conduzir, rotineira e enfaticamente, as atividades de formação e desenvolvimento das **atitudes** dos discentes, de acordo com os padrões adotados pelo Exército, objetivando os **valores éticos e morais**, previsto no Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército (...) Todas as oportunidades deverão ser aproveitadas para arraigar **a disciplina, a hierarquia e a disciplina consciente**, no sentido de estruturar a coesão dos integrantes do Exército e, principalmente, favorecer o **trabalho em equipe** (...) As atividades educacionais deverão criar condições necessárias para desenvolver o sentimento de **cumprimento de missão** em detrimento dos interesses pessoais e das situações adversas (...) O sistema de ensino militar deverá mobilizar os conceitos e teorias educacionais a fim de que o discente estabeleça **comportamentos de autocontrole** para superar as situações de crise e os estados psicológicos desfavoráveis (sic) (BRASIL, Comando do Exército, 2005).*

Pode-se notar que a modernização da educação no Exército visa profissionalizar e atualizar seus quadros, mas o comportamento dos membros deve apoiar-se em modelos morais e cognitivos (crenças e percepções) que privilegiam os valores, as tradições e a trajetória histórica da organização. Constatação que fica ainda mais evidente a partir da entrevista concedida pelo general Gleuber Vieira em 1997, quando era o então chefe do DEP e gestor do processo inicial de modernização:

*Orientei o GTEME para que, em nenhum momento, perdesse de vista a finalidade precípua do sistema de ensino: entregar à Força recursos humanos que lhe permitam cumprir, nas melhores condições, sua missão constitucional. Isto significa, **formar soldados**. Soldados proficientes, compromissados com a Instituição, praticantes de seus valores centrais, orgulhosos de suas tradições e história, remota e recente, e confiantes no futuro do Exército (ENTREVISTA com o chefe do DEP, 1995) [grifo da publicação e sublinhado nosso].*

O sistema de ensino militar pós-1985, portanto, deverá formar *soldados*¹³ preparados para cumprir suas missões, com perfis adequados às exigências profissionais do mundo moderno, sem abrir mão, porém, dos valores centrais da instituição. O Exército possui e deve perseguir objetivos bem definidos, mas dentro de um limitado conjunto de instituições. Feita estas observações, partirei para a análise dos currículos da Escola de Comando e Estado-Maior, antes descrevendo esse espaço formativo.

3.2 A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)

O Estado-Maior do Exército (EME) brasileiro foi instituído em 24 de outubro de 1896, sete anos após a instauração da República. Todavia, antes da “revolução institucional” trazida pela Missão Militar Francesa, não havia noção exata a respeito da sua real função conforme registra um documento escrito pelo general Jose Caetano de Faria,

¹³ Conforme veremos no capítulo 4, houve um tempo em que a educação militar privilegiava a formação de “bacharéis fardados” e não soldados, como convinha a uma força armada.

então chefe do EME em 1912:

Possuíamos um Estado-Maior, assoberbado pelas questões de serviço corrente, de caracter puramente administrativo, tinha todo o tempo occupado com transferências de officiaes e praças, licencas, monte-pio (...) nem ao menos há uniformidade no modo de comprehender a noção de Estado-Maior, entre nos (sic). (ESTEVEES, 1996:46)

A Escola de Estado-Maior do Exército foi criada em 1905, tendo mudado sua denominação para Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1955. No ano de 2005, por ocasião de seu centenário, recebeu a denominação histórica de “Escola Marechal Castello Branco”, em homenagem a seu ex-comandante. A Escola, comandada por um general-de-brigada, está localizada na encosta do Morro do Pão de Açúcar, em frente à Praia Vermelha, cidade do Rio de Janeiro.

No âmbito do Exército, a ECEME é considerada o instituto formativo do oficialato de mais alto nível da Força, pré-requisito para o generalato. Sua tarefa consiste em preparar oficiais superiores (a partir do posto de major) para o exercício de funções de estado-maior (planejamento e coordenação das atividades da Força), bem como para o comando, chefia, direção e assessoramento à alta hierarquia do Exército. A organização considera que nas salas da Escola estão alguns dos seus futuros líderes¹⁴, sendo assim é tratada como o "centro de excelência e cartão de visita" do Exército.

A ECEME também coopera com os órgãos de direção-geral e setorial no desenvolvimento da doutrina e emprego terrestres. Ou seja, na transformação das análises de conjuntura e das experiências de combate obtidas pelo Exército, em princípios de comando. Assim o oficial QEMA (do Quadro de Estado-Maior) é preparado para comandar: apoiado em análises prévias da conjuntura em que se encontra a instituição.

¹⁴ Brincadeira corrente entre os oficiais quando algum deles é aprovado no concurso da Escola: a partir daquele momento o referido oficial não é mais apenas "um membro" da instituição, mas "sócio". É uma maneira espirituosa de mostrar que futuramente ele terá poder de decisão sobre os rumos da Força.

"Não é pouco dizer que a ECEME é um ponto de inflexão na carreira dos oficiais do Exército e, talvez por isso, seja um estabelecimento de ensino muito importante para a estrutura organizacional da força terrestre" (LEIRNER, 2006: 150).

3.2.1 O Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM)

O Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM), foco de nossa investigação, habilita e capacita os oficiais das Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicação) ao exercício de cargos e funções de estado-maior em grandes unidades (brigadas) e em grandes comandos. São os especialistas na administração da violência.

Para ingressar no CCCEM, os candidatos devem preencher os seguintes requisitos: possuir patente de major ou tenente-coronel (ou estar no último ano no posto de capitão); ser aprovado no concurso de admissão¹⁵; possuir habilitação no idioma inglês ou espanhol; e passar pelo “filtro institucional” que analisa, principalmente, o histórico profissional do futuro aluno, privilegiando, portanto, o mecanismo do mérito. Uma vez aprovado, o oficial é retirado de suas atividades regulares e fica à disposição da Escola por dois anos, tempo de duração do curso.

Praticamente todos os instrutores do Curso de Comando e Estado-Maior são militares (oficiais superiores), sendo reservadas apenas duas disciplinas para professores civis¹⁶: Metodologia da Pesquisa em Ciências Militares e Metodologia do Ensino Superior – ou seja, matérias sem maiores implicações institucionais. Esse processo de recrutamento direcionado para a busca de membros que partilham dos valores institucionais pré-

¹⁵ Considerado de alta complexidade em decorrência da profundidade em que são tratados temas nas áreas de História e Geografia, inter-relacionados aos assuntos mais relevantes da atualidade. Os candidatos devem responder as perguntas rigorosamente dentro de um método específico desenvolvido pela Escola.

¹⁶ Até agosto de 2006.

estabelecidos, incrementa o chamado "processo de aprofundamento vertical" das instituições.

O aprofundamento vertical refere-se à extensão na qual a estrutura institucional define as identidades dos atores individuais. Tal aprofundamento depende da capacidade de socialização que determinada instituição tem sobre os indivíduos, o que, por sua vez, vai depender dos recursos materiais e simbólicos. Ele também irá variar de acordo com a forma como a identidade dos indivíduos é afetada ou determinada pela posição que estes ocupam dentro da estrutura organizacional (COSTA, 2004:71).

Quando se trata de educação militar, tal processo é aceito e muito bem sucedido entre os membros da organização, como mostra minha pesquisa com oficiais-alunos da ECEME. Um total de 100% dos entrevistados acham que os critérios de promoção de carreira e a educação militar devem ser reduto exclusivamente militar. Embora 87% concordem que civis participem de cursos disponibilizados pelas escolas militares.

O Curso de Altos Estudos Militares, que inclui o curso de estado-maior, está organizado em seções (com instrutores, funcionários civis e militares exclusivos), responsáveis por pesquisar, aplicar a doutrina, controlar, supervisionar, conduzir o ensino e participar da avaliação referente à disciplina que lhe for atribuída.

As seções são as seguintes: Seção Corpo Discente, Seção de Estratégia e Administração, Seção de Operações Defensivas, Seção de Operações Ofensivas, Seção de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e Seção de Logística e Mobilização. Observe-se que cada seção é voltada para um assunto específico, o que denota alta especialização profissional.

3.3 Análise Institucional: resultado e discussões

Os documentos, planos de estudo e currículos foram obtidos junto à ECEME por ocasião de minha visita àquele instituto de ensino entre os dias 14 e 25 de agosto de 2006. A pesquisa foi autorizada após ofício enviado ao comando da Escola, no início de junho do mesmo ano, pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Ali fui recepcionada e assessorada por dois oficiais: um major e uma tenente (ambos da Seção de Pós-Graduação da Escola). Na ocasião, o oficial explicou-me que a ECEME não possuía currículos e planos de estudo completos do período entre 1964 e 1985. Apenas certidões de currículos de 1984 a 2002 com os nomes das disciplinas, uma breve descrição dos assuntos, e as respectivas cargas horárias. Somente a partir do ano de 2003, currículos e planos de estudo completos começaram a ser confeccionados e arquivados, uma obrigatoriedade imposta pelo plano de modernização do ensino.

Pesquisando o acervo da biblioteca 31 de Março, pertencente à Escola, verifiquei o trabalho realizado por um oficial-aluno em 2002 e que tratava da evolução do ensino naquele estabelecimento, a partir da Missão Militar Francesa. Observei, então, que a pesquisa realmente não contava com currículos editados no período do Regime Militar, mas apenas fragmentos retirados de boletins do Exército e de regulamentos da Escola.¹⁷

Tendo em vista meu interesse de pesquisa, recebi todo o material que a ECEME prontamente forneceu: documentos do sistema de ensino, leis, regulamentos, diretrizes, certidões (1984-2002), planos de disciplinas e currículos (2003-2006). Com base nesse material, montei a grade curricular dos períodos 1985-1988 e 1989-2006. Dois pontos

¹⁷ Este trabalho está em nossas referências bibliográficas (ELESBÃO, 2002) e foi de grande valia para entender o andamento da escola durante o governo militar.

precisam ser esclarecidos: a certidão de 1984 é igual a de 1985, e que entre 1985 e 1988 o currículo não mudou. Houve alteração curricular em 1989, permanecendo até 2002. Nos anos seguintes ocorreram poucas mudanças: nas cargas horárias, e inclusão ou supressão de algumas disciplinas.

Certamente minhas observações do intervalo entre 2003 e 2006 estarão mais robustas devido à posse dos planos de estudos completos desse período (inclusive com a bibliografia utilizada nas disciplinas). Mas não poderia desconsiderar o material relacionado ao intervalo entre 1985 e 2002, especialmente entre 1985 e 1988, pela riqueza de códigos conforme mostrarei mais adiante.

Para facilitar minha análise, dividi o estudo em dois períodos temporais: o primeiro (anexo A) corresponde ao intervalo que vai de **1985 a 1988**, portanto do início da transição democrática até a promulgação da Constituição Federal de 1988. O segundo (anexo B) corresponde ao intervalo que vai de **1989 a 2006**, quando estarão em vigor a nova Constituição, a modernização do ensino militar, a Política de Defesa Nacional e o Ministério da Defesa.

3.3.1 Currículos e Planos de Disciplinas do CCEM (Primeiro Período: 1985-1988)

O primeiro governo civil, do presidente José Sarney (1985-1989), mostrou que os militares ainda não haviam voltado para os quartéis. A inesperada morte do presidente Tancredo Neves, eleito indiretamente e não empossado, suscitou discussões sobre quem assumiria a presidência. A palavra final veio da caserna, na figura do general Leônidas

Pires Gonçalves. Legitimado e empossado pelos militares, José Sarney marcou seu governo pela tutela militar.¹⁸

No espaço de formação dos oficiais do Estado-Maior do Exército também foram poucas as mudanças no que diz respeito ao pensamento que vigorou durante todo o governo militar. Embora os currículos relacionados a esse primeiro período revelem a falta de uma disciplina especificamente voltada para a segurança interna, o assunto está presente e inserido no conjunto das disciplinas ESTRATÉGIA ("Estratégia de Defesa Interna") e POLÍTICA ("Segurança Interna e Externa").

O achado que considero mais relevante para o presente estudo foi a notável presença hegemônica de conceitos da Doutrina de Segurança Nacional nos planos de estudo das seguintes disciplinas: ESTRATÉGIA, POLÍTICA, DIREITO E PSICOLOGIA. Minha avaliação obedeceu às oito categorias de análise baseadas nos elementos doutrinários e nos códigos da DSN, elencados no primeiro capítulo deste estudo.

CATEGORIA 1: GEOPOLÍTICA

O estudo da estratégia de defesa com base nos dados geográficos está evidenciado na disciplina POLÍTICA, que estudava os "elementos básicos da geopolítica e a aplicação da geopolítica na formulação de uma Política Externa do Brasil". Ver anexo A, certidão de disciplinas, itens 4 e 6.

CATEGORIA 2: NAÇÃO

As disciplinas ESTRATÉGIA, POLÍTICA, DIREITO e PSICOLOGIA utilizam largamente os códigos "Objetivos Nacionais", "Poder Nacional", "Estratégia Nacional", "Expressões do Poder Nacional", "Segurança Nacional", "Moral Nacional". Ver anexo A, certidão, itens 4,6,7 e 8.

¹⁸ Esse fato suscita minhas dúvidas sobre a pertinência da designação "Nova República", uma vez que ZAVERUCHA (1994) discorre sobre o processo de confirmação de José Sarney como presidente, após a morte de Tancredo Neves, mostrando como o aval militar foi fundamental para legitimar a posse.

CATEGORIA 4: SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

O código aparece nos planos de estudos das disciplinas ESTRATÉGIA ("Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Estratégia Nacional de Segurança", "Relação entre Segurança e Defesa", "Doutrina da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento"), POLÍTICA ("As Expressões do Poder Nacional e sua Significação para a Segurança e para o Desenvolvimento", "Política de Segurança e Desenvolvimento"). Ver anexo A, certidão, itens 4,6,9.

CATEGORIA 6: O CARÁTER NACIONAL

Essa categoria aparece na disciplina PSICOLOGIA por meio dos códigos "Comportamento e Meio", "Determinante da conduta – hereditariedade e meio", "O homem brasileiro – um perfil psicológico", "O Caráter Nacional brasileiro". Ver anexo A, plano de disciplinas, item 8.

CATEGORIA 7: DEMOCRACIA

A democracia é estudada na disciplina POLÍTICA, mas não aparecem códigos relacionados ao tipo de democracia apregoada pela DSN ("democracia responsável"). No entanto, cabe destacar que a disciplina dedica-se não apenas aos estudos da democracia, mas também do marxismo-leninismo. Na área da política internacional, observei estudos sobre a "Guerra Fria", "A luta entre o Ocidente e o Oriente", "A Política de Blocos", "A Fissura nos blocos – China e França", "A Ascensão de Kennedy e Krushev" e "Conseqüências Políticas do Armamento Nuclear". Ver anexo A, certidão de disciplinas, item 6.

Nesse sentido, é possível assinalar que a formação da oficialidade pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército no período entre 1985 e 1988 ainda era marcada pelos códigos da DSN, valorizando, inclusive, temas relacionados ao comunismo e à Guerra Fria. Isso significa que nessa fase não houve mudança expressiva naquele espaço

formativo, possivelmente em consonância ao contexto de transição pelo qual o Brasil passava, e pelo ainda presente – embora cada vez mais enfraquecido – clima da Guerra Fria.

3.3.2 Currículos e Planos de Disciplinas do CCEM (Segundo Período: 1989-2006)

A Constituição Federal de 1988 reafirmou o papel das Forças Armadas de garantia da lei e da ordem. Uma vez definida essa missão, o Exército iniciou as atividades de ensino e instrução da tropa para o emprego em GLO.

Em 1989 a disciplina denominada GARANTIA DA LEI E DA ORDEM aparece pela primeira vez na grade curricular da ECEME, ocupando a quarta posição em ordem de importância (198h) (ver Anexo B). Nas primeiras posições vêm OPERAÇÕES DOS ESCALÕES DA FORÇA TERRESTRE (952h), APOIO LOGÍSTICO E MOBILIZAÇÃO (318h) e ESTRATÉGIA (181h), respectivamente – são disciplinas basicamente voltadas para operações de defesa externa. As certidões de currículo de 1989 a 2002 (Anexo C) mostram, com poucos detalhes, os assuntos tratados pela disciplina GLO: "operações psicológicas", "segurança interna", "operações de garantia da lei e da ordem e defesa territorial".

Sendo o tema "Amazônia" uma das prioridades na agenda militar, no início da década de 1990 as operações em ambiente de selva já estavam sendo estudadas na ECEME dentro das disciplinas Operações dos Escalões da Força Terrestre e Apoio Logístico e Mobilização (defesa externa).

Coerente com a necessidade cada vez maior de capacitação dos recursos humanos existentes, a escola buscou intensificar as atividades na Região Norte do Brasil, particularmente na área da

Amazônia Ocidental, o intercâmbio com as demais Forças Singulares e com os exércitos de outras nações" (SANTOS,2002:5)

Uma atividade bastante valorizada na Escola é o chamado "Exercício no Terreno", método de ensino introduzido pela Missão Militar Francesa. Durante o curso, os oficiais-alunos realizam viagens a diversas regiões do Brasil com o intuito de observar aspectos conjunturais, econômicos, políticos e sociais dos locais visitados. Esse exercício, parte da complementação do ensino (ver Anexos A e B),¹⁹ passou a incluir visitas à região amazônica.

Com o aumento da violência urbana, iniciaram as pressões para que o aparelho militar participasse da segurança pública, com base na missão constitucional de garantia da lei e da ordem. Em 1994, sob o Governo Itamar Franco, aconteceu a "Operação Rio" – ações militares voltadas para o combate ao crime organizado, fruto da negociação entre o Governo do Rio de Janeiro e o Presidente. Apesar das denúncias de "excessos" por parte dos militares, o Exército comemorou o resultado: os institutos de opinião chegaram a apurar até 86% de apoio da população às ações desenvolvidas (FUCILLE, 2006:69). Por outro lado, critica Zaverucha, "os responsáveis políticos pela Operação Rio, em vez de deixar claro que os militares estavam intervindo como braço armado do poder político civil do Estado do Rio, ganhou ares de autonomia" (2000, p.180).

A preocupação com a imagem passou a ser uma realidade institucional na Força Terrestre desde a criação do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX) em 1981.²⁰ Mas em 1989 a disciplina COMUNICAÇÃO SOCIAL foi incluída na grade

¹⁹ Em 2006, os alunos visitaram algumas capitais de diversas regiões do país: Manaus (AM), Curitiba (PR), Campo Grande (MS), entre outros locais.

²⁰ As atividades deste órgão passam pelas Relações Públicas, Relacionamento com a Mídia, Marketing Institucional, e até mesmo Operações Psicológicas e Doutrina (Revista Verde-Oliva, n.186, Out/Nov/Dez 2005 p.32-34).

curricular da ECEME, sugerindo que essa preocupação aumentou depois da Constituição de 1988 e foi levada para os futuros líderes da organização (ver Anexo B).

Outro dado interessante diz respeito às disciplinas INTELIGÊNCIA MILITAR e DIREITO. A primeira disciplina constitui uma novidade na grade curricular a partir de 1989. A segunda, que aparece nos currículos anteriores, passa a englobar, contudo, dois novos assuntos: "Direito Penal Militar" e "Direito Processual Penal-Militar". Tal fato pode ser um indício da necessidade de aprimorar os estudos jurídicos face às operações GLO.

A Constituição de 1988 trouxe algumas mudanças para as missões das Forças Armadas. A principal delas foi a introdução do conceito da garantia da lei e da ordem, em substituição ao conceito de defesa interna. Esse novo conceito conduziu à necessidade de ajustamento ao novo ordenamento jurídico nacional e teve reflexos para a Força Terrestre. (SANTOS, 2002:10)

O primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) praticamente consolidou a missão militar de garantia da ordem interna. O uso das Forças Armadas foi recorrente nesse tipo de missão, numa mistura da segurança pública e defesa interna. São exemplos a Operação Rio II (1995), a greve dos petroleiros das refinarias de Paulínia, São José e Mauá (1995), o protesto de garimpeiros na Companhia Vale do Rio Doce (1996), a invasão da Fazenda de FHC por militantes do MST (1996), a greve da PM de Minas (1997) e a operação na favela carioca do Moquiço (1997).

O staff militar, notadamente o Exército, rapidamente apegou-se a essa redescoberta da vocação interna que pontuou toda a sua atuação no período republicano até o término da Guerra Fria (...) Não por acaso o Noticiário do Exército, editado pelo Centro de Comunicação Social desta Força, mencionava que, de acordo com nova diretiva, devia-se aumentar, no programa de instrução militar, a carga horária destinada à defesa interna – herança dos tempos da Guerra Fria. É interessante notar que este documento data de janeiro de 1998 (FUCILLE, 2006:80).

Em 2001 a ECEME trocou a denominação da seção de ensino "Defesa Interna e Territorial" por "Seção de Garantia da Lei e da Ordem", numa evidência de que a missão GLO ganhou ainda mais importância naquele espaço.

Consequência desse recrudescimento no campo da segurança pública, a ECEME tem dado cada vez mais importância ao estudo desses problemas, tendo em vista que tem sido normal o oficial de Estado-Maior recém egresso da escola, deparar-se com problemas dessa natureza em suas novas organizações militares (SANTOS,2002:10).

A partir de 2002, a ECEME começou a exibir os primeiros sinais do processo de modernização do ensino, quando tiveram início as atividades da Seção de Pós-Graduação da Escola. Nesse mesmo ano, o Ministério da Educação reconheceu as Ciências Militares como um dos campos do conhecimento estudados no Brasil, e a Escola adotou o sistema de apresentação de monografias como atividade obrigatória.

A novidade foi parte da estratégia de integrar o sistema de ensino da Força à educação nacional, com o objetivo de obter reconhecimento, no âmbito civil, para os diplomas e títulos expedidos pela Força²¹. Atualmente ECEME prepara-se para transformar seus cursos em mestrado e doutorado reconhecidos no meio acadêmico civil. Além disso, a idéia é que as pesquisas dos oficiais-alunos contribuam para o desenvolvimento institucional e para a doutrina²².

Conforme discorri no capítulo 2, as organizações, sendo mais flexíveis que as instituições, podem adotar soluções aplicadas por outras organizações do mesmo campo quando o ambiente em que estão inseridas gera incertezas. Esse processo de "imitação" ajuda a lidar com problemas de ambigüidade institucional, no momento em que as organizações estão sem objetivos claramente definidos. Muitos estudiosos apontam a crise

²¹ No documento "Fundamentos para a Modernização do Ensino", o Grupo de Trabalho para Estudo da Modernização do Ensino (GTEME), detectou que o relacionamento do Exército com o meio externo era superficial e assistemático, dificultando o reconhecimento de certificados e diplomas expedidos pela Força. Em contrapartida, a Força não oferecia vagas para civis nas suas atividades de ensino.

²² Segundo oficiais com os quais conversei na Escola.

de identidade castrense após o Regime Militar, o que pode ter levado à busca de novos objetivos organizacionais.

Em 2003 a Escola iniciou a confecção dos planos de disciplinas ou matérias contendo os objetivos educacionais, as práticas didáticas e os assuntos a serem tratados²³. Tal prática possibilitou-me observar que a grade curricular entre os anos 2003 e 2006 manteve quase todas as disciplinas dos anos anteriores. Suprimiu-se apenas a disciplina ADMINISTRAÇÃO, que foi incluída na disciplina CIÊNCIAS GERENCIAIS, criada em 2004 (ver Anexo B).

A partir de 2006, a habilitação nos idiomas inglês e espanhol tornou-se *pré-requisito* para os oficiais inscritos no concurso de admissão da Escola. A norma foi resultado do processo de modernização, na esteira da necessidade de recursos humanos preparados para os novos desafios organizacionais, como a participação cada vez mais freqüente em missões de paz.

A grade curricular do ano de 2006 foi aprovada pelo Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) em 1^o de Novembro de 2005. Essa grade, cumprida em concordância com os Planos de Disciplinas (PLADIS) que nos foram repassados pela Escola, exhibe dezoito matérias – minhas observações, porém, repousarão apenas sobre aquelas cujos achados são mais pertinentes ao presente estudo.

Começarei pela disciplina CIÊNCIAS GERENCIAIS (Anexo D), onde o Plano prevê o estudo em duas grandes unidades didáticas ("Administração Estratégica e Planejamento Estratégico" e "Novas Tendências da Administração e a Excelência Gerencial"). Dentre alguns dos assuntos destas unidades estão: teorias gerais da administração, planejamento, políticas e estratégias organizacionais, indicadores de

²³ De acordo com o artigo 12 do decreto nº 3.182/99, que regulamentou a Lei de Ensino do Exército de 1999.

desempenho, projetos e gerência de projetos, planejamento em recursos humanos, liderança e motivação, e novas tendências da administração e da excelência gerencial.

Esse dado remete às considerações de Janowitz, que observou a diminuição da diferença de qualificação entre as elites civil e militar nos EUA como consequência das novas tarefas que têm se apresentado aos militares daquele país. O novo contexto passou a exigir que o oficial profissional norte-americano desenvolva cada vez mais conhecimentos dos administradores civis. O currículo do Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME sugere tal fenômeno, percebido no estudo de funções logísticas que têm paralelo na empresa civil.

O plano da disciplina OPERAÇÕES DOS ESCALÕES DA FORÇA TERRESTRE (Anexo E) inclui estudos das operações combinadas com outras Forças Singulares – dado que, possivelmente, resulta da criação do Ministério da Defesa, o qual introduziu como rotina operacional o exercício de operações combinadas entre as três Forças. Os alunos utilizam, entre outros documentos, o livro Doutrina Básica de Comando Combinado (MD33-M-03) editado pelo Ministério.

Desde que foi criado o MD já realizou algumas operações conjuntas das Forças (Timbó, Ajuricaba, Leão, Maracaju e Pampa). Em suas diretrizes, a Política de Defesa Nacional de 2005 coloca como objetivo a ser alcançado "incrementar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, ampliando o emprego combinado". Essa atividade operacional, conduzida pelo Ministério, não foi afetada pelos sucessivos problemas políticos relacionados ao chefe da pasta.

Outro dado interessante está contido no plano da disciplina COMUNICAÇÃO SOCIAL (Anexo F), onde além do ensino dos fundamentos e metodologias da área (Relações Públicas e Imprensa), está previsto que os oficiais-alunos participem de

entrevistas simuladas usando técnicas de expressão oral. Também está programado o ensino de técnicas para gerenciamento de crises.

Considero estes dados mais um indicativo da atenção que a Força vem dispensando à preservação de sua imagem. O gerenciamento da Comunicação Social no emprego da tropa, principalmente durante as operações de GLO, é considerado fundamental para se preservar ao máximo a instituição. Essa determinação, inclusive, está na IP 100-2:

a. As atividades de Comunicação Social – particularmente as operações psicológicas e a ação comunitária – representam importante fator de êxito para o emprego da FTer na defesa interna, devido à imperiosa necessidade de conquistar o apoio da opinião pública e de mantê-la informada da evolução dos acontecimentos (...) A atuação junto à imprensa deve ser revestida de recíproco respeito profissional, visando criar condições apropriadas para o trabalho jornalístico, de modo a permitir melhor oportunidade, coerência e exatidão das informações a serem divulgadas, considerando ainda os interesses do Exército (BRASIL, Ministério do Exército, 1997a).

Todavia, os achados mais significantes no que diz respeito ao objetivo de minha investigação – observar a presença ou não de elementos da DSN na formação dos oficiais – estão nos planos das disciplinas ESTRATÉGIA, POLÍTICA e GARANTIA DA LEI E DA ORDEM.

▪ DISCIPLINA ESTRATÉGIA (Anexo G)

Em relação à disciplina ESTRATÉGIA, o primeiro dado significativo está nas referências bibliográficas. Entre outras, a lista inclui obras de Rudolf Kjellen, Halford MacKinder, Alfred Mahan e Carlos de Meira Mattos – nomes tradicionalmente ligados à idéia da geopolítica como a ciência que "procura nos dados geográficos orientações para uma política" e citados no estudo de Comblin (1978, p. 24,25,26) sobre a Doutrina da Segurança Nacional. O período das obras citadas vai de 1918 a 1986.

A manutenção de autores ligados à geopolítica apregoada pela Doutrina da Segurança Nacional é surpreendente e reveladora, pois mostra que a organização ainda

resiste às mudanças em seus métodos e objetivos quando se trata de educar sua liderança. Assinale-se que o estudo da geopolítica está incluído dentro da disciplina *Estratégia*, ou a "a arte de preparar e aplicar o poder" (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2006:38).

Além dos documentos editados pelo Exército, a disciplina também faz uso dos Elementos Doutrinários contidos no Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG) de 1998. Assim, conceitos como Objetivos Nacionais, Estratégia Nacional, Poder Nacional, dentre outros são usados no processo de ensino-aprendizagem. Vale lembrar que a ESG foi um importante laboratório para assimilação, revisão e difusão da Doutrina de Segurança Nacional antes e durante o Regime Militar.

▪ DISCIPLINA POLÍTICA (Anexo H)

Quanto à disciplina POLÍTICA, mais uma vez a bibliografia utiliza MacKinder, Mahan e Meira Mattos – acrescentando agora autores como Mário Travassos, Therezinha Castro e Golbery do Couto e Silva, outros nomes fortemente ligados à corrente geopolítica da ESG. Portanto, é uma bibliografia geopolítica na essência. O período de lançamento das obras vai de 1933 a 1986.

A geopolítica brasileira tem como precursor o general Mário Travassos, que a estudou já nos anos 1930. Seus maiores cultores, porém, foram os generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, merecendo destaque, entre os civis, a professora Therezinha de Castro. Em todos eles, o pensamento geopolítico já surge combinado com a doutrina da segurança nacional – Golbery escreveu suas principais obras da metade dos anos 1950 até o começo da década de 1960, enquanto os outros dois produziram principalmente durante os governos militares (MIGUEL, 2002:48).

Na Unidade didática I (Política Nacional) no item 3 (Geopolítica) o assunto trata das "correntes do pensamento geopolítico. Aplicação na atualidade" – tendo como objetivo específico "analisar a aplicação das correntes do pensamento geopolítico nos dias atuais e seus reflexos para a consecução dos interesses nacionais". Segundo Comblin, a expressão "interesses nacionais" também equivale a "objetivos nacionais", "aspirações nacionais" ou,

ainda, "projetos nacionais" (ibid., p. 50). Fica clara a importância que a Escola atribui aos estudos da geopolítica e seus reflexos para o alcance dos chamados Objetivos Nacionais,²⁴ valor propalado pela DSN.

[a geopolítica] orienta o militar no preparo da defesa nacional e na conduta estratégica; facilitando a previsão do futuro, graças à consideração da relativa permanência da realidade geográfica, ela lhes permite deduzir, a partir dessa realidade, a maneira de atingir os objetivos e, conseqüentemente, as medidas políticas ou estratégicas convenientes (COMBLIN, 1978:25)

Cabe ressaltar que na unidade didática III (Conjuntura Política), item 4 (Situação Política do Brasil), o plano prevê o estudo do "cenário brasileiro e as Forças Armadas" e da "Política de Defesa Nacional". Os objetivos específicos são: "caracterizar a realidade política brasileira, aplicando os conhecimentos sobre suas raízes histórico-culturais"; "caracterizar o cenário brasileiro e as Forças Armadas" e "avaliar a Política de Defesa Nacional". Isso indica que a Política de Defesa Nacional está na lista de interesses da Força – o que não surpreende, pois o documento foi confeccionado por militares e diplomatas conjuntamente.

▪ DISCIPLINA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (Anexo I)

A disciplina GARANTIA DA LEI E DA ORDEM foi, sem dúvida, a que apresentou dados mais expressivos para a presente pesquisa. A matéria está disposta em quatro unidades didáticas: "Operações Psicológicas", "Segurança Interna", "Operações de GLO" e "Defesa Territorial" (ver Anexo I).

UNIDADE DIDÁTICA I – Operações Psicológicas

Nessa unidade didática, o plano de disciplinas prevê os seguintes objetivos específicos: enumerar os conceitos fundamentais, os objetivos e os princípios

²⁴ Segundo a ESG, os Objetivos Nacionais podem ser "fundamentais" (democracia, integração nacional, integridade do patrimônio nacional, paz social, progresso e soberania), "de Estado" (intermediários, voltado para o atendimento de necessidades, interesses e aspirações, considerados de alta relevância para a conquista, consolidação e manutenção dos Objetivos Fundamentais) e "de Governo" (intermediários, voltado para o atendimento de necessidades, interesses e aspirações, decorrentes de situações conjunturais em um ou mais períodos de governo). Ver ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2006: 17,18.

relativos às Operações Psicológicas, identificar as técnicas de propaganda e contrapropaganda, aplicar o método de estudo de situação nas operações psicológicas, elaborar documentos de estado-maior, planejar operações psicológicas, avaliar o planejamento de operações psicológicas, descrever as atividades desenvolvidas pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx) e pelo Centro de Operações Terrestres (COTER), descrever as atividades desenvolvidas pelo COTER.

UNIDADE DIDÁTICA II- Segurança Interna

O plano da disciplina prevê que nessa unidade didática o estudo se volte para duas matérias principais: "Movimentos Revolucionários" e a "Concepção Geral da Segurança Interna".

No tema "Movimentos Revolucionários", os assuntos englobam estudos das causas, características e metas desses movimentos, da explicação dos conceitos de subversão e luta armada, a identificação de agentes, processos e as atividades da ação de um movimento revolucionário, e também da identificação de grupos, movimentos, entidades e organizações que, na atualidade, reúnem potencial para transformarem-se em possíveis *Forças Adversas* no Brasil.

Dentro da mesma unidade didática II, o plano prevê ainda o estudo da "Concepção Geral da Segurança Interna", cujos objetivos específicos são voltados para os aspectos da segurança nacional: conceitos básicos, sistemas correlacionados, diferenças entre os conceitos de Defesa Pública, Defesa Civil e GLO, condicionantes de Emprego da Força Terrestre na Segurança Interna. Há também uma preocupação com o estudo dos dispositivos legais que embasam as operações, bem como em fazer a diferenciação entre GLO e Segurança Interna.

Verifiquei que entre as referências bibliográficas orientadoras dos estudos das unidades didáticas I e II estão duas obras da ECEME: H-26 e 27 (Movimento Comunista Internacional) e H-28 (Movimento Comunista no Brasil).

UNIDADE DIDÁTICA III – Operações de Garantia da Lei e da Ordem

Entre os dois temas previstos para essa unidade didática estão o "Planejamento de Operações GLO" e "Operações contra Forças Adversas em Ambiente Rural". O primeiro trata, entre outros assuntos, dos seguintes: "analisar a atuação das Forças adversas num quadro de GLO", "Aplicar o método de estudo de situação num quadro de GLO para realizar o Planejamento Integrado nos níveis operacional e tático", "Utilizar a estrutura dos meios de comunicações existentes em proveito da GLO", "*Interpretar as experiências das Forças Armadas do Brasil no Combate as Forças Adversas*", "Elaborar Regras de Engajamento" e "Realizar o Planejamento de Operações Psicológicas nas fases preventiva e operativa", "Elaborar notas para imprensa, no contexto de Operações GLO, na fase operativa".

No caso do tema "Operações contra Forças Adversas em Ambiente Rural", o plano prevê o estudo da aplicação do "método de estudo de situação no planejamento contra forças adversas em ambiente rural", da delimitação de uma zona de operação, *organização de uma força de pacificação*, planejamento do emprego da Aviação do Exército e Forças Especiais em operações envolvendo forças adversas em ambiente rural, descrição das possibilidades da Força Aérea e Força Naval num quadro de Operações envolvendo forças adversas em ambiente rural.

UNIDADE DIDÁTICA IV- Defesa Territorial

O Plano de Disciplinas prevê que essa unidade faça a abordagem dos relacionados aos conceitos fundamentais relativos à defesa territorial, analisando a estrutura organizacional necessária à defesa territorial e divisão territorial em tempo de paz tendo

em vista a defesa terrestre. Também prevê a identificação dos pontos e áreas sensíveis para a defesa territorial, entre outros assuntos.

Conforme descrevo nos capítulos 4 e 5, o papel de defesa interna das Forças Armadas brasileiras apareceu na primeira Constituição Republicana, editada em 1891, se fortaleceu ao longo da história nacional, e foi institucionalizado durante o Regime Militar. Mesmo com a redemocratização do País, a Constituição de 1988 manteve esse papel por meio do artigo 142 que afirma serem as Forças Armadas responsáveis pela garantia da lei e da ordem internas.

Costa (2004:72) afirma que uma crença se torna instituição quando sua existência deixa de ser justificada como interesse em comum das partes envolvidas e passa a ser a própria ordem das coisas, assim a instituição não é mais vista como mero produto da vontade e conveniência humanas. Nessa linha, o papel histórico de "guardião" da ordem e da defesa interna é uma instituição dentro das Forças Armadas.

No entanto, os estudos de operações GLO que aparecem na grade curricular e no plano de disciplina da Escola se voltam tanto para o combate em ambiente urbano quanto rural, evidenciando um sofisticado preparo para atividades nestas duas áreas. O plano de disciplina prevê, inclusive, o estudo da "organização de uma força de pacificação" em ambiente rural – recurso que já foi utilizado pelas Forças Armadas nicaragüenses.

Na Nicarágua, as operações conjuntas entre a polícia e o Exército (uma espécie de "GLO nicaragüense") começaram a partir de 1994 e primordialmente em áreas rurais. E juntos lançaram um plano de pacificação, em resposta à problemática dos grupos armados no campo.

Según el Código Militar el Ejército, por orden del Presidente de la República, debe apoyar a la Policía Nacional en tareas de seguridad ciudadana. El Plan Café, como se denominó esta operación, tuvo como objetivo brindar seguridad a productores y obreros agrícolas dedicados al corte del café. Con los años, el plan se convirtió en una acción

permanente para brindar seguridad a la población campesina. El sector de "Las Minas" fue el escenario del más reciente proceso de desarticulación y desarme. En 1999, inicia el Plan Permanente de Seguridad en el Campo a través de la ubicación de pequeñas unidades militares y policiales, principalmente en la zona norte del país. En el año 2001, este plan utilizó a 4,462 efectivos, quienes se distribuyeron en 10 Centros de Operaciones de Montaña y 72 Destacamentos de Tropas Rurales, unidades creadas para actuar conjuntamente con la Policía Nacional (PEREZ;CÓRDOBA, 2005:2)

Está claro que o crescimento e fortalecimento de movimentos de esquerda que pregam a revolução por meio da luta pela terra – especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que surgiu no início da década de 1980 – é uma fonte de preocupação para as Forças Armadas brasileiras. E o plano de disciplina da Escola, que inclui ainda o estudo do emprego combinado das três Forças, é um forte indício dessa inquietação. Vale citar o item "*Interpretar as experiências das Forças Armadas do Brasil no Combate as Forças Adversas*", para ressaltar que o conceito de "forças adversas" começou a ser aplicado a partir das IP 100-2 editadas em 1997, em substituição ao conceito de inimigo interno". Na prática, no entanto, possuem características muito semelhantes.

Quanto ao estudo dos "movimentos revolucionários" (**categoria de análise 3**, conforme descrevo no capítulo 1), esse é um dado que refuta teses que enfatizam a superação da idéia de "inimigo comunista" no âmbito militar suscitada pelo fim da Guerra Fria.²⁵ Segundo MARTINS FILHO (s. d), discorrendo sobre a especialização dos militares franceses, a guerra revolucionária tem como base a doutrina marxista-leninista e as ações psicológicas.²⁶ Cabe destacar que a bibliografia da unidade II, onde o assunto está introduzido, inclui obras que tratam do Movimento Comunista.

²⁵ O artigo de Adriana A. MARQUES (2003), "Concepções Estratégicas Brasileiras no Contexto Internacional do Pós-Guerra Fria" (Revista de Sociologia e Política, n.20, junho de 2003 p.69) assume claramente que esse assunto já foi superado pelos militares.

²⁶ Cf. artigo de João Roberto Martins Filho (S/D), "A educação dos Golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964" (Disponível em: www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc), onde o autor faz uma análise completa dos estudos franceses sobre movimentos revolucionários.

Foi a DSN a responsável pelo arcabouço teórico que reforçou a percepção da necessidade de uma política de defesa militar que contemplasse o problema dos movimentos revolucionários, ou, em última instância, dos militantes mais ferozes da ideologia comunista – que em um passado remoto foram vistos como uma grave ameaça até mesmo para a instituição militar. Assim, os experimentos com a subversão durante a década de 1970 criaram uma doutrina militar genuinamente brasileira para a defesa interna²⁷ – e, logicamente, dispositivos contra movimentos revolucionários foram incluídos.

Conforme mostrarei no capítulo 4, o desenvolvimento institucional do Exército Brasileiro ao longo do processo político-histórico do País moldou a identidade militar, condicionando suas preferências e valores. Isso terminou por constranger a opção institucional pelo tipo de formação que está sendo legado aos seus comandantes e líderes atualmente.

Evidentemente, crenças – como, por exemplo, movimento sociais com orientação de esquerda é sinônimo de desordem – estão sendo reforçadas pelos problemas sociais e políticos da atualidade, como o incremento dos conflitos fundiários e o crescente uso da violência e de expedientes ilegais pelos movimentos agrários, como o MST.

É importante salientar o paradoxo representado pela permanência do estudo de movimentos revolucionários – conceito e prática largamente utilizados pelo Regime Militar, apoiado pela Doutrina da Segurança Nacional, no sentido de justificar a idéia de guerra permanente e de ameaça à Segurança Nacional – dentro da educação militar, ou, mais estritamente, no âmbito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército pós-1985.

²⁷ O artigo de Álvaro de Souza Pinheiro. "Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, presente e futuro" (Military Review, 1st Quarter 1995, p.59-79) faz uma interessante retrospectiva sobre a construção da doutrina de segurança interna na década de 1970, fazendo um paralelo com os acontecimentos na Amazônia atualmente.

Finalmente, cabe assinalar que a importância dispensada pelo Exército e, em última instância, pela Escola ao tema "defesa interna" reflete fortemente na percepção que os oficiais-alunos têm sobre os problemas brasileiros. O *survey* mostrou que a maioria (43,5%) escolheu as questões de ordem interna (aumento dos conflitos pela posse da terra, crime organizado, narcotráfico, conflitos envolvendo indígenas e fazendeiros) como os problemas mais críticos do Brasil na atualidade (ver tabela 2 no Anexo J).

No capítulo que segue, mostrarei a origem de algumas crenças e as diversas mudanças institucionais por que passou o Exército Brasileiro, desde a instalação da Monarquia até o fim do Regime Militar. Meu objetivo é descrever como determinadas instituições construíram a identidade militar, condicionando suas preferências e valores.

CAPÍTULO 4

A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO EXÉRCITO (1808-1985)

4.1 Os militares no Período Monárquico

Em 1808 desembarca no Brasil o príncipe D. João VI e sua corte fugindo do exército da França que invadira Portugal. Aqui, o monarca encontra forças militares frágeis, onde "os corpos de tropa eram poucos e bisonhos, mal-instruídos, precariamente armados e, sobretudo, faltavam-lhes a articulação e o sentido de conjunto próprios dos organismos militares evoluídos" (MOTTA, 2001:16). O Exército contava com poucos oficiais, a maioria portugueses e aristocratas como era comum aos exércitos do século XVII. No entanto, o império que se estabelecia na colônia necessitava do fortalecimento militar, e em 1810 é criada a Real Academia Militar para formação do oficialato²⁸.

Contudo, se em Portugal o ingresso nas escolas militares e a consequente concessão do título de "cadete" exigia qualidade de nobreza, no Brasil Império estes critérios precisaram ser flexibilizados. Disposições de 1809 e 1820 permitem a matrícula na academia militar e consentimento do título de cadete aos filhos de oficiais das forças de linha, das milícias, das ordenanças e de pessoas agraciadas com ordens honoríficas. Decorre que durante a regência de Dom João – e ainda depois, no império de D. Pedro I – não foram poucos os atritos entre oficiais portugueses e brasileiros, estes eram lembrados constantemente de que não faziam parte da aristocracia ligada à Coroa por laços de tradição e sangue.

²⁸ Apesar de necessária, por esta época a academia ainda não era pré-requisito obrigatório para oficiais.

A criação da Guarda Nacional em 1831 trouxe ainda mais problemas para o Exército. A nova força abrigava os grupos de renda mais alta do país, enquanto o Exército não se identificava com esses grupos nem mesmo pela oficialidade. E as praças eram, em sua maioria, os mais pobres (recrutados à força), os desempregados que precisavam do soldo, e os criminosos mandados pela polícia. Brigas, roubos e bebedeiras eram comuns nos quartéis, e a punição vinha em forma de castigo físico. A má qualidade dos recursos humanos marginalizava o Exército.

Não é apenas ao nível das elites que se alojam preconceitos e reservas quanto à organização militar. Ao nível da massa, são as experiências com o serviço militar as que promovem os estereótipos negativos. As causas imediatas sempre foram as formas violentas com que se fazia o recrutamento militar, o tratamento desumano que se dispensava ao recruta, o tempo demasiadamente longo do serviço [seis anos] e o atraso de meses, até de anos, do reduzido soldo (...) Era lógico que o status social do militar correspondesse ao baixo prestígio da organização (COELHO, 2000:59) [colchetes nosso].

Nessa sociedade cheia de preconceitos contra a farda, a única via para ser aceito era o mínimo de identificação com a organização. Os alunos da Academia Militar, por exemplo, compraziam-se em ser chamados de bacharéis ou engenheiros - isso os aproximava aos títulos valorizados pela sociedade. "Como os soldados eram pressionados pela sociedade civil para que reduzissem ao mínimo sua identidade militar, o Exército não se projetava na consciência de seus membros como uma comunidade de indivíduos com características e identidades próprias, diferentes das demais na sociedade" (ibid. pg.68).

4.2 A Doutrina positivista ou o Soldado-Cidadão

Na esteira da tendência internacional de profissionalização e burocratização da carreira militar, partir de 1850 o curso da Real Academia Militar brasileira tornou-se pré-requisito para o ingresso no corpo de oficiais e para a ascensão na hierarquia militar. Esse

novo mecanismo institucional acarretou um processo de diferenciação da oficialidade: ao lado dos jovens oficiais formados pela Escola, conviviam os "tarimbeiros". Eram oficiais mais velhos, quase todos ex-combatentes da Guerra do Paraguai e muitos sem o curso acadêmico. "Se Benjamin Constant e Euclides da Cunha eram exemplos do primeiro tipo de oficial, Deodoro era a personificação do segundo" (CARVALHO, 2005:26).

Embora as relações profissionais entre os dois grupos fossem difíceis, um elo os aproximava: a marginalização imposta à farda pelos civis e a crescente identidade social calcada na própria instituição. Esta última entrou em processo de fortalecimento após a Guerra do Paraguai²⁹ e a partir do recrutamento cada vez mais endógeno entre a oficialidade.

Mudanças instituíram a regra do mérito nos espaços formativos, e foram adotados currículos com matérias mais "científicas" nos cursos de armas (como a Cavalaria e a Infantaria). O resultado foi um perfil militar mais "apaianado"³⁰, menos voltado para as técnicas de guerra, e o nascer do sentimento de "superioridade militar" em relação ao atraso da sociedade, que ainda se valia do "apadrinhamento".

Em 1858, a Real Academia Militar bipartiu-se. O ensino da engenharia civil ficou com a Escola Central (futura Politécnica), e o ensino bélico ficou sob a responsabilidade da Escola Militar da Praia Vermelha. Esta monopolizou os estudos militares superiores, inclusive os de engenharia militar. De acordo com Motta (2000:161), o currículo ainda privilegiava o estudo das disciplinas científicas, especialmente da matemática,

²⁹ A guerra despertara entre os oficiais inéditas aspirações de aperfeiçoamento pessoal e um sentimento de camaradagem em relação aos escravos que lutaram lado a lado com os brancos²⁹. Após a peleja passaram a reclamar a condição de defensores da Pátria e a recusar um espaço insignificante no interior do Estado. Tanto que desobrigam-se do papel de "capitão do mato" na captura de escravos fugitivos e assumem uma atitude pró-ativa em campanhas abolicionistas.

³⁰ Este termo é usado por Celso Castro (1995 e 2004) para designar características mais parecidas com civis do que com militares.

"conceituada como valor essencial na formação de estados mentais e predisposições psicológicas" dos alunos (CASTRO, 1995:52).

*Tal fato haveria de pesar decisivamente sobre seu destino, pois que, com o correr do tempo, o aspecto "escola de engenharia" passou a sobrepujar o aspecto "escola de aplicação da arte militar" (...) a junção de estudos militares e de engenharia em um só estabelecimento leva, necessariamente, ao predomínio destes sobre aqueles, **com reflexos danosos para o regime militar** (MOTTA, 2000:163) [grifo nosso]*

O estudo das ciências, e em especial da matemática, era um poderoso elemento simbólico de diferenciação para estudantes militares da época, um elemento constitutivo de sua identidade social (...) uma exclusividade da Escola Militar (...) O Título de "bacharel em matemáticas e ciências físicas" concedido na Escola Militar, embora enfatizasse a importância do ensino da matemática e das ciências, também situava seu titular no campo acadêmico dos "bacharéis". Os bacharéis militares disputavam prestígio social com os bacharéis civis usando armas diferentes, mas segundo as mesmas regras. (CASTRO, 1995:56)

Durante o Império, o status social dos militares era baixo – ao contrário dos bacharéis em Direito, que tinham caminho livre na sociedade e maiores chances de ocupar altos cargos no governo. Na tentativa de afirmação social, os alunos da escola militar passaram não somente a rivalizar com os estudantes de Direito, mas também a adotar características mais próximas às dos civis.

O que na verdade produzia a escola eram bacharéis fardados, a competir com os bacharéis sem farda das escolas de Direito. Esses oficiais gostavam de ser chamados de doutores dentro do próprio Exército. Era "dr.General", "dr.Tenente", ou simplesmente, "seu doutor". Estava criado o ambiente para a aceitação da idéia do soldado-cidadão que desde a proclamação da República passou a integrar a ideologia das intervenções militares no Brasil. (CARVALHO, 2005:25)

De acordo com Castro (ibid, pg. 42), a mentalidade "cientificista" combinada à supervalorização do princípio do mérito transformou a Escola Militar da Praia Vermelha na principal instituição com características "modernas" no seio de uma sociedade predominantemente rural, patriarcal e hierarquizada. Esse ambiente contaminou os alunos, e a entrada do professor Benjamin Constant, positivista assumido, ampliou a idéia de

superioridade. A partir de então, além das formulações sobre a filosofia da matemática, foram tomando corpo também as idéias positivistas nos campos da Filosofia, da História e da Sociologia (MOTTA, 2000:155).

Não é difícil entender o interesse despertado pela doutrina positivista entre os alunos. Em primeiro lugar, pela importância que atribuía à matemática e às ciências. Em segundo lugar, pela oposição tenaz ao espírito legista encarnado idealmente pelos bacharéis em direito – característico do "estágio metafísico" a ser superado. Terceiro, pelo lugar de destaque reservado à nova elite "científica" no estágio positivo que se avizinhava (CASTRO, 1995:67).

Entre as várias implicações políticas dessa difusão do positivismo, os intelectuais do Exército não somente absorveram as referências de que "a ciência abriria a era do conagraamento dos povos e da paz mundial", mas também a respeito da própria função militar, sintetizadas na idéia do "soldado-cidadão" (MORAES, 2005:126). Segundo Edmundo Campos Coelho (2000), este pensamento representa o início do processo de busca castrense por uma função institucional dentro do Estado, cuja definição viria pela Doutrina da Segurança Nacional.

No curso dos acontecimentos, a idéia positivista que pregava a reforma das instituições por uma elite científica interessada no progresso da humanidade, passa a convergir com as idéias republicanas que tomavam conta da cena política nas últimas décadas do Império. As turmas de oficiais que terminavam o curso da Escola Militar levavam para o Exército a marca positivista, abolicionista e republicana (ibid, pg.156).

Se os republicanos pregavam a falência do sistema monárquico, os positivistas reivindicavam que o soldado era também um cidadão e deveria assumir sua cidadania plena em meio ao caos, sem deixar de ser militar. Ou, como pensavam os mais radicais, justamente por ser militar – o detentor da mentalidade "moderna", "progressista" e movido por valores superiores como a ordem e o mérito individual.

Finda a Monarquia, o Exército assumiu o poder. Todavia, embora já houvesse uma aguda consciência de sua condição militar e da existência da Força como organização única e distinta da sociedade brasileira, ainda estava em curso o processo de fortalecimento institucional. Por causa disso, as disputas pelo poder republicano começaram a enfraquecer a estrutura castrense. Por um lado, os militares *enquanto governo*³¹ defendiam um regime republicano centralizado, com Poder Executivo forte e estados sem autonomia. Por outro, grandes proprietários de terras (principalmente os "barões do café" paulistas) se opunham a esse modelo, lutando por um regime federalista com estados autônomos – o que permitiria o controle político e econômico estadual em prol dos interesses da oligarquia agrária.

No jogo intra-militar, a Marinha reclamava maior participação no governo. Nos escalões inferiores (tenentes e capitães) ainda era intenso o impulso reformista embalado pelo positivismo – evidenciado nas várias rebeliões que desafiavam a hierarquia e a disciplina³². Sem liderança institucional³³ e com a unidade abalada, o Exército não conseguiu administrar a instabilidade sobrevinda com a República. Nas eleições de 1894 o fazendeiro Prudente de Moraes termina eleito. Representante da elite cafeeicultora de São Paulo, sua posse como primeiro presidente civil encerra a "República da Espada" e inicia a "República Oligárquica" – um longo período de predomínio da "política do café com leite" dos grandes proprietários de terra, que se estende até 1930.

³¹ Expressão cunhada por Alfred STEPAN (1986:19) em referência aos militares que governavam o país durante o Regime Militar, em oposição aos *militares enquanto instituição* ou aqueles que viviam o dia-dia dos quartéis sem nenhuma vinculação com a política.

³² A concessão de patentes militares, pelos tarimbeiros, aos civis participantes da queda da Monarquia, bem como o impedimento das reformas positivistas desejadas pelo ministro Benjamin Constant acarretou uma série de revoltas entre tenentes, capitães e alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. (Ver COELHO, 2000; MOTTA, 2000; CASTRO, 1995)

³³ De acordo com Edmundo Campos COELHO faltou aos militares no início da República uma liderança institucional, caracterizada pela "presença de uma perspectiva sistêmica a que se opõe o oportunismo das vantagens e ganhos a curto prazo. Ao formular políticas, a liderança institucional leva em conta o estado futuro da organização (...) e provê os valores que transformem a organização em instituição na consciência de seus membros" (ibid, pg.81).

4.3 O Profissionalismo Militar ou o Soldado Apolítico

A "reforma" do Exército, com efeito, torna-se uma necessidade amplamente aceita.³⁴ Além da discrepância bélica em relação aos exércitos europeus e mesmo alguns da América Latina, a Força começava a sentir o resultado do federalismo. Estados mais poderosos econômica e politicamente, como São Paulo, começaram a formar forças policiais próprias, concebidas como verdadeiros exércitos estaduais.

Grandes mudanças tiveram início em 1906, quando o marechal Hermes da Fonseca foi nomeado Ministro da Guerra no governo Afonso Pena – era um oficial abertamente favorável às reformas no seio da Força Terrestre e com grande prestígio entre os pares. Assim, foram adotadas iniciativas e medidas que deram impulso decisivo no movimento pela reforma, como a reorganização do Estado-Maior do Exército e a reativação da Confederação Brasileira de Tiro – um primeiro passo para aproximar o serviço militar dos jovens de classe média e alta. Também foram introduzidas as Grandes Unidades (reunindo elementos das quatro armas, como já havia nos exércitos modernizados), e adquiridos novos armamentos.

Mas a medida de maior impacto institucional para o treinamento do oficialato foi o envio de jovens oficiais para servirem arregimentados no Exército da Prússia, considerado um dos mais organizados daquele tempo.

Hermes era entusiasta do sistema alemão e foi convidado a assistir às grandes manobras de 1910 presididas pelo Kaiser, aproveitando a ocasião para negociar a vinda de missão alemã. A missão não veio, mas três turmas de oficiais, uma em 1906, outra em 1908 e a última em 1910, absorveram, por dois anos cada uma, o espírito da organização militar alemã (CARVALHO, 2005:27).

³⁴ Em 1904 foi publicado o livro *A Reforma do Exército* de autoria do capitão Liberato Bittencourt, no qual preconizava a adoção do modelo chileno, cujo exército tinha sido organizado seguindo padrões prussianos e, por isso, vencido tropas peruanas e bolivianas. O autor insistia no contraste entre os chilenos e a organização militar atrasada do Brasil, defendendo a implantação do "militarismo alemão" como o fez o Chile.

Extasiados com a máquina de guerra prussiana, esses oficiais voltaram ao Brasil dispostos a lutar pela modernização do Exército. Chamados de "germanófilos" ou pejorativamente de "Jovens Turcos"³⁵, eles constituíram o núcleo mais ativo e articulado dos reformadores³⁶ promovendo intensa campanha em prol do aperfeiçoamento da profissão militar, o que incluía o afastamento castrense dos embates políticos.

A idéia básica do movimento era a de que a função primordial do Exército consistia na defesa externa e que esta só poderia ser efetiva pela existência de uma força militar profissional treinada, equipada e excluída das lutas político-partidárias, por um lado, e pela capacidade do país em mobilizar eficazmente seu potencial de guerra, por outro (COELHO, 2000:92).

No intuito de difundir essa concepção foi criada a revista *A Defesa Nacional*,³⁷ em aliança com alguns oficiais que não estudaram na Prússia mas se identificavam com os propósitos renovadores. "A revista era exclusivamente técnica e dedicou-se a traduzir regulamentos do Exército alemão, a difundir seu sistema de treinamento, suas práticas e costumes, e a lutar por medidas como o sorteio, a educação militar, o afastamento da política, e a defesa nacional" (CARVALHO, 2005:27).

O problema do recrutamento militar "a laço" era continuamente discutido na revista, sendo relacionado ao desprestígio do Exército. A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) chamou a atenção do País para o problema da defesa nacional e a conseqüente necessidade de fortalecimento das Forças Armadas. De maneira oportuna, os renovadores intensificaram a campanha pelo recrutamento de tipo sorteio universal.

³⁵ Gracejo que fazia alusão às tendências "modernizadoras" dos militares turcos e ao fato de que militares prussianos participavam, na Turquia, da reorganização do exército daquele país (DOMINGOS NETO, 1980:58).

³⁷ A simples menção de alguns membros do grupo reformador agrupados em torno da revista, como diretores ou colaboradores, por si mostra a relação entre a mudança institucional do Exército e a corrente política predominante na corporação no futuro: Bertoldo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Tasso Fragoso, Mascarenhas de Moraes, Góes Monteiro, Borges Fortes, Humberto de Alencar Castello Branco, Olympio Mourão, Orlando Geisel, Pery Bevilacqua, Garrastazu Médici, Leitão de Carvalho (DOMINGOS NETO, 1980:61).

Em 1916 fez-se o primeiro sorteio e em 1918 passou-se a exigir carteira de reservista aos candidatos a cargos públicos. Esse novo mecanismo atraiu a preferência pelo serviço militar nas Forças Armadas, levando à conseqüente extinção da Guarda Nacional – o que significou o fim da dualidade do serviço militar estabelecida no Império. "O Exército podia contar agora com abundante e qualificado material humano (...) começou a se tornar uma organização verdadeiramente nacional" (CARVALHO, 2005:24).

A educação militar tornou-se prioridade, e a Escola Militar do Realengo (ex-Praia Vermelha) já se mostrava muito diferente de sua antecessora. O Ensino e a disciplina interna ganharam um perfil mais militar. Tudo resultado do trabalho de um grupo de instrutores³⁸ imbuídos da nova mentalidade, entre eles alguns dos Jovens Turcos. A maior preocupação profissional e o relativo isolamento físico daquele espaço formativo afetaram o comportamento político dos alunos – a escola só se rebelou uma única vez: durante a Revolta Tenentista em 1922.

O levante militar de 1922 é um capítulo à parte na trajetória histórico-institucional da profissionalização castrense no Brasil. Para João Quartim de Moraes (2005), os Tenentes eram militares republicanos, com orientações de esquerda, decididos a restabelecer pelas armas "o império das leis" e pôr fim ao regime oligárquico. Para Coelho (2000), a inspiração foi o desejo de alterar aspectos do regime que constituíam obstáculo à formulação de uma política ajustada aos desejos de profissionalização e modernização da Força Terrestre.

Manuel DOMINGOS NETO (1980) chama o episódio de "rocambolesca rebelião sem futuro", defende que não vale a pena buscar os motivos da rebeldia dos Tenentes e que a importância dada ao movimento não corresponde ao seu valor político, se comparado ao

³⁸ Esse grupo foi chamado de "Missão Indígena".

movimento dos Jovens Turcos. "Os Tenentes não conseguiram sequer conceber projetos (...) jamais representaram propostas de política sócio-econômica ou de reformas para o fortalecimento da nação" (ibid, pg. 62).

Não é meu propósito estender as discussões sobre o levante militar de 1922, restringindo as considerações ao estritamente necessário. Não obstante, entendo que reduzir o valor histórico e político do movimento incorre em um erro acadêmico, principalmente se partir de estudiosos dos militares brasileiros. Não se pode, simplesmente, ignorar um episódio do qual surgiu a liderança política de Luis Carlos Prestes, que não somente conduziu militarmente a Coluna Prestes como também comandou a Revolta Comunista de 1935 – dois fatos que marcaram profundamente a memória institucional do Exército Brasileiro.

Contudo, entusiasmado com o movimento dos Jovens Turcos, Domingos Neto chama a atenção para o fato de que vários dos reformadores chegaram ao poder a partir de 1930, quando colocaram em prática seus projetos políticos – ao contrário dos Tenentistas, com raras exceções³⁹. Com base nesta observação é possível, então, afirmar que o caso brasileiro refuta explicitamente a tese de Huntington de que profissionalismo produz militar apolítico.

Enquanto o Exército enfrentava a rebelião Tenentista, outro movimento importante acontecia no interior da caserna: era o trabalho da Missão Militar Francesa, contratada pelo Ministro da Guerra civil Pandiá Calógeras – profundamente convencido de que a educação ministrada por um exército profissional (que considerava golpe militar "alta traição") representaria o afastamento do militar brasileiro da cena política. Isso era particularmente

³⁹O autor cita Juarez Távora e Eduardo Gomes.

interessante aos políticos civis.⁴⁰ Aos reformadores interessava mais o fortalecimento da Força Terrestre por meio da profissionalização.

Acordos sobre o funcionamento das instituições são, por conseguinte, possíveis mesmo que as forças políticas envolvidas tenham interesses e visões conflitantes, porque as instituições moldam as oportunidades de realização de interesses específicos e os grupos envolvidos reconhecem que as instituições têm esse efeito (PRZEWORSKI, 1984:41).

Os instrutores franceses trouxeram resultados institucionais profundos e duradouros para Exército. Entre as várias transformações importantes, destaco a reestruturação do Estado-Maior enquanto organismo de coordenação e comando das atividades militares, e a reforma completa do ensino do oficialato.⁴¹

Sob a influência francesa, a educação militar desdobrou-se em vários estágios e tornou-se mais técnica a partir da criação de escolas para cada especialidade. Os currículos passaram a ser confeccionados de modo a dar aos oficiais uma formação de verdadeiros profissionais da guerra. A literatura, a Filosofia e a Matemática não mais dominavam os cursos. A formação dos oficiais brasileiros copiou a metodologia das escolas militares francesas, que valorizavam o ensino da História e a análise de todos os importantes progressos bélicos registrados durante as guerras.

Todavia, foi na formação de bons oficiais de estado-maior que a Missão exerceu seu maior impacto institucional. Antes dos franceses, o Estado-Maior do Exército nunca desempenhara sua função de formulador da política de defesa nacional. O estudo monográfico de um aluno da ECEME, sobre a influência da Missão Francesa na Escola, resgata as contribuições estrangeiras:

⁴⁰ Referimos-nos a “políticos civis” porque nessa época ainda não era proibido aos militares candidaturas a cargos políticos.

⁴¹ De acordo com MORAES (2005:182), quando ainda se discutia na Câmara dos Deputados a possibilidade de contratação da missão francesa, o adido militar da embaixada francesa no Rio de Janeiro enviou um relatório ao ministro da guerra de seu país recomendando prudência no envio de uma missão ao Brasil. Segundo este oficial, o Brasil só dispunha de “uma aparência de Exército, tudo estando ainda para ser criado”.

O hábito de acompanhar o pensamento militar nos diversos exércitos do mundo foi incorporado pelos oficiais da escola e propagado por todo o Exército (...) também a intensificação do exercício no terreno nas conhecidas manobras de quadros em que os alunos da EEM eram colocados em contato com o terreno para desenvolver um tema tático (...) embora o trabalho individual fosse a regra, nos exercícios em que os alunos constituíam estados-maiores, a tônica era o trabalho em grupo (...) O ensino francês na escola não se limitou ao estudo da tática e da estratégia. Também foram realizados estudos sobre História Militar, Geografia, Direito Internacional e Mobilização, dentre outros tópicos correlatos, por meio de conferências dos próprios instrutores ou de convidados especialmente contratados (PELEGRINO FILHO, 2002 :5-7).

Pela primeira vez as atividades militares passaram a ser conduzidas segundo regras previamente planejadas e estabelecidas por um órgão de cúpula. Isso significou maior centralização e coesão das ordens superiores, além de um formidável alargamento da noção do papel do Exército. O maior controle interno também *aumentou o poder político* da organização, ao reduzir a probabilidade de quebra da hierarquia pelos escalões inferiores. Mais: os procedimentos para a confecção da política de defesa, ensinados pelos militares franceses, abrangiam todas as esferas da vida nacional.

[ela ia] desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas como siderurgia. É significativo que já em 1927, por influência da Missão, foi criado o Conselho de Defesa Nacional, cujo objetivo era planejar a mobilização nacional para a defesa, incluindo aspectos psicológicos e econômicos. (FAUSTO, 2006:217) [colchetes nosso]

As reformas na educação militar foram uma grande fonte de clivagens. Os oficiais "tarimbeiros" (idosos e cada vez mais raros na corporação) viam na valorização do profissional técnico uma catástrofe para suas carreiras, fundamentadas na reputação. A elite de oficiais "científicos" – orgulhosos de sua formação bacharelesca pela antiga Escola Militar da Praia Vermelha e ocupando postos importantes na hierarquia – reagiu prontamente à entrada em cena de oficiais com sólida formação bélica que colocavam à mostra suas incompetências profissionais no campo militar. Isso tudo porque

Um novo tipo de oficial se formava nas escolas da missão francesa (...) era um oficial que gastava seu tempo na preparação técnica, dedicava-se ao estudo (...) julgando-se o construtor da Nação, estudava os problemas nacionais e formulava teorias a respeito do futuro do Brasil (...) aprendeu com os franceses o que era um exército moderno, tecnicamente eficaz, unido e disciplinado (DOMINGOS NETO, 1980:63).

Os oficiais franceses também se esforçaram no sentido de ajudar seus alunos do estado-maior a estabelecer uma "doutrina de guerra" ⁴², que deveria atender a três objetivos: forjar os meios para assegurar a defesa permanente do território nacional, criar as melhores condições possíveis para a instrução e treinamento da tropa, e criar os meios de mobilização e de concentração dos efetivos conforme as condições impostas ⁴³.

A realização desses objetivos implicou na análise dos problemas conjunturais que se apresentavam para a aplicação da doutrina. Sendo assim, não foi difícil o oficial "profissional" concluir que o Brasil estava defasado em relação ao seu Exército, ou melhor, que o país não permitia a montagem adequada de seu sistema de segurança. O desenvolvimento do Exército dependia do desenvolvimento do País (DOMINGOS NETO, 1980:63).

Edmundo Campos Coelho (2000) assinala que, para aqueles oficiais, a tese de "profissionalismo apolítico" não tinha precedentes históricos para suportá-la. Ao contrário, a lição da História era a de que "o correlato da abstenção política fora quase sempre a subalternidade militar imposta pelas elites civis e a ausência de qualquer compensação em termos de níveis mais altos de modernização e profissionalização do aparelho militar" (ibid, pg. 94).

Para os militares, a concepção de um exército apolítico, voltado exclusivamente para a defesa externa, estava intimamente ligada à idéia de reformas e/ou aperfeiçoamento

⁴² Um conjunto de princípios que orienta os esforços da organização do aparelho da atividade militar (DOMINGOS NETO, 1980:66)

⁴³ Revista A Defesa Nacional, nº 121, 10/11/1923, p. 854-855 apud DOMINGOS NETO, op. cit. pg.67)

militar independentes das regras do jogo político – uma vez que, em relação às questões de defesa, políticos e sociedade civil estariam imbuídos de elevados interesses nacionais. Essa idéia, entretanto, não dizia respeito ao Brasil, onde a sociedade pouco se interessava por defesa e os políticos oligarcas lutavam pela manutenção de seus próprios interesses.

Assim, "a aceitação do programa de profissionalização militar não foi extensiva aos *valores* que o informa. Mais precisamente, o pressuposto de que a neutralidade ou apolitismo militar era condição indispensável para o aperfeiçoamento profissional foi recusado" (ibid., pg.94). Para os militares, se a intervenção na política não elevava o nível profissional, por outro lado o legado histórico mostrava que o *afastamento total poderia representar uma ameaça aos objetivos e até à própria sobrevivência da corporação*.

Quanto às gerações de tenentes e capitães formados pelos franceses, era notório o descontentamento diante da impossibilidade de colocar em prática as lições recebidas de seus instrutores. Estavam formadas as condições para que o novo Exército agisse politicamente (DOMINGOS NETO, 1980:69) [grifo nosso].

4.4 A Doutrina Góes Monteiro ou o Soldado-Corporação

Durante o processo de sucessão do presidente Washington Luis (1930) as divergências crescentes entre as oligarquias agrárias regionais (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba) e a oligarquia paulista que comandava a política, resultaram numa chapa de oposição encabeçada pelo governador gaúcho Getúlio Vargas. A vitória do candidato da oligarquia paulista deu início a um movimento armado de civis para impedir a posse, com apoio de oficiais do grupo dos modernizadores. Entre os líderes da revolta estava um brilhante ex-aluno da Missão Militar Francesa na Escola de Estado-Maior, o tenente-coronel Góes Monteiro.

Visualizando uma possível guerra civil, a cúpula das Forças Armadas (Marinha e Exército) – liderada pelo coronel Bertholdo Klinger, um dos mais empenhados dos Jovens Turcos – adiantou-se e depôs o presidente Washington Luís, no chamado "Movimento Pacificador"⁴⁴. Foi a primeira vez que a caserna tomou o poder de modo planejado, executado como uma operação militar pelo alto escalão. O governo foi entregue a Getúlio Vargas, líder político dos golpistas, consolidando a Revolução de 1930.

O propósito dessa reconstituição factual foi no sentido de contextualizar o novo momento pelo qual passaria o Exército, sendo importante ressaltar que a Revolução de 1930 já evidenciou os efeitos da influência francesa na formação dos oficiais: o estado-maior dos “Pacificadores” se apresentou homogêneo e coeso de modo jamais registrado anteriormente. Por outro lado, deixou claro que a consolidação do poder militar e do papel a desempenhar no Estado ainda exigiria grande esforço: uma situação de indisciplina tomou conta do Exército após a vitória, registrando rebeliões de sargentos, conspirações de generais, agitações de oficiais subalternos, protestos coletivos e até greves⁴⁵. Assim, questões a respeito da regeneração da disciplina e da hierarquia e da definição do papel do Exército na sociedade exigiam respostas imediatas.

Elas vieram por meio do Estado Novo (1937-1945), ditadura conduzida por Vargas e avalizada pelas Forças Armadas, especialmente pelo Exército – cujo poder foi grandemente reforçado⁴⁶. Junto à idéia de um Estado Nacional forte estava a formulação de um "projeto de exército", levado adiante pelos generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, principal articulador do Estado Novo e do "novo" Exército.

⁴⁴ Assim chamado porque a idéia era formar uma junta militar para resolver o impasse entre legalistas e revolucionários, promovendo-se novas eleições.

⁴⁵ Para maior detalhamento dos problemas ver CARVALHO, 2005; 62-101, e FAUSTO, 2006: 234-253.

⁴⁶ Ao ponto de ser o responsável pela derrubada do Estado Novo e pela eleição para a presidência da República do ex-ministro da guerra varguista, o general Eurico Gaspar Dutra.

O que se convencionou chamar de "Doutrina Góes Monteiro" fora resultado da percepção de que a "desorganização nacional" e as complicações do sistema político brasileiro eram as responsáveis pela introdução da anarquia dentro da caserna : não poderia existir um Exército disciplinado dentro de uma nação indisciplinada. Portanto, não são os modelos políticos, mas o modelo da organização militar o melhor caminho para "organizar" a nação.

Somente sob à sombra das Forças Armadas é que "poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade". Sendo assim, deveriam ser criadas as condições para que se fizesse "a política *do* Exército e não a política *no* Exército".⁴⁷ Essa inversão que subordinou praticamente tudo ao modelo militar, exibe a dimensão do crescente fortalecimento político do Exército no Estado Novo e do processo de legitimação do intervencionismo das Forças Armadas em todos os setores da vida nacional. Assim como o reforço da crença de mantenedoras da ordem e unidade internas. Na observação de Edmundo Campos Coelho, o Estado Novo, na realidade, não foi pensado para o favorecimento das classes militares, mas para "organizá-las, livrá-las das incursões do partidarismo político, aparelhá-las, discipliná-las espiritualmente para seu imenso e árduo labor técnico" (ibid. pg.113).

Em boa medida, as aspirações por um Exército "mais disciplinado" foram resultado da experiência crítica com a Revolta Comunista de 1935, quando os chefes militares adquiriram consciência do quanto haviam perdido o controle da situação. Embora tivessem conhecimento da pregação marxista no meio castrense, não se cogitava que dela resultasse uma revolta armada – ainda que fracassada – com a intenção de implantar o regime comunista no País.

⁴⁷ As duas frases são atribuídas ao general Góes Monteiro.

É possível afirmar que uma das consequências mais importantes desse episódio foi o surgimento do “sentimento anticomunista”, tão comum no meio castrense e que terminou por relacionar quaisquer movimentos sociais às perturbações da ordem pública durante o Regime Militar.

Embora a oposição de amplos setores militares ao comunismo anteceda a revolta, foi a partir desse momento que os comunistas passaram a ser claramente identificados como o maior inimigo. Esse processo teve como ponto focal a institucionalização, pelos militares, de uma comemoração no aniversário da vitória sobre a Intentona. O ritual de rememoração dos mortos leais ao governo, repetido a cada ano no Rio de Janeiro, tornava seu "sacrifício" presente, renovava os votos anticomunistas dos militares e socializava as novas gerações nesse mesmo espírito. (CASTRO, 2002:52)

Tomando o discurso de "modelo" da nação, o Exército passou a influir nos programas relacionados à formação da cidadania e à educação nacional. A Força foi contemplada com recursos crescentes para criação de novas unidades, e para a construção de quartéis e escolas. Isso permitiria a ampliação do efetivo de soldados e transformaria a caserna numa "grande escola de ordem, moral e civismo". Os recursos também fomentariam o reaparelhamento da Força, uma vez que a Revolução de 1932 mostrou a fragilidade da instituição militar federal – a potência bélica das forças estaduais eram superiores a do Exército. Mais: o cenário internacional era de pré-guerra mundial, o que preocupava os líderes castrenses.

Também se buscou isolar o Exército contra qualquer tipo de conflito externo, as medidas concentraram-se, principalmente, na seleção e formação do oficialato. Dificultou-se a promoção de praças a oficiais, e não se admitia mais a promoção de praças nem mesmo por bravura como anteriormente era aceito. Foi estabelecido um poderoso (e polêmico) filtro para o ingresso na carreira militar. Motta (2000) cita as "Instruções para a Matrícula na Escola Militar em 1938", aprovadas por decreto em 1937, como um sistema racista e discriminatório ao exigir "honorabilidade" e "antecedentes e predicados pessoais"

do candidato a oficial, cujo parecer seria dado por uma comissão de oficiais - cabendo a decisão final ao comandante da escola.

Nas circunstâncias da época, tais dispositivos significavam excluir do Exército os não-católicos, sobretudo os judeus, os filhos de imigrantes, os negros, os filhos de pais não legalmente casados e os filhos de pais cujas idéias políticas não agradassem ao regime. (CARVALHO, 2005:80)

Entre 1930 e 1940 as mudanças curriculares das escolas militares foram mais sutis porque ainda estava em curso o contrato com a Missão Militar Francesa. Mas a participação pessoal dos franceses nos institutos formativos de oficiais estava sendo gradativamente reduzida, com a edição de alguns manuais militares no Brasil e a substituição de instrutores da Missão por oficiais brasileiros já experientes nas técnicas e conhecimentos adquiridos dos estrangeiros. Na Escola de Estado-Maior, por exemplo, em 1937 o ensino já estava completamente nas mãos dos brasileiros. Mantinha-se apenas um supervisor e alguns assessores franceses para orientar as atividades e tirar dúvidas.

Em junho de 1940 a Escola de Estado-Maior foi definitivamente transferida para sua atual localização. Naquele momento, o método de ensino já revelava os progressos na formação do oficialato.

O método de instrução era essencialmente objetivo, restringindo ao máximo possível as exposições teóricas e colocando os oficiais alunos na obrigação de raciocinar para atingir os objetivos determinados. O processo de instrução mais utilizado era o exercício, que integrava os oficiais alunos num ambiente de guerra, procurando buscar a realidade dos diversos escalões do Exército, onde eram fixadas missões e eram exigidas decisões que depois eram traduzidas em ordens ou instruções (ELESBÃO, 2002:43).

Também em 1940 termina o contrato com a Missão Militar Francesa e a retirada de seus últimos membros. Nesse mesmo ano, um novo procedimento marca os avanços institucionais da Força: a permissão para matrícula de oficiais estrangeiros na escola, que disponibilizou um curso especialmente preparado para eles – Curso de Estado-Maior para

Oficiais de Nações Amigas (CCEM/ONA) ⁴⁸. Ironicamente, os primeiros alunos foram quatro oficiais paraguaios. Aliás, o Brasil chegou a mandar uma Missão Militar Brasileira para o Paraguai na década de 1950⁴⁹.

Durante o período de 1940 a 1945 a Escola manteve-se dentro dos planos de ensino introduzidos pela Missão Francesa. As mudanças tiveram início em 1946, a partir da nomeação para diretor de ensino o então coronel Humberto Castello Branco, ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que teve um papel muito importante na transição da doutrina francesa para a doutrina norte-americana, por sua dupla vivência, junto à Missão Militar Francesa e junto à FEB. (COSTA, 2000:50).

Como haviam ensinado os franceses, as experiências da Segunda Guerra foram incorporadas ao ensino: começaram os estudos das operações anfíbias, aeroterrestres e dos blindados, e passou a funcionar provisoriamente o Curso de Estado-Maior da Aeronáutica – Força criada durante o conflito. Tudo para adaptar a Escola às exigências da guerra moderna e às mudanças que rapidamente se processavam no ambiente internacional – a Guerra Fria já tivera início, e a doutrina americana era hegemônica nas Forças Armadas. “A base doutrinária empregada na EEM era, praticamente, uma cópia da doutrina americana” (ELESBÃO, 2002:47). Contudo, boa parte dos oficiais alunos tinha participado dos combates na Itália e muito de suas experiências foram incorporadas ao ensino.

A Escola representou um cadinho de mudança. Nela foram elaborados documentos doutrinários que se disseminaram por todo o Exército, como o Regulamento de Operações e o Manual de Estado-Maior e Ordens. O coronel Castello Branco procurou sistematizar a doutrina, sempre preocupado com as adaptações necessárias ao caso brasileiro (...) A Escola de Comando e Estado-Maior não se destinava a formar Napoleões (...) O oficial de estado-maior elabora idéias, cria

⁴⁸ Esse curso ainda funciona na ECEME, e recebe oficiais de países da América Latina e Estados Unidos.

⁴⁹ Tomando por base a história, que mostra o conflito entre paraguaios e brasileiros durante o Império, é realmente surpreendente observar oficiais paraguaios matriculados na Escola de Estado-Maior brasileira e recebendo uma missão militar do país.

hipóteses exequíveis, compara soluções, mede vantagens e desvantagens, elimina inexequibilidades, oferece ao comandante não dúvidas, mas probabilidades, guardando sempre em mente que o inimigo é o dono de sua vontade. (CARVALHO, 2000:148)

O Exército no Estado Novo não apenas materializou a sua política própria, visualizada por Góes Monteiro, como também propiciou o fortalecimento do estado-maior, intensificou a renovação dos quadros e o aperfeiçoamento profissional, bem como os esforços para eliminar a política partidária na caserna. Também é possível observar que os mecanismos institucionais introduzidos nesse período resultaram no fechamento do Exército aos influxos sociais, alimentaram o espírito de "superioridade moral da ordem militar", e consolidaram a capacidade de controle da organização pela alta hierarquia. Ou seja, foi implantada uma burocracia que resultou no insulamento militar.

Nesse momento, José Murilo de Carvalho identifica o aparecimento do "Soldado-Corporação", afastado da sua base social e mais próximo à instituição militar (ibid, pg. 43). O Regulamento Disciplinar do Exército de 1938 afirma: "sem constituir (os militares) uma casta, no âmbito social, formam uma classe especial de servidores da Pátria – a classe dos militares" (FAUSTO, 2006:234). Surgem, assim, a corporação e a classe.

Edmundo Campos Coelho (ibid. pg.136) chama de "institucional" a fase do Exército na Era Vargas, não somente porque a Força tornou-se uma unidade ativa e forte, mas principalmente "porque se completou o processo pelo qual ele deixou de ser mera **organização** para transformar-se em **instituição** na consciência de seus membros". (ibid, pg.136) [grifo do autor] . Ele chama a atenção, principalmente, para o fato de que a partir de 1945 a centralidade do Alto Comando virou uma regra da organização.

*Firmou-se a norma de que a integridade do Alto Comando deveria sobrepor-se as divergências entre os membros individuais. Na prática, isso significava que deveria ser evitada a mobilização dos escalões subalternos para a discussão de temas controvertidos, ou para suporte de correntes de opinião militar. **Passou a ser mal suportada a***

representação de idéias e opiniões originárias dos escalões subordinados (COELHO, 2000:128, grifo meu).

4.5 A Doutrina da Segurança Nacional ou o Novo Profissional da Segurança Interna

4.5.1 A Escola Superior de Guerra (ESG): Doutrina e Método

Após a Segunda Guerra Mundial, a divisão do mundo em dois pólos ideológicos, a corrida armamentista e a disputa pela conquista do espaço marca o início da rivalidade entre a antiga União Soviética e os Estados Unidos. Na condição de potência hegemônica na América, os Estados Unidos tomaram todas as providências para neutralizar a ação soviética e sua ideologia comunista no Continente. No caso do Brasil, além da manutenção dos acordos militares assinados desde 1939, os americanos também abriram vagas em suas escolas militares aos oficiais. Castello Branco, entre outros, realizou um estágio na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA em Fort Leavenworth, Kansas, no ano de 1944 (COSTA, 2000:42).

A partir de programas curriculares bem elaborados, o objetivo era inculcar nesses militares o estilo de vida americano e transformá-los em aliados na campanha para a aceitação da hegemonia "dos irmãos do Norte" como boa e natural – inclusive pela identificação com os valores ocidentais e cristãos, ao contrário do comunismo.

Muitos oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB) voltaram da guerra convictos da enorme lacuna tecnológica entre o sistema militar americano e o sistema brasileiro. Esses oficiais acreditavam que o desenvolvimento econômico do Brasil era a

chave para o desenvolvimento das próprias Forças Armadas⁵⁰, a partir da abertura ao capital estrangeiro e aquisição de *know-how* dos americanos. O preparo também era necessário porque a Guerra Fria, dividindo o planeta em dois blocos fortemente ideológicos, era um prenúncio da possível *guerra total* entre o mundo ocidental e o mundo comunista.

Em 1948 é fundada a Escola Superior de Guerra brasileira, nos moldes do Industrial College e do War College estadunidenses – uma iniciativa conjunta de militares aperfeiçoados nos EUA, ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, e oficiais remanescentes do Tenentismo de 1922, da Revolução de 1930 e do Estado Novo. A vinculação direta da ESG ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e à Presidência da República, atestava a importância da escola no aparelho de Estado àquela época.

A idéia era refletir sobre questões a respeito do desenvolvimento econômico e da segurança nacional, além da defesa hemisférica que se apresentavam no contexto da Guerra Fria. No entanto, a escola virou um importante laboratório para assimilação, revisão e difusão da Doutrina de Segurança Nacional. Talvez o elemento mais inovador introduzido nos espaços de ensino castrense brasileiro tenha sido o "método esguiano" – conhecido como "método para o equacionamento dos problemas nacionais". Tal prática consistia em aplicar ao planejamento da segurança nacional – que passava pelo projeto de desenvolvimento nacional, com o ordenamento da sociedade através do Estado –, a mesma sistemática cartesiana introduzida pela Missão Militar Francesa na Escola de Estado-Maior para resolver os problemas táticos e estratégicos da guerra.

⁵⁰ Essa visão suscitou enormes divergências no seio das próprias Forças Armadas, surgindo o grupo dos "nacionalistas" e o dos "antinacionalistas". Para mais detalhes sobre o assunto ver PEIXOTO, 1980:71-113.

Informados pela DSN (que colocava a nação e o bem comum acima de tudo e de todos, sendo o Estado o guardião dos "objetivos nacionais permanentes" ⁵¹) os teóricos da ESG pensavam soluções no sentido de reduzir ao máximo as contradições da política e os problemas nacionais, por meio da gestão técnica de uma "elite". O resultado seria a plena harmonia social, permitindo o desenvolvimento do Brasil em todas as suas "expressões do Poder Nacional" ⁵² e o alcance de seu "destino de Grande Nação".

A pretensão do método esguiano não era apenas ser um instrumento de coordenação da ação governamental, mas a solução racional e científica para *todos* os problemas nacionais que seus formuladores eram capazes de perceber (SVARTMAN, 2006:120). Em 1973, a DSN e o método esguiano foram codificados no *Manual Básico* da Escola, uma interpretação completa do País sob a cobertura de uma idéia orgânica e fixa.

Ainda que a DSN utilizada pela ESG guardasse similaridades com a matriz americana, ela foi adaptada para a realidade brasileira como uma combinação do pensamento desenvolvimentista com o estudo da geopolítica.

O resultado foi uma doutrina que incluía a busca de um acelerado desenvolvimento econômico como momento essencial da promoção da segurança nacional (...) A repressão aos grupos "subversivos" estava, assim, inserida numa visão do destino do país, que os militares julgavam fadado a se tornar uma grande potência (MIGUEL, 2002:41,42).

Os estagiários da ESG eram recrutados entre oficiais superiores e civis, com cargos e funções considerados relevantes pelo comando da escola ou pelo Estado-Maior das Forças Armadas. Mais do que um espaço dedicado aos estudos da segurança, a ESG

⁵¹ De acordo com o Manual Básico da ESG (2006:38), no volume que traz os *Elementos Doutrinários*, os óbices classificam-se em "Fatores Adversos e Antagonismos". Os primeiros são óbices que se interpõem aos esforços da sociedade ou do Governo para alcançar e preservar os Objetivos Nacionais; Os segundos dizem respeito aos óbices de toda ordem, internos ou externos, que se contrapõem ao alcance e à preservação dos Objetivos Fundamentais da Nação (No caso do Brasil: Democracia, Integração Nacional, Integridade do Patrimônio Nacional, Paz Social, Progresso, Soberania).

⁵² O Poder Nacional tem cinco expressões: Política, Econômica, Psicossocial, Militar, Científica e Tecnológica (Ibid, pg.27).

aspirava ser um centro formador de civis e militares que viessem a ocupar postos importantes na condução da política nacional – a "elite".

Um dos mais conhecidos integrantes da escola foi o general Castello Branco, grande difusor das idéias esguianas segundo Octávio Costa:

Levava suas idéias a toda parte (...) Seus temas preferidos eram, então, estratégia, doutrina militar brasileira, segurança nacional e guerra revolucionária comunista (...) pude dimensionar sua notável contribuição para alertar a consciência militar contra o perigo da guerra revolucionária comunista, em expansão no mundo inteiro. Pude sentir que Castello foi um dos dínamos propulsores das idéias centrais da defesa da democracia contra a subversão (COSTA, 2000:58).

O período de maior efervescência doutrinária da ESG foi entre 1952 e 1956, quando a maior parte das idéias a respeito da DSN foi sistematizada. O período de maior importância política foi entre 1964 e 1967, quando membros do grupo mais importante de 1952-56 formularam e implementaram as diretrizes do primeiro governo militar. Apesar de instituição consagrada, a Escola começou a perder poder a partir da década de 1970, mas ainda assim permaneceu como instituição responsável pela sistematização, reprodução e disseminação do *corpus* oficial da DSN.

Embora não fosse mais um centro de iniciativa, era a fonte autorizada da ideologia militar para os militares enquanto instituição (...) todo o sistema de ensino e socialização militar, as agências estatais, como o SNI, e o sistema legal, dominado pelos militares, que produziu as Leis de Segurança Nacional usaram os documentos oficiais da ESG como base doutrinária (STEPAN, 1986:57) [grifo nosso].

4.5.2 O Regime Militar e a formação do oficial do Quadro de Estado-Maior (QEMA)

A nova configuração mundial na Guerra Fria e a convivência próxima com os americanos no campo bélico e ideológico aumentaram ainda mais a aversão dos militares

ao comunismo, cultivada a partir da Revolta Comunista. Em 1963 o presidente João Goulart governava o país com todas as garantias constitucionais, mas não dispunha de base no Congresso para apoiar todos os seus projetos. Goulart resolveu buscar sustentação política nas classes populares, aproximando-se do movimento sindical.

Essa situação política convenceu os militares de que o presidente estava levando o Brasil para um estado socialista, que extinguiria os valores e as instituições tradicionais. Cresceu o temor da "comunização" e da "desordem" do País e, também, da degenerescência das Forças Armadas. Quebras da hierarquia e da disciplina por parte de sargentos, marinheiros e fuzileiros navais tornaram-se freqüentes. Teve início o movimento para derrubar Goulart.

*Os conspiradores sustentavam idéias marcadamente anticomunistas desenvolvidas na ESG (...) No Brasil, a ESG já era um centro altamente influente de estudos políticos através de seus cursos de um ano de duração freqüentados por igual numero de civis e militares destacados em suas áreas de atividade. Da doutrina ali ensinada constava a **teoria da "guerra interna"** introduzida pelos militares no Brasil por influencia da Revolução Cubana. Segundo essa teoria, **a principal ameaça vinha não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários.** Todas essas categorias representavam séria ameaça para o país e por isso teriam que ser todas elas neutralizadas ou extirpadas através de ações decisivas (SKIDMORE, 1988:22, grifo meu).*

A reação militar seguinte não deveria ser uma surpresa, pois um olhar mais atento sobre cada uma das crises castrenses, principalmente a de 1935, mostra que a instituição desenvolveu ao longo do tempo uma maneira singular de interpretar e oferecer uma resposta adequada às ameaças: a intervenção. Tanto assim, que no dia 31 de março de 1964 a cúpula militar, com apoio civil, depõe o presidente. Ressalte-se que a destituição de Goulart foi primeiro e sobretudo trabalhada como uma operação militar, levada adiante por oficiais altamente profissionais.

A Revolução de 1964, com a ascensão dos militares ao poder, marcou o início de uma fase de simples sustentação e aprofundamento do processo de institucionalização [do papel do Exército], acrescentando-lhe um fator crucial, uma doutrina (COELHO, 2000:136) [colchete nosso].

Uma das medidas iniciais do primeiro governo castrense foi o expurgo de militares acusados de envolvimento com sublevações, e a revisão da lei dispondo sobre promoção e transferência para a reserva. Antes de 1964 não havia limite para o tempo de permanência na ativa dos generais de exército, mas em 1965 a lei foi regulamentada e limitou a quatro anos o tempo de permanência no posto. Também limitou a todos os oficiais um máximo de dois anos fora do serviço ativo antes de passarem para a reserva ou de voltarem ao quartel.

As principais conseqüências de tais regras foram duas: 1) O fim da era dos “generais-políticos”, que passavam mais de vinte anos no posto e cujos rostos se confundiam com o próprio Exército; e 2) A impossibilidade dos militares dedicarem-se a carreiras políticas paralelas, como houve com vários tenentes da década de 1920 que chegaram ao posto de general entremeando mandatos de governador, de ministro e de deputado.

A partir da adoção da DSN esguiana como arcabouço teórico que guiava as ações militares, o Regime tomou para si a tarefa de oferecer ao Brasil o que entendia como o “remédio” para todos os males: o binômio segurança e desenvolvimento. Assim, empenhou-se a fundo na recuperação econômica e financeira do País e na ordenação político-social. Interessante assinalar que um decreto-lei de fevereiro de 1967 submeteu todo o Executivo ao planejamento segundo o estilo militar (SKIDMORE, 1988:119).

Por outro lado, o comunismo passou a ser visto como a principal ameaça à segurança do Brasil, tanto no âmbito externo quanto interno, e todos os movimentos sociais foram associados, *a priori*, ao movimento comunista internacional. Portanto,

passou a ser fundamental que a caserna se engajasse na luta contra um inimigo impreciso e presente em todos os setores da vida social. Esse "inimigo interno", segundo a ótica militar, visava quebrar a ordem vigente e desestabilizar politicamente o País, sendo o seu antídoto as medidas de segurança interna.

Assim, na luta contra a subversão o Regime Militar conferiu ao Exército, *enquanto instituição*, funções prioritariamente voltadas para a segurança interna. Concomitantemente, o Exército *enquanto governo* trabalhava em prol do progresso nacional. Foi essa mudança de foco do profissionalismo castrense que Stepan (1986) denominou de Novo Profissionalismo Militar: um soldado com perfil moldado não somente para as operações de segurança externa e interna, mas também apto para a administração político-social. Na visão de Stepan, essa mudança institucional contribuiu grandemente para a expansão autoritária daquilo que os militares concebiam como seu papel no Estado e na sociedade (Ibid, pg. 21). Edmundo Campos Coelho, por sua vez, afirma que o Novo Profissionalismo/DSN representaria a *solução* para a "crise de identidade difusa"⁵³ que assolava o Exército desde o tempo do Império (ibid. pg. 167).

No início da década de 1960, a percepção da ameaça de guerra revolucionária já era uma realidade nos espaços formativos da oficialidade. A partir de 1965, o Curso de Comando e Estado-Maior da ECME adotou uma nova estruturação do ensino em três grandes áreas: Operações de Defesa Territorial e *Segurança Interna*; Operações em Teatro Continental e Segurança Interamericana; e Operações em Teatro Extracontinental e Segurança Internacional.

Na área I, Segurança Interna e Defesa Territorial, predominava o estudo das operações contra um inimigo de influência predominantemente comunista, que agia na base da agitação e da infiltração, da sabotagem e da guerrilha, visando à insurreição armada

⁵³ Varia concepções a respeito do que deva ser o papel da organização militar, resultado das facções em que se pulveriza a arena civil (COELHO, 2000:167).

com o fim de derrubar o governo. Nesta época já era estudado o planejamento e a execução das operações psicológicas e a defesa civil, paralelamente as operações táticas. Ainda na área I, o objetivo principal era a consecução dos Objetivos Nacionais, tanto na defesa do território brasileiro de um inimigo externo, quanto de um inimigo interno. Esta área fez com que a Escola partisse para o desenvolvimento de uma doutrina própria para cumprir seus objetivos (ELESBAO, 2002:53).

Nos anos de 1967 e 1968, quando o Brasil era presidido pelo marechal Artur da Costa e Silva, a Escola destacou-se, principalmente, como “laboratório de idéias” e de doutrina, participando das iniciativas doutrinárias do Estado-Maior do Exército, inclusive no processo de elaboração de Manuais e Regulamentos. Em setembro de 1968, a ECEME planejou, preparou e abriu seus espaços para a realização da VIII Conferência dos Exércitos Americanos (VIII CEA), presidida pelo então ministro do Exército, general Aurélio de Lyra Tavares. Entre as resoluções tomadas pelos representantes de vários exércitos da América Latina – mais os do México, Estados Unidos e Canadá – destacamos o compromisso de "intercâmbio de informações no âmbito continental sobre as atividades insurrecionais, subversivas, revolucionárias e terroristas", e a "reafirmação do propósito dos Exércitos Americanos de colaborarem para o 'desenvolvimento nacional', sem prejuízo de suas missões principais" (ESTEVES, 1996:442).

Em 1971, quando o Brasil já estava sob a presidência do general "linha-dura" Emílio Garrastazu Médici, o currículo do Curso de Estado-Maior passou a ser dividido da seguinte maneira: Ano I, Cultura Geral (História, Geografia, Economia, Direito); Ano II, Cultura Profissional, *Segurança Interna e Movimento Revolucionário*; Ano III, Operações Militares e Estado-Maior (ELESBÃO, 2002).

*Neste particular, destaca-se a evolução ocorrida no âmbito do combate às formas de guerra irregular, da consolidação à aplicação, em exercícios e manobras, de uma **doutrina brasileira de segurança interna**, por imposição da conjuntura nacional (...) com ênfase toda especial ao estudo de métodos de combate aos processos insidiosos da guerra revolucionária, no qual exercita incansavelmente os seus corpos docente e discente (LEITE, 2002:5,6) [grifo meu].*

Em 1972, com base na Lei de Ensino do Exército, o concurso de admissão para a ECEME começa a aplicar provas de História, Geografia e *Movimentos Revolucionários*. Cabe aqui abrir um parêntese para destacar que a Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PC do B entre os anos de 1970 e 1972, proporcionou ao Exército sua primeira experiência de confronto com uma insurreição rural bem organizada. Em 1972, quando o foco foi descoberto pela inteligência militar, o Exército ainda não estava preparado para operações nesse tipo de terreno. Percebendo a ineficácia de suas estratégias de guerra convencional, passou a utilizar nova tática, demorando dois anos para completar o serviço.

Todo o efetivo envolvido, inclusive o pessoal da Força Aérea, passou a operar descaracterizado, em trajes civis. Como "estória de cobertura", a tropa atuava como se fossem elementos pertencentes aos quadros da Polícia Federal. Esta decisão foi tomada, principalmente, a fim de negar o reconhecimento de que efetivos das forças armadas estavam sendo empregados num problema de defesa interna dessa natureza (...) há que se ressaltar que a atuação destes elementos foi decisiva para a obtenção do pleno êxito na operação (...) Mais uma vez se ratificava o ensinamento de que "guerrilha se combate com guerrilha" (PINHEIRO, 1995 :68).

A partir desse episódio, o Exército decidiu criar sua força de guerra na selva especialmente treinada para operar em pequenas unidades. Atualmente, a instituição conta com militares especialistas em guerrilha e contraguerrilha em ambiente rural e urbano, formados no Centro de Instrução de Operações Especiais, sediado no Rio de Janeiro. Ressalte-se que as experiências passadas – revistas, analisadas, solucionadas, testadas e aprovadas – são a essência de qualquer doutrina militar. Provavelmente, a década de 1970 foi o período mais produtivo para o desenvolvimento da doutrina militar brasileira de segurança interna.

O profissionalismo militar nacional nas décadas de 1960 e 1970 contrastava radicalmente com a visão huntingtoniana, segundo a qual o aumento do profissionalismo levaria à formação do militar apolítico. Na prática, a formação dos oficiais-alunos da ECEME fortalecia o argumento de Stepan, que via o Novo Profissionalismo como uma contribuição para a expansão e gerenciamento político-militar – ou melhor, para a intervenção castrense em todos os espaços da vida nacional.

*Quanto à influência dos movimentos comunistas internacional e nacional, a Escola sofreu forte influência na condução do ensino e nas ocasiões em que seus integrantes foram empregados. No primeiro caso, a criação e a priorização de matérias relacionadas à Segurança Interna foi fundamental para aprimorar a doutrina de emprego do Exército e para estreitar os laços com os Estados Unidos da América, que à época vivenciavam o fenômeno da Guerra Fria. No tocante ao emprego de oficiais da ECEME, verificou-se a participação em estados-maiores de grandes unidades e grandes comandos, **seja combatendo efetivamente os elementos tidos como subversivos, seja coordenando os trabalhos dos órgãos de imprensa e instituições nacionais**, como a PETROBRÁS e a Superintendência de Política de Reforma Agrária (LEITE,2002:7) [grifo nosso].*

O penúltimo general-presidente, Ernesto Geisel, iniciou seu governo em 1974 enfrentando uma série de problemas: o "estado paralelo" montado pelos serviços de inteligência, a luta interna pelo poder, e um contexto desfavorável no cenário econômico externo. Na ECEME, a ameaça do inimigo interno ainda era a maior preocupação.

No ano de 1974, a tônica eram as experiências e os ensinamentos advindos do combate à subversão . As lembranças e alertas dos chefes sobre uma nova ordem mundial vindoura remetiam ao pensamento de que a segurança do país não devesse estar relegada a um plano secundário , pois ainda existiam ameaças comunistas. Disso, pode-se inferir que a Escola interagiu plenamente com a sociedade brasileira e, desse relacionamento, surgiu um pensamento militar preocupado com as ameaças externas e com as de cunho ideológico que existiam no interior da própria nação. (ZANIN,2002:6)

Em 1976 o currículo do Curso de Comando e Estado-Maior foi reformulado. As matérias mais importantes, e avaliadas com provas, passaram a ser: Segurança Interna,

Tática das Grandes Unidades (1º ano), Operações de Grandes Comandos (2º ano), Administração e Chefia Militar e Estratégia (ELESBÃO, 2002:57).

Com o fim do governo Geisel, a continuidade do projeto de distensão "lenta, gradual e segura" ficou sob a responsabilidade do sucessor, general João Baptista Figueiredo – escalado com mandato ampliado para ser o último presidente militar. Em 1979, ele revogou o Ato Institucional nº 5 e sancionou a Lei de Anistia recíproca – o que permitiu a volta do exílio dos principais líderes da esquerda brasileira, e evitou o julgamento de militares envolvidos em casos de torturas e mortes de opositores do Regime.

Ainda em 1979 a ECEME realizou nova alteração no currículo, e as matérias foram organizadas em quatro grandes conjuntos: I) Serviço de Estado-Maior e Operações Militares; II) *Segurança Interna* e Administração; III) Ciência e Tecnologia e Mobilização; IV) História Militar, Estratégia, Economia, Psicologia, Direito Público e Política.

Em janeiro de 1985 a vitória no Colégio Eleitoral da chapa de oposição "Aliança Democrática" marca o fim de 21 anos de governo militar e início da transição democrática, que vai até 1988 quando foi promulgada uma nova Constituição. .

Entre 1965 e 1979 o Exército institucionalizou a doutrina da segurança interna, resultado da combinação entre a crença do Exército "guardião da Nação" firmada ao longo da história, da regra instituída e mantida desde a primeira Constituição, e da Doutrina da Segurança Nacional – que introduziu o conceito de inimigo interno dentro dos espaços formativos da Força.

Segundo Coelho (2000), não há dúvidas de que essa doutrina, oficialmente sancionada dentro do sistema de ensino militar, definiu claramente o papel das Forças Armadas como guardiões da lei e da ordem interna, da democracia e da paz social – o que certamente

possibilitou aos militares a definição autônoma de suas políticas e estratégias (ibid, pg. 172).

CAPÍTULO 5

O EXÉRCITO APÓS O FIM DO REGIME MILITAR (1985-2006)

O desenvolvimento institucional do Exército iniciado nos últimos anos da Monarquia, e cujo ponto alto foi o estabelecimento do Governo Militar em 1964, indubitavelmente contribuiu para a autodeterminação e institucionalização do papel de "vigilante da ordem interna" ainda hoje assumido pelo Exército, bem como para a desconfiança que os militares nutrem em relação aos movimentos identificados com orientações de esquerda.

Além disso, os espaços formativos da oficialidade foram um espelho extraordinário ao refletir cada nova visão de força armada e do papel castrense dentro do Estado. Do *soldado-cidadão*, que derrubou D. Pedro II reivindicando o direito do militar de participar da vida política nacional, ao *profissional da segurança interna e do desenvolvimento*, que assumiu o País e negava à sociedade o direito de participação política, foram pouco mais de cem anos. Em 1985 começa o período de transição democrática, quando os civis voltam ao comando do país depois de 21 anos sob o Regime Militar.

As Forças Armadas viviam um clima de disputa interna, cujas consequências eram imprevisíveis. Os militares "profissionais" queixavam-se da crescente intromissão da comunidade de inteligência. As promoções, por exemplo, passaram a ser feitas pelo critério político, em lugar do tradicional critério do mérito (...) dois canais operavam dentro dos quartéis: um cuidava dos assuntos "profissionais", enquanto o outro trabalhava com a repressão e a segurança interna. Não há dúvida de que a decisão do regime de adotar a alternativa da transição para a democracia se deveu não apenas às pressões externas, mas também às internas (ZAUERUCHA, 1994:164.

Não obstante, o primeiro governo civil, do presidente José Sarney (1985-1990), mostrou que os militares ainda não haviam voltado para os quartéis. Sarney marcou seu governo pela continuidade e tutela militar, e a Constituição Federal de 1988 foi confeccionada ainda sob esse cenário.

5.1 As novas regras do jogo político

5.1.1 A Constituição Federal de 1988

Redigida ainda sob o governo Sarney, o *caput* do artigo 142 da Constituição Federal de 1988 estabeleceu o seguinte:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos Poderes Constitucionais e, por iniciativa destes, da Lei e da Ordem.

Resultado de um lobby militar bem articulado dentro da Assembléia Constituinte, o artigo 142 estabeleceu o papel das Forças Armadas na democracia. Do ponto de vista institucional, suas atribuições destinam-se tanto para ações externas ("defesa da Pátria") quanto ações internas ("garantia dos Poderes Constitucionais" e "da Lei e da Ordem") - como já preconizavam as Constituições de 1946 e 1967, bem como a emenda constitucional de 1969. Desapareceu apenas a cláusula "dentro dos limites da lei".

Do ponto de vista jurídico e político, nova Carta já nasceu contraditória. Primeiro, permitiu a qualquer um dos Três Poderes (nas esferas municipal, estadual e federal) a convocação dos quartéis para o controle de tumultos na área de segurança pública, esvaziando, nesse sentido, a autoridade suprema do Presidente da República. Além disso, o

artigo entrava em choque com outros artigos da Constituição, como o 137 que trata de estado de sítio, uma situação de ameaça à lei e à ordem.

De acordo com esse artigo, o presidente depende de autorização do Congresso para declarar estado de sítio. Se o Congresso não considerar que a lei e a ordem estão em perigo, o presidente não pode solicitar a intervenção dos militares. Ao aplicar o artigo 142, porém, ele pode passar ao largo da decisão do Congresso e pedir aos militares que restabeleçam a lei e a ordem (Fábio Konder Comparato apud ZAVERUCHA, 1994:197)

Segundo, ao não definir claramente o que é "lei" e o que é "ordem" abriu espaços para variadas interpretações.

Empregar as Forças Armadas para a defesa da lei significa que elas podem ser utilizadas na repressão ao narcotráfico e outros crimes, atribuições de polícia. Na garantia da ordem, por seu turno, abre espaço a que a instituição militar seja chamada com o intuito de reprimir greves e movimentos políticos e/ou sociais (FUCCILLE, 2006:55)

Zaverucha (2005:86) observa, também, que a Constituição deixou de fornecer uma clara definição sobre o papel dos militares para além de suas funções. Praticamente nada foi dito sobre o papel do Congresso no controle do orçamento militar, leis de defesa, programas nucleares militares, serviços de inteligência militar, administração militar, e distribuição de tropas ao longo do país. Não obstante, a percepção de "missão" por parte dos militares permaneceu a mesma.

Fiel à tradição constitucional brasileira, reza a Carta Magna vigente (...) que as Forças Armadas (...) são instituições nacionais permanentes e regulares, (...) e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um destes, da lei e da ordem. O destino assim traçado é bem consentâneo com o estágio alcançado de evolução política da Nação, levando-o ao plano de manutenção da lei e da ordem (...) Mesmo se a lei não previsse tal destinação, dificilmente a sociedade aceitaria que as Forças Armadas se mantivessem impassíveis e neutras diante do caos e da desordem. Seria ilógico e utópico que o Estado abrisse mão do braço armado para enfrentar qualquer ameaça externa ou interna (...) A mudez é uma

deficiência orgânica incompatível de se constituir em predado militar (MACEDO CARVALHO, 1995:43).

Somente em 1991 a Lei Complementar nº69 orienta a respeito da organização, do preparo e do emprego das Forças Armadas, regulamentando o polêmico artigo 142 da Carta Magna. Contudo, o progresso mais importante da lei foi estabelecer que a decisão final sobre o emprego das Forças Armadas seria responsabilidade exclusiva do presidente da República, ou por iniciativa própria ou por pedido manifesto de qualquer um dos poderes constitucionais em sua instância máxima. Assim, antigas aberrações, como a que permitia que o Exército acabasse acionado por um juiz federal, foram solucionadas. Permaneceram, porém, as dificuldades de ordem política.

A Constituição Federal incorre em uma definição inapropriada para a consolidação da democracia, ao estabelecer que as Forças Armadas são responsáveis pela manutenção da lei e da ordem, e tão ou mais grave, pela garantia dos poderes constitucionais. Na hipótese de conflitos entre os poderes caberia às Forças Armadas o papel de árbitro, o que não corresponde aos pressupostos democráticos. Além disso, privilegia-se a resolução de conflitos com base em elementos de força, e não de consenso (SOARES, 2001:117).

Indiscutivelmente, o papel histórico dos militares como garantes da lei e da ordem foi constitucionalmente definido como *missão*, está institucionalizado na Lei Maior. Conforme mostrarei mais adiante, essa missão está sendo administrada pelo Exército com mecanismos muito parecidos com o passado, podendo ser considerados adaptações *ad hoc*.

5.1.2 O Ministério da Defesa e a Política de Defesa Nacional

O primeiro documento da Política de Defesa Nacional (PDN) entrou em vigor no ano de 1996, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, com a proposta

de ser o documento mais importante da área de defesa. Como política, anunciava os objetivos de defesa, a postura estratégica e as diretrizes do Brasil voltados para as ameaças externas. A idéia era definir uma política militar baseada nessas orientações, e tirar dos militares a prerrogativa de elaboração da defesa do País.

Foi a primeira vez que diplomatas e militares sentaram à para produzir um documento político sobre defesa nacional. No entanto, o que se viu foi um documento extremamente generalista, superficial e vago – o que não poderia ter sido diferente, visto que foi confeccionado em menos de um mês⁵⁴. Ainda assim, a confecção da PDN foi recebida com satisfação por alguns estudiosos, que viram nesse ato, à luz das relações civis-militares, uma disposição para o exercício da direção política das Forças Armadas e uma tentativa de solução para a "crise de identidade" militar que surgiu no contexto da redemocratização.⁵⁵

A PDN também foi vista como uma tentativa de preencher as lacunas na política de defesa de então, que ainda mantinha vigentes conceitos da Doutrina de Segurança Nacional – tais como o estabelecimento de projetos nacionais perenes e engessados, o conceito de inimigo interno⁵⁶, o anticomunismo, e a idéia de ordem direcionada para o controle da contestação e da oposição políticas.

Não obstante, o documento recebeu críticas variadas justamente porque sua superficialidade poderia significar um retrocesso na relação civil-militar.

A elaboração da Política de Defesa Nacional não deixou de corresponder a uma característica ainda presente no sistema político brasileiro: a criação de consensos artificiais. Procurou-se a manutenção

⁵⁴ A informação foi dada por uma matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 09/09/96, "Em 20 dias, uma política de defesa" (apud FUCCILLE, 2006, p.89).

⁵⁵ Cf. a obra de Eliézer Rizzo de OLIVEIRA (2005), p. 333-373, onde discorre com grande entusiasmo sobre a criação do ministério como uma mudança radical no relacionamento civil-militar brasileiro.

⁵⁶ Algo bastante criticado, pelo paradoxo de se considerar um brasileiro como inimigo: ou é um cidadão desordeiro ou é um cidadão criminoso, mas sempre um "cidadão brasileiro". O conceito de inimigo seria mais apropriado para inimigos de guerra estrangeiros (TORRES DE OLIVEIRA, 2004, p.57).

de visões não antagônicas, mas não necessariamente coincidentes entre diplomatas e militares. Em decorrência, a Política de Defesa Nacional não estipula com clareza as atribuições de cada componente da Defesa, permitindo, inclusive, que as Forças Armadas, uma vez mais, passem, elas mesmas, estabelecer suas prioridades (SOARES, 2001:23).

Cabe ressaltar que a PDN de 1996 reforçou a idéia de necessidade da manutenção de forças armadas permanentes e preparadas, esfriando a indagação recorrente após o fim da Guerra Fria: forças armadas para quê? Igualmente assinalou a "postura estratégica dissuasória de caráter defensivo" do País, o que levou o Exército a se comprometer em 2003 com a substituição da "estratégia da presença" (onde a postura era de "exército de ocupação") pelas estratégias "da dissuasão", da "projeção de poder" e da "resistência", todas com orientações mais combatentes (BRIGAGÃO e PROENÇA JR, 2007:382).

A PDN também colocou como diretriz "participar de operações internacionais de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais". Embora essa participação não fosse novidade para as Forças Armadas, como veremos mais à frente, a possibilidade de maior frequência nessas operações suscitou algumas mudanças no seio do Exército, como a criação de um Centro de Instrução de Operações de Paz,⁵⁷ e a obrigatoriedade de um segundo idioma para o oficialato.

Todavia, a questão mais problemática veio três anos depois da publicação da Política de Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa (MD), ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso. Os ministros militares não tinham nenhum entusiasmo no tema, porque além da autonomia autárquica dos ministérios já ser uma tradição, havia o temor da perda de estatuto político e funcional daqueles ministros. Contudo, o assunto teve que ser discutido no calor da reforma do Conselho de Segurança da ONU em 1997, e da pretensão do Brasil de se candidatar a um assento permanente no órgão. A criação do MD

⁵⁷ A Informação está em O Exército Brasileiro e as missões de paz. *Revista Verde-Oliva*, ano XXXIII, de fevereiro 2007, p. 17.

foi um processo tenso e conflitivo,⁵⁸ mas virou realidade em 1999. Bastante festejado, o ministério foi recebido como um novo momento na relação civil-militar brasileira ou "a implantação da autoridade" (OLIVEIRA, 2005:115).

Sete anos depois do surgimento dessa novidade institucional, existem mais críticas negativas do que visões otimistas. Muito por causa da fragilidade dos ministros que passaram por seu gabinete até o momento. Zaverucha, por exemplo, vê o ministro da Defesa como uma espécie de "despachante institucional das Forças Armadas perante o presidente da República" (2005:235). Brigagão e Proença percebem que a "função cerimonial" em que se tornou a pasta da Defesa, "sem imprimir qualquer direção particular aos assuntos de defesa", esvaziou o exercício da direção superior sobre as Forças (ibid, p.384).

Problemas envolvendo ministros da defesa e comandantes militares consolidaram essas impressões. Em 2004 uma crise entre o titular da pasta, José Viégas, e o comandante do Exército, general Albuquerque, resultou na demissão do então ministro. Manteve-se, contudo, o comandante militar, uma surpresa para estudiosos que apostavam na fragilidade da caserna. A pasta foi então ocupada pelo vice-presidente José Alencar, que acumulava funções e teve uma passagem inóspita no que diz respeito a grandes mudanças na relação civil-militar. Por fim, foi nomeado Waldir Pires – um político já em fim de carreira, cujos parques conhecimentos sobre sua pasta transformaram a impressão geral de descaso governamental para com a defesa em nítida certeza. Para alguns observadores, os comandantes militares voltaram a ser, de fato, ministros de Estado com autonomia na

⁵⁸ Cf. ZAVERUCHA, 2005, p. 214-241 onde o estudioso conta o que aconteceu durante o processo de criação do ministério e as tentativas de implantação da autoridade civil.

escolha de suas prioridades e na gestão dos recursos orçamentários que lhe são repassados⁵⁹.

Em julho de 2005 foi publicada uma nova Política de Defesa Nacional, mas pouca coisa mudou em relação à primeira. Mais uma vez está sendo acusada de generalista, e "inspirada nas ambições individuais e conjuntas das forças singulares", podendo vir a "emprestar legalidade" à autonomia de planejamento, formulação de prioridades e implementação administrativa das forças (BRIGAGÃO e PROENÇA, op.cit., p.384).

5.2 O Exército pós-1985: Missões

Com a volta do País à democracia, e dentro do novo contexto nacional e internacional, "novas" regras de atuação foram desenvolvidas pelo Exército, concretizadas pelas doutrinas Delta, Gama, Alfa. Também assumiu caráter de importância a participação brasileira em Operações de Paz⁶⁰. Nesse sentido, é possível afirmar que estes preceitos são os representantes legítimos do atual pensamento militar da Força Terrestre.

O pensamento militar é o espírito que deve dominar todos os integrantes de uma Força. Ele é fruto da doutrina vigente e de uma conjuntura existente. É evolutivo e pode sofrer variações em função de idéias revolucionárias, em relação à doutrina e à ciência e tecnologia. (DA HORA, 2002:3)

⁵⁹ Há, inclusive, a percepção de que a relação civil-militar voltou ao estágio de 1999, quando o MD foi criado. Cf. BRIGAGÃO E PROENÇA (2007:384)

⁶⁰ Não é possível ainda dizer que as operações de paz já firmaram doutrina militar brasileira, pois a ONU tem sua própria doutrina observada rigidamente pelos países que participam das missões. No entanto, como veremos mais à frente, a participação do Brasil na MINUSTAH *pode* ter contribuído para aperfeiçoar a doutrina brasileira da defesa interna.

5.2.1 Defesa Externa

5.2.1.1 As Doutrinas Delta e Gama

A doutrina Delta pode ser traduzida pelos princípios que orientam a defesa contra agressões estrangeiras, por meio do combate convencional entre as forças regulares dos países em conflito no continente – exceto na área da Amazônia. Dentro dessa doutrina, o preparo e emprego da tropa ainda se apóiam em algumas concepções que orientaram o Exército Americano na Segunda Guerra Mundial.

Em 2003 o Exército Brasileiro optou pelas estratégias da "dissuasão" e da "resistência". A dissuasão significa a capacidade de resposta rápida para garantir a integridade do território em caso de agressão externa, e para isso estão sendo transferidos comandos militares sediados no Sudeste para a fronteira amazônica. Também foi criada a Brigada de Operações Especiais, cuja finalidade é dotar a Força de uma unidade apta a enfrentar ameaças variadas, como o terrorismo internacional e ações hostis na faixa de fronteira. A estratégia da "resistência" volta-se basicamente para o combate na Amazônia.

O temor de que as preocupações ecológicas do Primeiro Mundo caminhassem em direção a uma intervenção estrangeira na Amazônia; o aumento do narcotráfico e da presença de guerrilhas na Fronteira Norte (suscitando a possibilidade de que viessem atuar em território nacional), levou os militares a estabelecerem a região como prioridade de defesa.

Em 1996 o então Ministério do Exército definiu a Região Norte como área estratégica prioritária, a qual se destinavam as Doutrinas Gama C (guerra convencional) e R (guerra de resistência). A primeira estabelece os fundamentos para combate convencional quando o oponente possuir "poder militar semelhante ou inferior ao nosso"

(BRASIL, Ministério do Exército, 1997b). A segunda trata de agressão por poder militar "incontestavelmente superior", quando as forças regulares serão empregadas em ações "não-convencionais". A Doutrina de Resistência vem sendo desenvolvida pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), sediado em Manaus (AM) e considerado um dos melhores do mundo no gênero de combate na selva⁶¹

O governo Lula, por meio da Política de Defesa Nacional, respalda a orientação castrense em relação à Amazônia. O novo documento previne que as riquezas da Amazônia "chamam a atenção internacional" e que "em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional" (BRASIL, Ministério da Defesa, 2005:13). De acordo com NASCIMENTO (2005) há uma postura "antiquada" do Plano de Defesa Nacional no tratamento dispensado ao tema.

*Essa visão sobre as condições gerais para a afirmação de uma região estratégica em termos de geopolítica apóia-se na antiga tese de que potências carentes de determinadas fontes de matérias-primas seriam impulsionadas a transformar o controle desses materiais em disputas políticas a fim de controlar áreas geopoliticamente potenciais. **Tal percepção fortalece uma visão nacionalista dos tempos da Guerra Fria**, caracterizada pela denúncia da cobiça internacional sobre a Amazônia, onde o "inimigo interno" parece não ser mais os comunistas, e, sim, os outrora aliados: as potências ocidentais interessadas na internacionalização, ou o G-7, mediatizado pelas ONGS, vistas como uma espécie de "cavalo de Tróia" dos tempos modernos (ibid, pag. 111) [grifo meu].*

⁶¹ Em 2003, durante um trabalho de pós-graduação lato sensu, realizei um estágio de três meses na Seção de Comunicação Social do CIGS, quando tive a oportunidade de observar a visita freqüente de delegações de militares estrangeiros interessados em conhecer aquele Centro. O Curso de Operações na Selva (COS), cuja duração decorre três meses e prepara militares para o combate na selva, permite o ingresso de estrangeiros. Contudo, em determinada fase do mesmo os estrangeiros são obrigados a voltar para Manaus, em razão do caráter reservado de algumas operações. Os militares brasileiros permanecem "internados" na selva. Durante o treinamento é comum os alunos perderem muito peso (alguns chegam a 20Kg) face o rigor das instruções: dormem pouco, caminham muito pela Floresta Amazônica e devem aprender a se alimentar com o que for retirado da selva (caça, pesca e frutos).

5.2.2 Defesa Interna

5.2.2.1 Garantia da Lei e da Ordem (GLO)

Um ponto relevante e indispensável nas discussões sobre as missões das Forças Armadas na democracia é o da responsabilidade pela garantia da Lei e da Ordem, estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Essa não é a função precípua dos militares, mas diante dos problemas da segurança pública no País, o uso ou não da Força Militar Federal tem sido objeto de muita discussão.

A missão militar de "garantir a lei e a ordem" é antiga. Durante o Império o papel das Forças Armadas era basicamente combater o inimigo externo, mas o advento da República – e sua ideologia positivista – não somente introduziu a idéia do soldado-cidadão (maior participação do militar nas decisões do País), mas também da "ordem" fundamental para o progresso. As Forças Armadas deveriam ser "guardiãs" dessa ordem, e assim a idéia entra na Constituição de 1891 sendo repetida em todas as outras.

Decorre que, atualmente, essa permanência da missão das Forças Armadas de garantir a lei e ordem ganhou contornos que ainda precisam ser alvo de muita reflexão e discussão por parte de militares, acadêmicos e parlamentares. Desde que a missão GLO foi legitimada pela Carta de 1988, o que se viu foi a intervenção recorrente da União nos Estados, por meio do Exército, debaixo de acalorada discussão sobre a constitucionalidade ou não de tais intervenções – muito por causa do vácuo deixado pelo artigo constitucional de nº142, surgindo daí a necessidade de leis complementares.

Em termos políticos, a questão que se coloca são as conseqüências deletérias que a prática contínua de "bater na porta do quartel" para resolver os problemas nacionais tem

para o regime democrático. Dificuldades na ordem interna não são um privilégio brasileiro. Recentemente a França sofreu graves distúrbios internos, provocados por imigrantes e estudantes revoltados com o governo. No entanto, até onde pesquisei, em nenhum momento cogitou-se recorrer às forças armadas do país.

Nessa linha, deve-se refletir sobre os efeitos maléficos que a possibilidade de emprego periódico dos soldados da Força Terrestre na segurança pública exerce na própria formação e instrução militar – e até mesmo na capacidade de combate contra inimigos externos, missão principal do Exército. A conjunção de tal mandato de garantir a ordem e a lei, e tais intervenções (derivadas em boa parte pela visão de que as Forças Armadas, na nova ordem, devem assumir "papel de polícia") já surtiu efeito no ciclo de preparo da Força.⁶²

Conforme analisei anteriormente, a Política de Defesa Nacional ainda é um documento vago e genérico, e ainda não pode ser considerado o ponto final na influência da Doutrina da Segurança Nacional no ambiente militar. Por outro lado, ao voltar-se basicamente para as questões de defesa externa, a PDN não contempla a política e nem as estratégias para o emprego das Forças em operações de GLO – as quais, obviamente, devem ser diferentes das práticas de segurança interna utilizadas durante o Regime Militar. Afinal, atualmente o País é um Estado democrático de Direito, ainda que formalmente.

Recente trabalho monográfico realizado no Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME, relata que o primeiro obstáculo a ser vencido nas operações de GLO é a falta de manuais militares orientando o desempenho de atividades policiais pelas Forças Armadas.

A verdadeira doutrina ainda falta ser escrita, abordando aspectos como noções de direito, relacionamento com a imprensa e com o público, técnicas de abordagem de veículos e cidadãos (em

⁶² Os quartéis dedicam quase um semestre na instrução dos soldados para a GLO, e a ECEME dedica 198 horas estudando o assunto, sendo a quarta maior carga horária da Escola.

operações policiais, não como prisioneiros de guerra), entrada em edificações, gerenciamento de crises e tiro instintivo com armas curtas (tiro policial). Dos manuais vendidos pelo Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF) na Internet em 2004, o único relativo a operações policiais é o C 19-15 – Operações de Controle de Distúrbios (DA CUNHA, 2004: 115).

Como a Doutrina Alfa (Operações de GLO) ainda não está completamente formada, segundo aquele trabalho, constitui-se nas Instruções Provisórias (IP) 100-2 denominadas "Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre na Defesa Interna" – um manual com algumas considerações doutrinárias básicas sobre o emprego do Exército neste tipo de operação.

Esquematizando as considerações contidas no documento, as instruções observadas pelos militares da Força Terrestre nas operações GLO são, basicamente, as que se seguem⁶³:

BASE LEGAL

Constituição Federal art.142 e 144; Lei Complementar n. 97/1999; Decreto n. 3.897/2001⁶⁴

MISSÃO (SIPLEX-1)

Atuar de modo preventivo, repressivo e operativo contra qualquer forma de ameaça ou agressão que, apoiada ou não do exterior, comprometa a lei, a ordem e os fundamentos do Estado Democrático de Direito; Cooperar com os esforços do governo no combate aos ilícitos e crimes transnacionais de natureza variada.

CONCEITO

A **Defesa Interna**, por envolver ações e medidas provenientes de todas as expressões do Poder Nacional, tem um **caráter integrado**, que é realçado, na expressão militar, pela **atuação coordenada das Forças Armadas e dos Órgãos de Segurança Pública**.

⁶³ De maneira literal, ou seja, em conformidade com o que está descrito no documento.

⁶⁴ Com Base no IP 100-2 e na Revista PADECEME, n.1, 1º. Quadrim. 2002, p.30-36

PARA QUEM SÃO VOLTADAS AS OPERAÇÕES DE GLO

Forças Adversas (F Adv): seguimentos radicais infiltrados em grupos, movimentos sociais, entidades e organizações não governamentais, de cunho ideológico ou não – atuando no país e no exterior – cujos procedimentos ilegais venham a comprometer a ordem pública e até mesmo a ordem interna do país.

POSSIBILIDADES DAS FORÇAS ADVERSAS

Promover distúrbios civis urbanos e rurais; agravar malefícios das calamidades públicas (por meio de saques e depredações); invadir áreas públicas ou privadas, rurais e/ou urbanas; Ocupar prédios públicos; bloquear vias de circulação; promover greves em serviços essenciais; promover o narcotráfico e o contrabando de armas e munições; praticar atos de terrorismo e sabotagem; executar ações de guerrilha urbana e/ou rural e até mesmo guerra irregular.

ORDEM PÚBLICA

Situação de tranqüilidade e normalidade que o Estado assegura, ou deve assegurar, às instituições e aos membros da sociedade, consoante às normas jurídicas legalmente estabelecidas.

NÍVEIS DE COMPROMETIMENTO DA ORDEM

Passa por sucessivos e crescentes estágios de crise. Vai desde o comprometimento da ordem pública (por exemplo, um incidente de natureza policial), passando por um quadro de grave comprometimento da ordem pública, até o estágio final que é um quadro de comprometimento da ordem interna (do País como um todo).

CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DE EMPREGO

a.Caráter PREVENTIVO, privilegiando as estratégias da **PRESENÇA NACIONAL** e da **DISSUAÇÃO**, buscando contribuir com o Governo no esforço para inibir a atuação das Forças adversas e evitar que as crises evoluam para um quadro de ameaça à estabilidade institucional. e. as ações deverão desenvolver-se condicionadas aos preceitos legais vigentes, em estreita coordenação com as demais instituições envolvidas, evitando-se (no grau possível) danos ao pessoal militar e civil, assim como ao patrimônio público, que venham causar efeitos negativos para a imagem do Exército.

ZONAS DE SEGURANÇA INTEGRADA

Para fins de Defesa Interna, o território nacional é dividido em Zonas de Segurança Integrada (ZSI), correspondentes, em princípio, às áreas sob jurisdição dos Comandos Militares de Área (C Mil A).

AÇÕES E MEDIDAS

PREVENTIVAS: atividades de inteligência e Comunicação social (operações psicológicas e a ação comunitária);

OPERATIVAS: em situação de normalidade (em cooperação com Governos Estaduais e Ministério da Justiça, apoiando ou coordenando as ações dos órgãos de segurança pública)

ou em situações de anormalidade (quando do esgotamento da capacidade das forças policiais e como ultimo recurso da União para restabelecimento da ordem). Deverá ser episódico, de curta duração e em área restrita.

CONDICIONANTES BÁSICAS

"c.Nas operações em áreas urbanas de grande concentração populacional, torna-se difícil a definição das pessoas que pertençam à força adversa, bem como a identificação da parcela da população que apóia o movimento, é neutra ou apóia as Forças Legais. d. O comandante, em qualquer escalão, deverá cumprir de modo eficaz a sua missão atendendo, no entanto, as seguintes **CONDICIONANTES BÁSICAS: (1) mínimo de danos à população; (2) mínimo de perdas em sua tropa; (3) rapidez no cumprimento da missão; (4) preservação da imagem do Exército junto à opinião pública; (5) respeito aos preceitos legais vigentes**".(IP 100-2, p. 6-1).

AÇÕES EXECUTADAS NA DEFESA INTERNA

Segurança de autoridades e de eventos importantes; segurança de instalações e vias de transportes; garantia de serviços essenciais; repressão a greves ilegais e distúrbios civis; desocupação de instalações; desarmamento da população, busca e apreensão, vasculhamento de áreas,apoio às ações contra o narcotráfico e contrabando de armas, restabelecimento da lei e da ordem em áreas restritas (urbanas e rurais), inibição, coibição ou impedimento do acesso, ao Território Nacional, de guerrilheiros, terroristas, narcotraficantes e contrabandistas de armas, apoio logístico às forças policiais, operações contra forças irregulares em ambiente urbano e rural, operações de combate convencional no quadro de conflito armado.

TIPOS DE OPERAÇÕES

De Inteligência, Tipo Polícia, de Combate, Psicológicas, Ação Cívico-Social, apoio às Forças Policiais, outras.

Ressalte-se que a caracterização das *Forças Adversas*, contida nas IP 100-2 e definida pelo Estado-Maior do Exército (EME), ainda tem por base o conceito de "inimigos infiltrados" nos movimentos sociais – idéia muito próxima da Doutrina da Segurança Nacional. Longe de afirmar que não existe tal ameaça, o problema que coloco aqui é se a missão de defesa interna constitui-se adequada para forças armadas, cuja noção de inimigo e de combate é a da guerra total. Ações de GLO em um Estado de Direito exigem cuidados redobrados por parte dos soldados, tarefa que seria mais apropriada, a meu ver, para uma guarda nacional.

Atualmente, antes das operações, o Alto Comando do Exército estabelece as chamadas "regras de engajamento" cujo objetivo é orientar quanto ao uso da força durante as ações. Há uma grande preocupação dos militares quanto a sua participação nesse tipo de evento. Uma das considerações iniciais contidas na introdução do IP 100-2 assinala que:

a. Dados os altos riscos de desgaste político da Instituição Militar nesse tipo de atuação, além dos sensíveis aspectos jurídicos envolvidos, todo o esforço deverá ser feito pelas autoridades militares, junto às autoridades políticas, para se EVITAR: (1) O emprego prematuro ou inadequado da FTer; (2) Que ela opere sem o respaldo e suporte jurídicos necessários ao eficaz cumprimento da missão. b. Em consequência, deverão ser realizadas as ações persuasivas possíveis junto ao Governo Federal para que, no caso de emprego da FTer, sejam adotadas medidas de natureza jurídica imprescindíveis ao êxito da missão, particularmente as salvaguardas constitucionais quando ocorrerem conflitos mais violentos (BRASIL, Ministério do Exército, 1997a, p.1-1,1-2).

No combate convencional (contra potências estrangeiras) quem não é amigo é inimigo, respeitando-se apenas as convenções internacionais de guerra e seguindo-se a doutrina militar. No caso da Defesa Interna em um Estado democrático de Direito, os princípios devem ser absolutamente diferentes. E as normas de emprego devem estar suficientemente definidas e exaustivamente testadas, quando se tem efetivamente uma doutrina. As regras de engajamento são orientações, baseadas na legislação e nos treinamentos.

No Exército Brasileiro, a confecção de documentos cada vez mais extensos especificando regras de engajamento evidencia que o preparo do Exército para as operações de GLO ainda não atingiu o nível ideal. Além disso, regras de engajamento trazem alguns inconvenientes: se forem concisas, não orientam de forma adequada; se forem longas demais, inibem a iniciativa do militar e, nos casos em que há uso legítimo e correto da coerção física, servem como instrumento para a acusação em juízo, se porventura uma única etapa não tiver sido corretamente executada dentre as diversas existentes entre a percepção do perigo e o uso da força. O desenvolvimento de doutrina e o treinamento intensivo, além de melhorarem a eficiência operacional da tropa, diminuem a necessidade de regras de engajamento extensas, que podem confundir mais que orientar (DA CUNHA, 2004:117).

Enquanto as questões de defesa forem consideradas de segunda ordem na pauta do Governo Federal e do Congresso Nacional, as Forças Armadas vão definindo suas próprias políticas e estratégias operacionais – decorrência da necessidade, uma vez que as Forças estão sendo instadas a dar respostas às recorrentes solicitações para emprego na segurança pública. Recentemente o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, escreveu um artigo reclamando que a população do Estado "tem dificuldade de entender" como pode ser vítima de criminosos, "quando em seu território há militares prontos para entrar em ação e ajudar no combate ao crime".⁶⁵

A questão não se esgota aí. Se não existe uma política de governo voltada para a defesa interna – definindo exatamente *o que fazer, como fazer e quem é o provável inimigo* – a opção mais viável para os militares federais é, sem dúvida, recorrer aos protocolos já estabelecidos no passado com adaptações *ad hoc*. Ou seja, durante o Regime Militar o inimigo interno era claramente identificado no comunista ou nos movimentos de esquerda, e a desordem era sempre vista como proveniente dos movimentos sociais. A partir da redemocratização, o conceito de "inimigo interno", que trazia em seu bojo a idéia de "guerra" dentro das fronteiras nacionais, foi substituído pelo conceito de "forças adversas". No entanto, de acordo com as Instruções Provisórias 100-2, essas forças adversas ainda são relacionadas aos "seguimentos radicais infiltrados em grupos, movimentos sociais, entidades e organizações não governamentais" – como no passado.

Os riscos estão claramente expostos para os dois lados: tanto para as contestações sociais características da democracia, quanto para a própria organização militar, que vem tentando evitar desgastes de imagem junto à sociedade.

O emprego da FT na Defesa Interna se reveste de fortes conotações políticas e psicossociais, levando a que toda a instituição esteja sendo avaliada ou referenciada em cada caso

⁶⁵ Folha de São Paulo, sábado, 14 de abril de 2007, seção Opinião.

particular. Daí, a necessidade das operações serem realizadas com o cuidado permanente de preservar a imagem do Exército junto à sociedade. (BRASIL, Ministério do Exército, 1997a, p. 5-4).

5.2.3 Operações de Paz

Em 1996, o primeiro documento da Política de Defesa Nacional assinalou como uma das diretrizes para a consecução dos objetivos da defesa nacional a participação das Forças Armadas em "operações internacionais de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais". O segundo documento, publicado em 2005, reafirmou essa diretriz e orientou que "para ampliar a projeção do país no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais" (BRASIL, Ministério da Defesa, 2005).

Embora os dois documentos apontem para uma das "novas missões" das Forças Armadas pós-Guerra Fria, a participação brasileira em operações de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) é antiga⁶⁶. No novo contexto internacional, a inserção do Brasil em missões de paz ganhou *status* político importante para os militares, como meio de projetar poder bélico em âmbito regional.

Configura uma oportunidade a mais, e de excelente qualidade, para seu adestramento, com reflexos na motivação profissional dos seus quadros e na melhoria do nível de capacitação da Força Terrestre, além

⁶⁶ Teve início no ano de 1947, quando integrou a Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB) criada com o objetivo de monitorar o problema de refugiados e das fronteiras entre Grécia, Bulgária, Albânia e a então Iugoslávia, evitando que estes países interferissem na política interna da Grécia sob guerra civil. De 1957 a 1967 o Brasil compôs a Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF-1) no Sinai e na Faixa de Gaza, quando foi empregado um batalhão de infantaria, denominado "Batalhão Suez". Além da contribuição com tropas, o país também exerceu o comando operacional da UNEF em dois períodos: de janeiro a agosto de 1964, e de janeiro de 1965 a janeiro de 1966. Além dos Bálcãs e de Suez, efetivos militares brasileiros participaram de conflitos no Congo, Bósnia, Moçambique, Angola, Timor Leste e, atualmente, no Haiti.

de comprovar sua capacidade de atuação em cenários variados e sob distintas condicionantes operacionais (...) Representa, também, grande contribuição para o intercâmbio com Forças Armadas de outros países, com troca de experiências e projeção do valor do combatente brasileiro (...) Nessas missões, foi reforçada a imagem do Exército Brasileiro, como uma Força profissional e capaz. Assim, a projeção da expressão militar do poder nacional no conjunto das nações envolvidas nesses dois eventos deu-se de forma expressiva. (MANGIAVACCHI, 2002: 33,35)

Evidentemente, essa nova fase no emprego dos militares em forças de paz também visa incrementar a política externa brasileira, incluindo o Brasil como opção viável na mediação acordada de conflitos e projetando-o como potência regional.

Para o Brasil, está é uma ótima ocasião de afirmar o seu papel de democracia jovem e vigorosa, consciente do importante papel que pode desempenhar no campo das relações internacionais. Dá-lhe o respaldo das ações concretas, projetando-o como exemplo de cooperação no Hemisfério Ocidental e abrindo uma nova e promissora possibilidade de intercâmbio com as nações do Caribe (...) Além disso, esse gesto dá substância, junto à comunidade internacional, ao compromisso do Brasil com a paz, a estabilidade e a cooperação, visando ao progresso de todos os povos. (ALBUQUERQUE, 2004).

A preparação da tropa designada para integrar uma força de paz se dá basicamente dentro dos módulos de treinamento padronizados pela ONU, ou seja dentro de uma doutrina já estabelecida pela organização. A participação brasileira na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) é considerada pelo Exército como "um capítulo especial", em razão das particularidades da operação (imposição de paz em área de favelas utilizadas por oponentes do governo haitiano) e pelo fato de generais brasileiros ocuparem o cargo de comandante militar (*Force Commander*) ininterruptamente, desde o início da missão.

O Haiti apresenta uma realidade socioeconômica caótica, é infestado por favelas, e a população sofre com a ação violenta das gangues que se formaram após a deposição de

Jean Bertrand Aristide. O fracasso das negociações entre os grupos armados rebeldes e o governo transformou os capacetes azuis em forças de "imposição de paz", autorizadas a utilizar armas, entrar em favelas e participar de confrontos com aqueles grupos. Essa nova missão das forças de paz brasileiras – e o sucesso obtido a cada contingente enviado – suscitou críticas no Brasil.

Por que o Exército Brasileiro não atua aqui como no Haiti? (...) No Haiti o Exército Brasileiro tem feito suas operações baseado em projetos de negociação política com os moradores das áreas conflagradas. Caso apoiem a operação e ajudem o desarmamento e a pacificação das quadrilhas, os moradores recebem bolsas de estudo, cursos profissionalizantes e outros benefícios para o local. Por que não faz o mesmo na cidade brasileira mais visada pela opinião pública nacional e internacional? (ZALUAR, 2007).

Evidentemente não era a intenção da ONU, mas é fato que a missão no Haiti (a qual não envolve somente tropas brasileiras) transmutou-se em uma operação de "defesa interna" sob o comando daquela organização internacional. E embora as forças estejam agindo de acordo com as regras da ONU, em uma situação institucional diferente, o cenário onde ocorrem as operações é semelhante ao das favelas brasileiras⁶⁷.

Não obstante, de acordo com a percepção de que as Forças Armadas são instituições que acumulam experiências, acredito que a missão no Haiti poderá servir para formulação de doutrina militar brasileira, seja como procedimento para futuras operações de imposição de paz ou mesmo na segurança pública.

Vale registrar que entre as mais recentes ações do Exército visando um preparo especializado da Força para as operações de paz, encontra-se o processo de implantação do

⁶⁷ Em março de 2006, o Exército enviou ao morro da Mangueira 150 militares que participaram da missão no Haiti, com o intuito de apoiar a operação montada para recuperar armas roubadas de um quartel. Esse fato chamou a atenção no sentido de que o Haiti poderia estar servindo de "laboratório" para futuras operações em favelas brasileiras, e mais uma vez levantou discussões a respeito da participação dos militares na segurança pública. Por enquanto, os militares rejeitam tal papel de "polícia" ⁶⁷ e concebem que devem ser a "última razão" do Estado.

Centro de Instrução de Operações de Paz, no Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas militares refletiram extraordinariamente o progresso institucional do Exército no decorrer da história do Brasil. Boa parte das mudanças estabelecidas pela Força passava por aqueles espaços formativos, os quais, indiscutivelmente, evidenciavam cada novo conceito de profissão militar que emergia durante o processo de fortalecimento e busca de identidade organizacional. Além disso, determinadas épocas demonstraram que a combinação entre regras formais e ideologias ocasionais podia influenciar significativamente o comportamento político do oficialato.

Novos procedimentos curriculares introduzidos na Escola Militar da Praia Vermelha, por exemplo, propiciaram o surgimento dos "bacharéis fardados" no Exército. Inspirados pela ideologia positivista, estes militares derrubaram a Monarquia reivindicando o direito de participação castrense na política. Na República Velha, a necessidade de fortalecimento organizacional, por meio da profissionalização militar e do afastamento das lides políticas, levou à introdução de novos procedimentos nas escolas com a ajuda da Missão Militar Francesa. O resultado foi maior especialização bélica, o aumento da coesão militar, e o refinamento da percepção de que o Exército possuía poder político. Surge, então, o chamado "soldado-corporação", que entendeu o sistema militar como o modelo ideal para qualquer plano de organização da sociedade.

No entanto, a guerra fria iniciada após o fim da Segunda Guerra Mundial acarretou um novo tipo de profissionalismo militar na América Latina, consubstanciado na Doutrina da Segurança Nacional. Chamado por Alfred Stepan de "novo profissional da segurança interna e do desenvolvimento", sua função precípua residia na tarefa civilizatória e na segurança interna da nação, que deveria ser resguardada de qualquer ameaça aos chamados

"objetivos permanentes", entre eles, a paz social e a prosperidade nacional. Para este militar, a insegurança constringia o progresso do País.

Já no final da década de 1960, o modelo do "novo profissional" era reproduzido pelo sistema de ensino do Exército. A Escola de Comando e Estado-Maior, por exemplo, não somente incluiu a matéria "segurança interna" em seu currículo como também introduziu prova sobre "movimentos revolucionários" no concurso de admissão.

Tal fenômeno estimulou o meu interesse em buscar uma resposta a respeito das normas e procedimentos que orientam a formação acadêmica dos oficiais brasileiros pós-regime castrense, e como elas condicionam valores e preferências. Minhas conjecturas apontavam para a idéia de que a instituição militar é um produto de valores pré-estabelecidos e, portanto, resiste às mudanças. Uma vez que a Doutrina da Segurança Nacional influenciou a formação profissional do oficialato durante o Regime Militar, reforçando crenças e definindo o papel das Forças Armadas, eu supunha que, apesar da redemocratização, as escolas militares continuavam a enfocar percepções muito próximas daquela doutrina.

Minha investigação revelou que entre 1985 e 1988 não houve alterações substantivas no currículo da Escola, sendo ainda notável a hegemonia dos códigos da DSN. Contudo, a partir de 1989 os currículos passaram a exibir alguma modificação, em razão do novo cenário político brasileiro – foi promulgada a Carta Constitucional de 1988, publicado o documento da Política de Defesa Nacional e criado do Ministério da Defesa. Normas internas estabelecidas pela modernização do ensino no Exército também contribuíram para alterações nos currículos. Assim, observei uma mudança organizacional cujo objetivo é formar soldados altamente profissionais e adequados para os novos cenários sociais, políticos e organizacionais, em âmbito nacional e internacional. Além

disso, mecanismos endógenos buscam incentivar a interação entre a educação civil e a educação militar, visando a valorização externa dos títulos acadêmicos emitidos pela Força Terrestre.

Por outro lado, as mudanças introduzidas na formação do oficialato a partir de 1989 mostraram o movimento de "um passo à frente e dois atrás". Observei que a Escola ainda adota estudos geopolíticos cujas referências são autores identificados com a Doutrina da Segurança Nacional. E dentro do contexto da formação institucional para a missão de defesa interna, minha investigação mostrou que esta é uma questão ainda mais complexa.

Um dos procedimentos em curso é o estudo das operações voltadas para o combate aos "movimentos revolucionários", cujos fundamentos estão na ideologia marxista-leninista. Tal dado, além de contrariar as teses que dão por finalizada a idéia de "inimigo comunista" dentro da instituição militar, revela a permanência de um conceito largamente utilizado pela Doutrina da Segurança Nacional para justificar a idéia de guerra permanente e de ameaça à segurança nacional.

Sob o ponto de vista da doutrina, o movimento revolucionário é a estratégia do comunismo para "conquistar corações e mentes" rumo à conquista do poder político. E uma ação bastante característica seria a tentativa de subversão da ordem social, através de movimentos populares contestatórios ou oposições sistemáticas (COMBLIN, 1978:44,47). A desordem social, por conseguinte, estaria intimamente relacionada às idéias comunistas ou de esquerda.

Estudiosos (LUDWIG, 1998; DEMO, 2006) concordam que o fenômeno educativo não pode ser observado sob o prisma da neutralidade política. Portanto, os currículos e planos de disciplinas espelham a visão de mundo da organização em que estão inseridos e, em um sentido ainda maior, reproduzem o sistema de valores vigente. Nessa linha, a realidade do

Brasil percebida pelo Exército aponta para a possibilidade latente de desordem social.

O estudo sobre movimentos revolucionários indica a percepção institucional de que a ameaça pode vir de movimentos com orientações de esquerda. Na realidade, não considero uma descoberta surpreendente, pois o anticomunismo e a desconfiança com as esquerdas começaram a ser cultivados dentro das instituições militares a partir da Revolta Comunista de 1935 – crença consolidada durante os 21 anos de Regime Militar. No entanto, quando se insere esse dado no contexto democrático surge uma questão problemática.

A democracia se nutre do pluralismo de idéias, do dissenso, da flexibilidade, e da incerteza (PRZEWORSKI, 1984). É uma característica democrática a convivência entre variados matizes ideológicos, e a existência de espaço político para a representação de seus interesses. Assim, a associação entre movimentos de esquerda e a possibilidade de "desordem social" configura-se um paradoxo deletério para a democracia.

Talvez a consequência mais preocupante desse maniqueísmo ideológico resida na possibilidade de que legítimas reivindicações originadas no seio dos movimentos populares, sejam confundidas com tentativas de desordem ou de confronto ao poder constituído. Obviamente o perigo da radicalização dos movimentos é real – e estes são igualmente nocivos para qualquer país que pretenda uma democracia substantiva –, mas é importante alertar para a necessidade de introduzir no seio da instituição militar mecanismos que possibilitem um novo olhar sobre os contraditórios comuns à democracia.

É característica do militar a visão de mundo ordenada, estável, e previsível, onde toda e qualquer alteração é alarmante (HUNTINGTON, 1996:84,96). Tal característica é desenvolvida como algo essencial no calor da guerra, quando não cabem contestações à hierarquia. Possivelmente esta seja uma explicação alternativa para o êxito alcançado pela Doutrina da Segurança Nacional, que introduziu a idéia de imutabilidade política e social

no conceito de "objetivos nacionais permanentes" – os quais devem ser protegidos dos conflitos emergentes da sociedade.

Há uma incompatibilidade entre estudos castrenses informados pela DSN e o atual jogo democrático brasileiro. Enquanto existir a "desconfiança" da instituição militar em relação aos movimentos contestatórios, mesmo que estes sejam parte da cena democrática, as Forças Armadas terão justificativa para sua missão de garantir a lei e a ordem internas. É a garantia efetiva de que será mantida a ordem vigente, sendo os militares, portanto, fiadores desta ordem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de. (2004). *O Brasil precisa participar*. Revista Defesanet.. 22 de maio 2004. [s.p]

(Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/haiti/ebgenalbuquerque/>)

BARDIN, Laurence (2004). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 3. ed.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado.

BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício (2007). *Os militares e a política*. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Otávio (2007). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Ed. Unesp. 2.ed.

BOBBIO, Norberto *et alii* (2004). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 5 ed. v.1.

CABRAL, Sérgio. O novo papel das Forças Armadas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 de abril 2007. 1º. Caderno, Opinião.

CARVALHO, José Murilo (2005). *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

CASTRO, Celso (1995). *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____ (2004). *O espírito Militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2.ed.

_____ (Org.) (2006). *Amazônia e Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

COELHO, Edmundo Campos (2000). *Em busca de identidade: Exército e política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Record.

COMBLIN, Joseph (1978). *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira

COMPARATO, Fábio Konder (1981). Segurança Nacional. *Revista Novos Estudos*. Cebrap, São Paulo, v.1, p. 51-57. dez 1981 (Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br> ou cebrap.org.br/imagens/Arquivos/seguranca_nacional.pdf)

COSTA, Octavio (2000). *Pequena memória de um grande homem*. In: MEIRA MATTOS, Carlos de (2000) (Org). *Castello Branco e a revolução*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 2. ed.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão (2004). *Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

DÁRAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; CHEIBUB, Zairo Borges (2002). *O Brasil e as Forças Armadas na percepção dos oficiais da Marinha*. Rio de Janeiro: CPDOC. (Disponível em: [HTTP:// WWW.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/](http://WWW.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/))

DA COSTA, Sérgio Paulo Muniz (1995). As missões do EB no século XXI. *Military Review*. 3rd quarter, p. 45-53.

DA CUNHA, Jorge Luiz Ferreira Gonçalves (2004). *Política de Defesa Nacional e realidade brasileira: imposições à Força Terrestre*. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior). Rio de Janeiro: ECEME.

DA HORA, Alexandre Henrique (2002). *A influência da ECEME no pensamento militar*. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior). Rio de Janeiro: ECEME.

DEMO, Mauricéia A. de Oliveira (2006). A utilização do termo currículo. In: DEMO, Mauricéia A. de Oliveira (2006). *A formação dos oficiais e as políticas educacionais da*

Academia da Força Aérea Brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, p. 108-120. (Disponível em: http://www.bdttd.ufscar.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1242)

DOMINGOS NETO, Manuel (1980). *Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930)*. In: ROUQUIÉ, Alain (1980) (Org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.Record. p. 43-71.

DOMINGO IRWIN G. *et alii*. (2003). *Militares y Sociedad en Venezuela – un manual sobre las relaciones civiles y militares*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello.

ECO, Humberto (2000). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 15 ed.

ELESBÃO, Fernando Ferreira (2002). *Evolução do ensino na ECEME: mapeamento dos cursos, metodologia de ensino, disciplinas, assuntos, objetivos e ênfase*. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior). Rio de Janeiro: ECEME.

ENTREVISTA do chefe do DEP. *Revista do Exército Brasileiro*. v.134, 1º.Trimestre de 1997, p.9-12.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra: elementos doutrinários*. Rio de Janeiro: ESG, 2006. v.1. 80 p.

ESTEVES, Diniz (Org) (1996). *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*. Brasília: Estado-Maior do Exército.

FAUSTO, Boris (Org.) (2006). *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil. 8 ed. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3. v.9)

FAUSTO, Boris (Org.) (2007). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil. 9 ed. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3. v.10)

FUCILLE, Luis Alexandre (2006). *Democracia e questão militar: a criação do ministério da defesa no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas. (Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000378085>)

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. *As três versões do neo-institucionalismo*. Lua Nova., São Paulo, n. 58, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=pt&nrm=iso.

HAGUETTE, Tereza M. Frota (2003). *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Ed. Vozes.

HUNTINGTON, Samuel (1996). *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

JANOWITZ, Morris (1987). *The Professional Soldier: a social and political portrait*. New York, Free Press.

LEINER, Piero de Camargo (2005). *O Exército e a Amazônia: uma análise de monografias da Eceme*. In: CASTRO, Celso (Org.) (2005). *Amazônia e Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

LEITE, Carlos André (2002). *A ECEME no contexto histórico de 1964 a 1974: idéias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares*. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior). Rio de Janeiro: ECEME

LOZANO, Andréia Aparecida Casanova (2006). *Os livros didáticos de História e a Doutrina de Segurança Nacional*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Metodista de São Paulo (Disponível em: http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=95)

LUDWIG, Antonio Carlos Will (1998). *Democracia e ensino militar*. São Paulo: Cortez Ed. (Coleção Questões da Nossa Época, v.66)

MACEDO CARVALHO, Luiz Paulo (1995). O papel das Forças Armadas no século XXI. *Military Review*, 3rd quarter, p. 45-53.

MAHONEY, James; SNYDER, Richard (1999). *Rethinking agency and structure in the study of regime change. Studies in Comparative International Development*. Summer, vol. 34 (2). p.3-32.

MANGIAVACCHI, Adilson (2002). *Missões de Paz: projeção de poder e respaldo para a política externa do Brasil*. MONOGRAFIA (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração Militar). Rio de Janeiro: ECEME. (Disponível em: [HTTP://biblioteca.eceme.ensino.eb.br/biblio/monografias/2002/CPEAEX_Resumo/mo0241rs.pdf](http://biblioteca.eceme.ensino.eb.br/biblio/monografias/2002/CPEAEX_Resumo/mo0241rs.pdf)).

MARQUES. Adriana A (2003). *Concepções estratégicas brasileiras no contexto internacional da guerra fria*. Revista Sociologia e Política, n.20, jun. . p. 69-85.

MARTINS FILHO (s.d). *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964*. Artigo. Disponível em: [HTTP://WWW2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc](http://WWW2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc)

MEIRA MATTOS, Carlos de (2002). *O Brasil e sua Estratégia: conceitos doutrinários*. (Disponível em: [http://: www.esg.br/cee/index3.htm](http://www.esg.br/cee/index3.htm))

MIGUEL, Luis Felipe (2002). *Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil*. Revista Diálogos Latinoamericanos, n.05, Universidad de Aarhus, p. 40-56 (Disponível em: [http://: redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/162/16200503.pdf](http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/162/16200503.pdf))

MORAES, João Quartim de (2005). *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: ed. Expressão Popular. 2.ed.

MOTTA, Jehovah (2001). *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

NASCIMENTO, Durbens Martins (2005). *Projeto Calha Norte: a Amazônia segundo a política de defesa nacional*. In: CASTRO, Celso (2005). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (2005). *Democracia e defesa nacional: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC*. Barueri: Editora Manole.

O EXÉRCITO brasileiro e as missões de paz. *Revista Verde-Oliva*. Brasília, Ano XXXIII, fev 2007 (Ed. Especial). p. 19-21.

PINHEIRO, Álvaro de Souza (1995). Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, presente e futuro. *Military Review*. 1 st quarter, 1995 p. 59-79

PEIXOTO, Antonio Carlos (1980). *Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação*. In: ROUQUIÉ, Alain (1980) (Org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.Record. p. 27-43.

PELEGRINO FILHO, Ary (2002). *A Influência da Missão Militar Francesa na ECEME*. MONOGRAFIA (Curso de Comando e Estado-Maior). Rio de Janeiro: ECEME.

PEREZ, Orlando; CORDOBA, Ricardo (2005). El papel de las fuerzas armadas y su impacto sobre La democracia: análise de situación em America Central. Disponível em: [HTTP://: WWW.resdal.org/producciones-miembros/redes-03-perez.pdf](http://WWW.resdal.org/producciones-miembros/redes-03-perez.pdf)

PRZEWORSKI, Adam (1984). Amas a incerteza e serás um democrata. *Revista Novos Estudos*, n.9, julho.

RICHARDSON, Roberto J.(1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

ROUQUIÉ, Alain (1980) (Org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.Record.

SANTOS, Júlio César Evangelista dos (2002). *A Influência dos fatos ocorridos entre 1985 e 2001 na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército*. Artigo. Rio de Janeiro: ECEME

SANTOS, Maria Helena de Castro (2004). *A nova missão das Forças Armadas latino-americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.19, n.54, fevereiro. (Disponível em: <http://>:

SANTOS FILHO, José Luiz Niemeyer dos (2002). *Busca-se a segurança, planeja-se a defesa: uma introdução à (re) discussão dos conceitos de segurança e defesa nacional na realidade brasileira ontem e hoje*. Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa. REDES 2002, Investigación y Educación em Estudios de Defensa y Seguridad. Agosto, 7-10, Brasília, Brasil (Panel de Inteligencia). (Disponível em: [http://: www.ndu.edu/chds/redes2002/apapers.htm](http://www.ndu.edu/chds/redes2002/apapers.htm))

SOARES, Samuel Alves (2001). *Forças Armadas e sistema político na consolidação da democracia: o Brasil Pós-1989*. Artigo. Center for Hemispheric Defense Studies. REDES, 2001. Research and Education in Defense and Security Studies. May 22-225. Washington. DC.

STEPAN, Alfred (1986). *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 4.ed.

_____ (1988). *Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone*. New Jersey: Princeton University Press.

SKIDMORE, Thomas (1988). *Brasil: de Castelo e Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz (2006). *Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Disponível em: Periódicos Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <http://www6.ufrgs.br/cienciapolitica/teses.php>)

TORRES DE OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Godoy (2004). *O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. (Disponível em: Periódicos Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. http://www.bdttd.ufscar.br/tde_arquivos/8/TDE-2005-03-16T07:06:08Z-544/Publico/TeseTRPGTO.PDF)

TRINDADE, Valério Stumpf; SILVA, João Aelton da. (2002). Considerações sobre o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem. *Revista PADECEME*. n.1, 1^o Quadrim. 2002. p. 30-36.

ZALUAR, Alba (2007). Dissuasão e persuasão. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 4 de junho 2007. Primeiro Caderno. Opinião.

ZANIN, João Eliseu Souza (2002). *A ECEME no contexto histórico 1974 a 1985: idéias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, econômicos, sociais e militares*. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior). Rio de Janeiro: ECEME.

ZAVERUCHA, Jorge (1994). *Rumor de Sabres: tutela militar ou controle civil?*. São Paulo: Editora Ática.

_____ (2000). *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (2005). *FHC, Forças Armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia*. Rio de Janeiro: Record.

_____ (2006). The fragility of the Brazilian Defense Ministry. *Revista Sociologia e Política*. vol.2, Special Edition [cited 23 February 2007]. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200002&lng=en&nrm=iso. ISSN 0104-4478.

Documentos Oficiais

BRASIL. Ministério do Exército (1995). Departamento de Ensino e Pesquisa. *Fundamentos para a modernização do ensino – GTEME*. Brasília.

BRASIL. Ministério do Exército (1996). Estado-Maior do Exército. *Instruções Provisórias (IP) 100-1. Bases para a modernização da doutrina de emprego da Força Terrestre (Doutrina Delta)*.

BRASIL. Ministério do Exército (1997a). Estado-Maior do Exército. *Instruções Provisórias (IP) 100-2. Bases para a modernização da doutrina de emprego da Força Terrestre na defesa interna (Doutrina Alfa)*.

BRASIL. Ministério do Exército (1997b). Estado-Maior do Exército. *Instruções Provisórias (IP) 100-3. Bases para a modernização da doutrina de emprego da Força Terrestre (Doutrina Gama)*.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Certidão de currículo do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército (1985-2002)*.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Currículo e Plano de disciplinas do Curso de Comando e Estado-Maior do ano de 2003*. Rio de Janeiro: ECEME.

_____. *Currículo e Plano de disciplinas do Curso de Comando e Estado-Maior do ano de 2004*. Rio de Janeiro: ECEME.

_____. *Currículo e Plano de disciplinas do Curso de Comando e Estado-Maior do ano de 2005*. Rio de Janeiro: ECEME.

_____. *Currículo e Plano de disciplinas do Curso de Comando e Estado-Maior do ano de 2006*. Rio de Janeiro: ECEME.

Leis e Portarias

BRASIL. Comando do Exército (2002a). Portaria n. 715 de 06 de dezembro de 2002. *Aprova a política de ensino*. Boletim do Exército n. 51, dezembro de 2002.

BRASIL. Comando do Exército (2002b). Portaria n. 716 de 06 de dezembro de 2002. *Aprova a diretriz estratégica de ensino*. Boletim do Exército n. 51, dezembro de 2002.

BRASIL. Comando do Exército (2006). Departamento de Ensino e Pesquisa. *Diretriz do Chefe do DEP para o ano de 2007*, dezembro de 2006.

BRASIL (1996). Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional*. DOU de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL (1999a). Lei n. 9.786 de 8 de fevereiro de 1999. *Dispõe sobre o ensino no Exército*. DOU de 9 de fevereiro de 1999.

BRASIL (1999b). Decreto n. 3.182 de 23 de setembro de 1999. *Regulamenta a Lei n. 9.786 de 08 de fevereiro de 1999 que dispõe sobre o ensino no Exército*. DOU de 24 de setembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Defesa (1996). *Política de Defesa Nacional*. (Disponível em [HTTP://WWW.planalto.gov.br/publi_04/coleçãodefes1](http://www.planalto.gov.br/publi_04/coleçãodefes1))

BRASIL. Ministério da Defesa (2005). *Política de Defesa Nacional*. (Disponível em [HTTP://WWW.defesa.gov.br/pnd/index.php?page=home](http://www.defesa.gov.br/pnd/index.php?page=home))

ANEXO A

CURRÍCULO E CERTIDÃO DE DISCIPLINAS
(PRIMEIRO PERÍODO: 1985-1988)

CURRÍCULO DA FASE 1 (1985-1988)

ATIVIDADE		CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO
DISCIPLINAS CURRICULARES	1-SERVIÇO DE ESTADO- MAIOR	52h
	2-MOBILIZAÇÃO	10h
	3-ADMINISTRAÇÃO	131h
	4-ESTRATÉGIA	93h
	5-HISTÓRIA MILITAR	23h
	6- POLÍTICA	43h
	7- DIREITO	19h
	8- PSICOLOGIA	10h
	9- ECONOMIA	19h
	10- CIÊNCIA E TECNOLOGIA	17h
	SOMA	417h
COMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO	VIAGEM DE ESTUDOS (V2)	90h
	SOMA	507h

Fonte: ECEME

PLANO DE DISCIPLINAS

FASE I (1985-1988)

1. SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR

a) Tarefa de Trabalho em Grupo: aspectos do trabalho em grupo: conceitos e objetivos; atribuições do coordenador de grupo; técnica dos debates; a participação dos membros do grupo no processo decisório; aplicação das técnicas do trabalho em grupo: estabelecimento da reunião, debates e apresentação de soluções; descrição interna do atitudes e valores para: a) análise crítica de características individuais prejudiciais à coesão; b) a eficácia grupal; c) comentários e críticas à atuação do grupo. (15h)

b) Estado de Sítio: Estado de Situação do Comandante em Operações Oficiais e Defensivas; documentos de estado-maior; Estado de Situação das Comissões dos Elementos de Apoio: Art., Eng. e Com. e Estado de Situação do Apoio Administrativo. (37h)

2. MOBILIZAÇÃO

a) Mobilização Nacional: estrutura; e problemas; b) Equipamento do Território; c) Mobilização Militar: planejamento básico e conceitos; Política de Mobilização do Exército Brasileiro (SIMOBE); e Instruções de Mobilização do EME; d) Mobilização de Reserva: apresentação das instruções em vigor; Mobilização de unidades, comarcas e órgãos de serviços, inclusive Polícia Militar; e) exercícios de Mobilização; c) Mobilização de Material: apresentação das instruções em vigor; e planejamento e preparo da Mobilização; e) Mobilização de Pessoal: apresentação das instruções em vigor; e planejamento e preparo da Mobilização; f) Mobilização dos Transportes Terrestres: apresentação das instruções em vigor; e planejamento e preparo da Mobilização; g) Mobilização dos Sistemas de Comunicação: apresentação das instruções em vigor; e planejamento e preparo da Mobilização; h) Mobilização dos Sistemas de Defesa: apresentação das instruções em vigor; e planejamento e preparo da Mobilização; i) Mobilização dos Sistemas de Defesa: apresentação das instruções em vigor; e planejamento e preparo da Mobilização. (120h)

3. ADMINISTRAÇÃO

a) O Sistema de Planejamento e Programação Operacional: o Sistema de Planejamento e Programação Operacional Nacional: o planejamento do SIPRO dentro do SPE; Votação ao PNS e PND; o Sistema de Planejamento e Programação Operacional do Exército: instrumentos básicos do sistema; atribuições das dependências responsáveis; elaboração da proposta operacional; o Programa de Trabalho do IV Batallão do Exército; acompanhamento físico; e créditos adicionais. (120h)

b) O Sistema de Administração Financeira: Contabilidade e Auditoria: organização básica do Sistema; estrutura; atribuições dos órgãos; gestão de crédito e numerário; controle; Subsistema de Contabilidade; Subsistema de Auditoria; Subsistema de Acompanhamento Financeiro (ACOMPFINEX); CONSEF; responsabilidades; e Fundo do Exército: obtenção e concessão de recursos. (70h)

c) Planejamento Operacional e Auditoria de Custos: histórico do planejamento no Brasil; Sistema de Planejamento Nacional: posicionamento do SPE; votação ao PNS e PND; Sistema de Planejamento no Exército: instrumentos básicos do Sistema; atribuições dos órgãos responsáveis; Planejamento Operacional: elaboração da Proposta Operacional; Nível DA; Nível EM; Nível DT; Nível Dpt e Nível EME; Programa de Trabalho do Ministério do Exército; acompanhamento físico e financeiro; e créditos adicionais; análise de custos: tipos de custos; e cálculo geral de custos; e cálculo e análise de custos relativos à transferência de sede ou transformação de uma DA. (50h)

d) Auditoria Financeira e Auditoria: o Sistema APCF; organização básica do sistema; estrutura; atribuição dos órgãos; gestão de crédito e numerário; controle; Subsistema de Contabilidade; Subsistema de Acompanhamento Financeiro (ACOMPFINEX); CONSEF; Fundo do Exército: obtenção e concessão de recursos; Auditoria Financeira: análise de balanço; índices líquidos; e estabilidade econômica; auditoria o Subsistema no Exército; estrutura; organização e funcionamento; Tipos de Auditoria. (24h)

e) Administração Geral: introdução à Administração Civil: evolução da Administração Civil; Escola Civilista; princípios da Administração; e contribuição das diversas escolas; uma visão sintética da Administração; Administração por objetivos: origem da APO; Organização Administrativa: conceitos; etapas do estado de organização; estruturas organizacionais; e centralização e descentralização; a Escola Neoclássica de Administração: características principais; Administração como ciência social; funções de administração; aplicações da Administração Civil à atividades militares. (26h)

f) Introdução ao Processamento de Dados: o computador como "linguagem" tipo; e descrição do computador; uso do computador como elemento de tratamento de informações; equipamentos de entrada e de saída; representação dos dados; ações sobre sistema de representação dos dados; linguagens: línguas principais; estrutura, unidade central de processamento de dados; Sistema de Computação: configuração de Sistema; linguagens e programação: conceitos; utilização dos diversos tipos de linguagens; principais dificuldades da programação; tipos de programas; subprogramas: conceitos básicos; transmissão de dados; modulação; e código de transmissão; aplicações militares; sistema de informação e material pessoal; organização; estrutura; e informações de segurança; aplicações operacionais; Jogo de Guerra; e Criptografia; Política de PD; Política Nacional; Política de PD no Exército. (9h)

g) Resumo Operacional e Auditoria de Custos: introdução; histórico da Resenha Operacional da Auditoria de Custos; estrutura e desenvolvimento; programação linear; conceitos de otimização; formulação da função objetivo; conceito e formulação de restrição; e método gráfico; teoria dos estoques: conceitos fundamentais; e problemas de estoques; teoria dos grafos: noções fundamentais; Análise de Sistema: noções gerais; estoques mínimos; tipos de custos que levam à análise de sistema; correlação com o trabalho de estado-maior e com estado de situação; fases do planejamento; formulação do problema; análise da função objetivo; descrição do contexto do problema; objetivos, critérios e hipóteses; coleta de dados; estimativa de dados; estado das possibilidades; geração de alternativas; custos; análise: avaliação das alternativas mediante a construção de modelos; confiabilidade dos modelos; custos; interpretação dos efeitos de dados não-quantificáveis; incertezas; levantamentos de alternativas adicionais; Conclusões e recomendações; seleção do sistema; documentação; implementação; e operação. (23h)

4. ESTRATÉGIA

a) *Evolutiones da Estratégia*: evolução do conceito de *Estratégia*; ampliação do campo da estratégia; os meios; os fins; os objetivos; as ações; as fases; Política e Estratégia; a formulação da política e o planejamento da estratégia; os níveis da estratégia: Estratégia Nacional, Estratégia de Guerra, Estratégia Militar de Guerra, Estratégia Operacional; a relação entre a preparação e a aplicação dos meios; Estratégia Nacional: Política Nacional, Objetivos Nacionais, Poder Nacional e Estratégia Nacional; os objetivos; desdobramentos da Estratégia Nacional: Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Estratégia Nacional de Segurança; estratégias específicas: Estratégia Governamental e Militar; as e ações estratégicas da Estratégia Nacional: Estratégia de Guerra e guerra; evolução histórica; constituição, tipos e formas; características da guerra contemporânea: poder e potencial nacional; Mobilização; hipotese de guerra; concepção de guerra e objetivo de guerra; relação entre a Estratégia de Guerra e a Estratégia Nacional; relação entre a guerra e a defesa; desdobramento da Estratégia de Guerra: campos político, econômico, político-militar e militar; as e ações estratégicas da Estratégia de Guerra; Estratégia Militar de Guerra; concepção de Estratégia Militar de Guerra; expansão militar do Poder Nacional; concepção militar de guerra e concepção das operações; objetivos militares de guerra; relações entre Estratégia Militar de Guerra e Estratégia de Guerra; desdobramento da Estratégia Militar de Guerra: Estratégia Terrestre, Estratégia Aeronaval e Estratégia Naval; as e ações da Estratégia Militar de Guerra: TO, TO e ZI; Estratégia Operacional: constituição da Estratégia Operacional; as Forças Singulares e as Forças Combinadas; relação entre a Estratégia Operacional e a Estratégia Militar de Guerra; desdobramento da Estratégia Operacional: Estratégia de Defesa Aéri; Estratégia das Operações Aeronáuticas; Estratégia de Defesa Terrestre; Estratégia de Defesa Interna; Estratégia Operacional de TO; Estratégia Operacional das FTO, ZC, ZA, Operacional das FTO e Estratégia das Fto de TO; as e ações da Estratégia Operacional: TO, ZC, ZA, ZI; Informações Estratégicas: a Informação Estratégica e a Informação Operacional; as estimativas; relações entre informações estratégicas; as e outros tipos de informação; o ciclo da Informação Estratégica: observação, produção e utilização; relações entre as Informações Estratégicas e os níveis de desdobramento da estratégia; Levantamento Estratégico; Avaliação Estratégica; Relação entre Levantamento e Avaliação Estratégica e os níveis de desdobramento da Estratégia (12b).

b) *Concepções Estratégicas das Forças Armadas Brasileiras*: concepções estratégicas da Força Terrestre; concepção geral da guerra terrestre; concepção geral das operações terrestres e estratégia da Força Terrestre; concepção geral do emprego; concepção geral da organização; concepção geral da Anticimação; concepção geral do preparo; Concepções Estratégicas da Força Naval; Concepção Geral da Guerra Naval; Concepção Geral das Operações Navais; Estratégia da Força Naval; Concepção Geral da Guerra Naval; Concepção Geral das Operações Navais; Estratégia da Força Naval; Concepção Geral da Anticimação; Concepção Geral do Preparo; Concepção Estratégica da Força Aérea; Concepção Geral da Guerra Aérea; concepção geral das Operações Aéreas; Estratégia da Força Aérea; Concepção Geral do Emprego; Concepção Geral da Organização; Concepção Geral da Anticimação; Concepção Geral do Preparo (13a).

c) *Estratégia de Defesa e Alianças*: Evolução das Concepções Estratégicas; Estratégia direta e Estratégia indireta; Estratégia Nuclear; etc.; Concepção estratégica e geopolítica; Aspectos estratégicos do mundo atual; Estados Unidos da América; Evolução da estratégia Americana em face da UNIAO DA REPUBLICA SOCIALISTA soviética, REPUBLICA POPULAR DA CHINA, JAPAO, EUROPA, OCIDENTAL e TERCEIRO MUNDO. O poder militar norte-americano; Concepção estratégica atual. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - Evolução da Estratégia

Sociedade em face dos Estados Unidos da América, EUROPA, OCIDENTAL, REPUBLICA POPULAR DA CHINA, JAPAO, TERCEIRO MUNDO. O poder militar soviético; Concepção estratégica atual. OTAN e PACTO DE VARSÓVIA; Poder Militar de cada Aliança; Concepção estratégica atual de cada Aliança; Vulnerabilidade das duas alianças em função dos problemas internos e externos dos países que as compõem; Aspectos estratégicos atuais à luz dos antagonismos atuais dos países existentes em cada Aliança; REPUBLICA POPULAR DA CHINA: Evolução da estratégia chinesa em face do BLOCO OCIDENTAL, da URSS, da ASIA e do TERCEIRO MUNDO; Poder Militar da REPUBLICA POPULAR DA CHINA; Concepção Estratégica atual. BOLÍVIA

Poder Nacional, 1 e Poder Militar; Objetivos Nacionais; Concepção Estratégica Atual; Principais problemas internos e externos; Sua posição em relação ao n.r. PERU; Poder Nacional e Poder Militar; Objetivos Nacionais; Concepção Estratégica Atual; Principais problemas internos e externos; Sua posição em relação à situação belicista de cada país e Ozeano Pacífico; CHILE: Poder Nacional e Poder Militar; Objetivos Nacionais; Concepção Estratégica Atual; Principais problemas internos e externos; Sua posição em relação à situação belicista de cada país e Ozeano Pacífico e à disputa do Canal de Beagle; ARGENTINA: Poder Nacional e Poder Militar; Objetivos Nacionais; Concepção Estratégica Atual; Principais problemas internos e externos; Sua posição em relação à situação do canal de Beagle (21b).

d) *Planejamento Estratégico Militar*: Poder Nacional; Concepção; Concepções; Estrutura; Avaliação; Preparo e Aplicação; Emprego; Willstar do Poder Nacional; Concepções; Funções; Componentes e Objetivos; Avaliação; Indicações e modelo militar; Preparo e aplicação e sua subjeção; Poder Militar Terrestre; O Ministério do Exército e a Força Terrestre; Os fundamentos da Estratégia Militar e do PN e a Fftr; Funções da Estratégia Militar PN e Fftr; Fatores específicos; Fases específicas; Componentes e Objetivos do poder Militar Terrestre; Organização básica do Exército; O Ministério do Exército; sua fra e sua organização; O Exército Brasileiro; Antecedentes do Ministério do Exército e dos órgãos do Ministério; A Força Terrestre: organização e aplicação; Estrutura Militar de Guerra: TO, ZI, TOT e TOM; Organização do TOT; comando; Zona y Força; Organização do ZI, ZD e Comando de Div. Ter. Del. de Op. Aeronáutica e suas subdivisões; Avaliação do Poder Militar Terrestre; Indicações e modelo militar; Preparo e aplicação do poder militar terrestre; constituição e subjeção de dependência; Modelo da Estratégia Militar; O Estado Estratégico; Fases do Estado Estratégico; Objetivos do Levantamento e da Avaliação; Os meios; os objetivos; as ações em curso; Exame Estratégico; planejamento das ações; considerando os meios, os objetivos, as fra e as ações; Relações entre as fases do Estado Estratégico; Modelo de Ação Política; Finalidade; Fases; Formulação da Política Nacional; Avaliação das Condições; análise e síntese; Conceito Estratégico Nacional; Diretrizes Estratégicas e Exames Estratégicos; Planos Nacionais

PND, PNS, PNA, PNI e OPI; Planejamento Social; Planejamento de Guerra; Hipóteses de Guerra; Avaliação da Condição de Guerra; Concepção da Guerra; Política de Guerra e Objetivos de Guerra; Exames Estratégicos; Plano de Guerra; Político, Econômico, Político-militar e Militar; Relações entre o método de Ação Política e o Planejamento de Guerra; Planejamento Militar de Guerra; Hipóteses de Guerra; Avaliação da Condição Militar de Guerra; Concepção Militar de Guerra; Objetivos Militares de Guerra; Exame Estratégico; Organização do TO; Plano de Emprego das FA; Plano de Mobilização Militar; Plano Militar de Informação; Plano de Emprego da Fftr; Relações entre o Planejamento de Guerra e o Planejamento Militar de Guerra; Planejamento da Ação Militar das Operações; Concepção das Operações e Plano de Defesa Aérea; Exame Estratégico; Concepção das Operações e Plano de Operações Aeronáuticas; Exame Estratégico; Concepção das Operações e Plano de Campanha do TO; Relações entre os Planos Estratégicos de Operações e Planejamento Militar de Guerra; Planejamento Estratégico do Preparo das Forças Terrestres; Relações entre o planejamento do Preparo das Fftr; Método de Ação Política; Plano de

7. DIREITO

a) **Estado Constitucional**: Conceitos Fundamentais: Direito Constitucional; Constituição; Hierarquia das Leis; Direitos e deveres dos cidadãos; Definição Constitucional das Forças Armadas; Atuação Nacional e Objetivos Nacionais; Estado de Direito; Relatividade; Intervenção Federal; Estado de Sítio; Medidas de Emergência e Estado de Emergência; Suprimento dos direitos e das garantias individuais; A Constituição da República Federativa do Brasil; Evolução e forma atual; Da Segurança Nacional e das Forças Armadas; Do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário. (10%.)

b) **Direito Internacional**: Questões Fundamentais do Direito Internacional Público; Fontes do Direito Internacional Público; Sujeito do Direito Internacional; Conceitos de Soberania, Autodeterminação, Independência; Domínio do Estado; Organismos Internacionais; Relações entre Estados; Soberania; Compromissos Internacionais; Litígios Internacionais; Solução Pacifica e Guerra. (10%.)

8. PSICOLOGIA

(a) **A Psicologia Social: O Mito Nacional e o Mito Militar**; Conceitos de Psicologia Social; Psicologia e Psicologia Social; Comprometimento e Motivos; Determinantes da Conduta - Individualidade e meio; Interação Social; Indivíduo e grupo; Linguagem e Comunicação; Percepção Social; Atitude; Opções e valores; Pacotes; Moral; Motivação e Moral; O Homem brasileiro - Um Perfil Psicológico - O Contexto Nacional brasileiro; O Mito Militar na Experiência Militar do Poder Nacional. (10%.)

9. ECONOMIA

a) **Núcleo de Macroeconomia**: Equilíbrio Econômico: O controle da gestão Econômica; A Contabilidade das atividades; Mediação dos grandes agregados; A relação entre o valor monetário e o valor real do produto; O sistema financeiro, a moeda e a inflação; A divisão do trabalho, o mercado, a renda e a Economia Monetária; O sistema monetário nacional; Teoria quantitativa da moeda; Equilíbrio Geral de Análise da Inflação; Aspecto da inflação brasileira; O Papel Econômico do Governo; Formas de intervenção na Economia; Causas e Efeitos da intervenção do governo na economia; As multinacionais; Os Fluxos Econômicos da Experiência Militar; Apreciação; Indicações econômicas e sua utilização na abordagem do sistema militar a nível estratégico. (8%.)

b) **Desenvolvimento e Planejamento**: Equilíbrio Nível de sistema econômico; Tipos de Organização; Evolução Contemporânea; Desenvolvimento Econômico e Social; Crescimento e desenvolvimento; Cálculos, definições e instrumentos de análise do desenvolvimento; Objetivos do desenvolvimento; Formas distintas do desenvolvimento; Planejamento Econômico e Social; Desenvolvimento e Planejamento; A centralidade nacional como instrumento de análise econômica; Inflação que o planejamento poderá ocorrer na evolução da sociedade brasileira; Experiências Brasileiras de Planejamento; Status dos planejamentos realizados pelos governos do Brasil após a 2ª Guerra Mundial; Inflação do Desenvolvimento Econômico na Experiência Militar do Poder Nível e tendência; Apreciação dos indicadores de desenvolvimento e a utilização desses instrumentos pelo sistema militar a nível estratégico. (10%.)

10. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

a) **Desenvolvimento Atividade de Pesquisa e Desenvolvimento**: PA, PD, Conceituação de Pesquisa Básica, Pesquisa Aplicada e Desenvolvimento; Situação das atividades de P & D do sistema produtivo de bens e serviços (pesquisa, desenvolvimento, experimentação e mercado); tecnologia: características, produção, adaptação, difusão e inovação; Fatores Políticos e sociais de origem tecnológica; Administração da Pesquisa e Desenvolvimento; Fatores humanos envolvidos na organização de grupos de pesquisa; Condição de projetos, programação e organização; Previsão tecnológica e técnicas de previsão; Transferência de Tecnologia: características do mercado, efeitos da transferência; Política de transferência; Legislação e Controle; Sistema de Informação Científica e Tecnológica; Importância da informação; Processos de coleta, difusão e arquivos; Sistema de informação científica e tecnológica no Estado; necessidade e concepção de um modelo; Pesquisa e Desenvolvimento no Estado; Objetivos; Órgãos participantes e superintendência; Ciclo de vida do setor - Inicial; Análise de um modelo administrativo; A MBEL; Plano Nacional de Desenvolvimento: Finalidade; Constituição; Implementação; Plano Branco de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Finalidade; Constituição; Implementação; Sistema de Atuação; Conceituação; Características; Requisitos técnicos e estratégicos da guerra para o emprego de armas; Inflação das características da plataforma e do alvo na seleção do sistema de armas; Alternativa técnica à disposição do Comando; Evolução do Material Bélico - Armas convencionais e armas inteligentes; Fundamentos; Tendências perspectivas; Sistema de propulsão; Controle e direção; Considerações sobre a partida de classe. (17%.)

ANEXO B**CURRÍCULO DO SEGUNDO PERÍODO (1989-2006)**

GRADE CURRICULAR FASE 2 (1989-2006)

ATIVIDADE		1989-2002	2003	2004	2005	2006
DISCIPLINAS CURRICULARES	1-SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR	109h	106h	106h	106h	101h
	2-OPERAÇÕES DOS ESCALÕES DA FORÇA TERRESTRE	952h	952h	974h	974h	1024h
	3-APOIO LOGÍSTICO E MOBILIZAÇÃO	318h	337h	339h	339h	333h
	4-GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	198h	198h	198h	198h	170h
	5-INTELIGÊNCIA MILITAR	45h	45h	45h	45h	39h
	6- ESTRATÉGIA	181h	181h	181h	181h	178h
	7- HISTÓRIA MILITAR	81h	81h	81h	81h	86h
	8- POLÍTICA	23h	23h	23h	23h	23h
	9- DIREITO	20h	20h	20h	20h	20h
	10-ECONOMIA	10h	10h	10h	22h (1)	22h (1)
	11-CIÊNCIA E TECNOLOGIA	37h	37h	37h	37h	31h
	12-ADMINISTRAÇÃO	32h	32h	12h		
	13-COMUNICAÇÃO SOCIAL	35h	32h	32h	32h	32h
	14-COMANDO, CHEFIA E LIDERANÇA	13h	13h	13h (2)	13h (2)	16h (2)
	15-METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS MILITARES	25h	25h	25h	25h	21h
	16- METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	25h	25h	25h	25h	25h
	17-TREINAMENTO FÍSICO-MILITAR	92h	92h	92h	92h (3)	92h (3)
	18-IDIOMAS	60h	60h	60h	60h	60h
	19- CIÊNCIAS GERENCIAIS			100h	100h	90h
	SOMA	2256h	2269h	2373h	2281h Menos a (3)	2271h Menos a (3)
COMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO	DINÂMICA DE GRUPO	19h	19h	19h	19h	19h
	PESQUISA	210h	210h	122h	122h	126h
	PROGRAMA DE LEITURA	14h	14h	14h	14h	04
	ASSUNTOS DA ATUALIDADE	80h	80h	57h	57h	12h
	CONFERÊNCIAS	48h	48h	48h	48h	48h
	VIAGENS E VISITAS	22h	22h	06h	06h	06h
	APRESENTAÇÃO DE TRAB. MONOGRÁFICO			28h (4)	28h (4)	28h (4)
	SOMA	393h	393h	294h	386h Incluindo a (3)	335h Incluindo a (3)

Fonte: ECEME

OBSERVAÇÕES:

(1): A disciplina de Economia passou a ser denominada "ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO", pois assimilou a disciplina "ADMINISTRAÇÃO" (que deixou de ser isolada a partir de 2005)

(2): A disciplina "COMANDO, CHEFIA E LIDERANÇA" a partir de 2004 passou a ser denominada "LIDERANÇA MILITAR"

(3): A partir de 2005 a disciplina "TREINAMENTO FÍSICO-MILITAR" passou para o grupo "COMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO".

ANEXO C

CERTIDÃO DE DISCIPLINAS (1989-2002)

CERTIFICAÇÃO DE DISCIPLINAS

FASE 2 (1988-2021)

1. SERVIÇO DE ESTADO MAIOR

- a) Curso de Serviço em Operações (48h)
b) Curso de Serviço Militar em Tempo de Paz (72h)

2. OPERAÇÕES DOS ESCALÕES DA FORÇA TERRESTRE

- a) Escolas dos Cursos Complementares (48h); b) Escolas de Preparação da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); c) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); d) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); e) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); f) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); g) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); h) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); i) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); j) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); k) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); l) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); m) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); n) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); o) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); p) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); q) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); r) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); s) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); t) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); u) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); v) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); w) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); x) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); y) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h); z) Escolas de Preparação da Defesa da Defesa de Fronteiras em Operações (24h);

3. APOIO LOGÍSTICO E MOBILIZAÇÃO

- a) Assis. Logística em Operações (48h); b) Assis. Logística em Operações (48h); c) Assis. Logística em Operações (48h); d) Assis. Logística em Operações (48h); e) Assis. Logística em Operações (48h); f) Assis. Logística em Operações (48h); g) Assis. Logística em Operações (48h); h) Assis. Logística em Operações (48h); i) Assis. Logística em Operações (48h); j) Assis. Logística em Operações (48h); k) Assis. Logística em Operações (48h); l) Assis. Logística em Operações (48h); m) Assis. Logística em Operações (48h); n) Assis. Logística em Operações (48h); o) Assis. Logística em Operações (48h); p) Assis. Logística em Operações (48h); q) Assis. Logística em Operações (48h); r) Assis. Logística em Operações (48h); s) Assis. Logística em Operações (48h); t) Assis. Logística em Operações (48h); u) Assis. Logística em Operações (48h); v) Assis. Logística em Operações (48h); w) Assis. Logística em Operações (48h); x) Assis. Logística em Operações (48h); y) Assis. Logística em Operações (48h); z) Assis. Logística em Operações (48h);

4. GARANTIA DA LIDE DA ORDEM

- a) Operações e Psicologia (24h); b) Segurança Interna (48h); c) Operações de Garantia da Lei e da Ordem (80h); d) Polícia Militar (24h);

5. INTELIGÊNCIA MILITAR

- a) Inteligência Militar (24h); b) Inteligência Militar (24h);

6. ESTRATÉGIA

- a) Assis. Oper. (48h); b) Planejamento Estratégico (24h); c) Concepção Estratégica (80h); d) Exercícios (24h); e) Exercícios (24h);

7. HISTÓRIA MILITAR

- a) História da Armada de Portugal (24h); b) História da Marinha de Portugal (24h); c) História da Armada de Portugal (24h); d) História da Armada de Portugal (24h); e) História da Armada de Portugal (24h); f) História da Armada de Portugal (24h); g) História da Armada de Portugal (24h); h) História da Armada de Portugal (24h); i) História da Armada de Portugal (24h); j) História da Armada de Portugal (24h); k) História da Armada de Portugal (24h); l) História da Armada de Portugal (24h); m) História da Armada de Portugal (24h); n) História da Armada de Portugal (24h); o) História da Armada de Portugal (24h); p) História da Armada de Portugal (24h); q) História da Armada de Portugal (24h); r) História da Armada de Portugal (24h); s) História da Armada de Portugal (24h); t) História da Armada de Portugal (24h); u) História da Armada de Portugal (24h); v) História da Armada de Portugal (24h); w) História da Armada de Portugal (24h); x) História da Armada de Portugal (24h); y) História da Armada de Portugal (24h); z) História da Armada de Portugal (24h);

8. POLÍTICA

- a) Política Nacional (24h); b) Política Internacional (24h); c) Carta da Política (24h);

9. DIREITO

- a) Direito Internacional (24h); b) Organização Jurídica Nacional (24h); c) Curso de Direito Militar (24h); d) Curso de Direito Militar (24h); e) Curso de Direito Militar (24h); f) Curso de Direito Militar (24h); g) Curso de Direito Militar (24h); h) Curso de Direito Militar (24h); i) Curso de Direito Militar (24h); j) Curso de Direito Militar (24h); k) Curso de Direito Militar (24h); l) Curso de Direito Militar (24h); m) Curso de Direito Militar (24h); n) Curso de Direito Militar (24h); o) Curso de Direito Militar (24h); p) Curso de Direito Militar (24h); q) Curso de Direito Militar (24h); r) Curso de Direito Militar (24h); s) Curso de Direito Militar (24h); t) Curso de Direito Militar (24h); u) Curso de Direito Militar (24h); v) Curso de Direito Militar (24h); w) Curso de Direito Militar (24h); x) Curso de Direito Militar (24h); y) Curso de Direito Militar (24h); z) Curso de Direito Militar (24h);

10. ECONOMIA

- a) Contabilidade Nacional e Internacional (100h);

11. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- a) Desenvolvimento de Materiais (24h); b) Cartilha de Ciência e Tecnologia em Defesa (24h);

12. ADMINISTRAÇÃO

- a) Curso de Administração Pública (12h);

13. COMUNICAÇÃO SOCIAL

- a) Comunicação Social (15h);

14. COMANDO, CHEFE E LIDERANÇA

- a) Curso de Chefe e Liderança (12h);

15. METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS MILITARES

- a) Metodologia da Pesquisa em Ciências Militares (24h);

16. METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR

- a) Ensino Superior (24h); b) Ensino Superior (24h); c) Ensino Superior (24h); d) Ensino Superior (24h); e) Ensino Superior (24h); f) Ensino Superior (24h); g) Ensino Superior (24h); h) Ensino Superior (24h); i) Ensino Superior (24h); j) Ensino Superior (24h); k) Ensino Superior (24h); l) Ensino Superior (24h); m) Ensino Superior (24h); n) Ensino Superior (24h); o) Ensino Superior (24h); p) Ensino Superior (24h); q) Ensino Superior (24h); r) Ensino Superior (24h); s) Ensino Superior (24h); t) Ensino Superior (24h); u) Ensino Superior (24h); v) Ensino Superior (24h); w) Ensino Superior (24h); x) Ensino Superior (24h); y) Ensino Superior (24h); z) Ensino Superior (24h);

17. TREINAMENTO FÍSICO MILITAR

- a) Treinamento Físico Militar (24h);

18. IDIOMAS

- a) Idioma Espanhol (24h);

ANEXO D

PLANO DA DISCIPLINA CIÊNCIAS GERENCIAIS (2003-2006)

UNIDADE DIDÁTICA V: ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		CARGA HORÁRIA: 60 HORAS
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº DE SESSÕES
a. Introdução à TGA.	- Conhecer as teorias gerais da administração.	03
b. Escolas da Teoria Administrativa	- Identificar as diferentes teorias administrativas.	
2. INTRODUÇÃO AO PLANEJAMENTO	- Identificar a evolução do planejamento estratégico.	02
a. Origens do planejamento estratégico.	- Definir o papel do planejamento estratégico na gestão contemporânea.	
b. Escolas do planejamento estratégico.	1. TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO (TGA)	
c. O planejamento estratégico na gestão contemporânea.	- Demonstrar facilidade em encontrar soluções para a elaboração de um plano (CRIATIVIDADE).	
3. CONCEITUAÇÃO BÁSICA	- Conceituar planejamento estratégico.	02
a. O conceito de organização estratégica.	- Identificar o processo estratégico numa organização.	
b. Conceito de planejamento estratégico.	- Identificar os modelos de planejamento estratégico.	
c. O processo estratégico.		
d. Os modelos de planejamento estratégico		
4. CARACTERÍSTICAS	- Identificar as características desejáveis de um planejamento estratégico.	02
a. Características desejáveis de um planejamento estratégico.	- Identificar as influências dos atores estratégicos na elaboração de um planejamento estratégico.	
b. Os atores estratégicos e a definição das características de um planejamento estratégico.	- Identificar as características desejáveis do planejamento estratégico em uma organização militar.	
c. Características desejáveis de um planejamento estratégico em ambiente militar.	- Demonstrar facilidade em encontrar soluções para a elaboração de um plano (CRIATIVIDADE).	

Continuação do Plano da Disciplina Ciências Gerenciais (CGEM)

5. NÍVEIS DE DECISÃO	- Identificar os níveis de decisão.	02
a. Níveis de decisão - estratégico, tático e operacional	- Identificar os níveis de decisão numa organização militar e estabelecer seus reflexos no planejamento estratégico.	
b. A pirâmide	- Cumbrir o que foi decidido sem ponderar, mesmo divergindo (DISCIPLINA INTELECTUAL).	03
6. TIPOS DE PLANOS: ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL	- Identificar os tipos de planos.	
a. Plano Estratégico	- Conhecer as características de cada tipo.	
b. Plano Tático	- Descrever os tipos de planos na estrutura administrativa do Exército Brasileiro.	
c. Plano Operacional	- Analisar um Plano Estratégico.	
d. Plano de transição	- Elaborar um Plano Tático.	03
	- Elaborar um Plano Operacional.	
	- Conhecer um Plano de Transição.	
	- Encontrar soluções para a elaboração de um plano (CRIATIVIDADE).	
	- Respeitar a decisão do grupo, mesmo que seja divergente da sua (DISCIPLINA INTELECTUAL).	
7. POLÍTICAS ORGANIZACIONAIS	- Conceituar a política organizacional no Exército.	03
a. Conceito de política organizacional.	- Identificar os modelos de política organizacional.	
b. Modelos de política organizacional.	- Identificar os principais elementos de um processo de mudança organizacional.	
c. Processo de mudança organizacional.		
8. CONCEITOS DE ESTRATÉGIA	- Conhecer o papel da estratégia no mundo contemporâneo.	01
a. A estratégia no mundo contemporâneo.	- Identificar o conceito de estratégia organizacional.	
b. Conceito de estratégia.	- Identificar os diferentes conceitos de estratégia.	
c. Diferentes conceitos de estratégia.	- Relacionar os conceitos de estratégia com a organização militar.	
9. MODELOS LÓGICOS	- Conceituar modelo estratégico.	02
a. Conceito de modelo estratégico.	- Identificar os modelos estratégicos existentes no mundo contemporâneo.	
b. Modelos estratégicos existentes no mundo contemporâneo.	- Conhecer o pensamento estratégico de Peter Drucker e Jack Welch.	
c. O pensamento estratégico de Peter	- Descrever o modelo estratégico do Exército Brasileiro.	

Continuação do Plano da Disciplina Ciências Gerenciais (CCGM)

ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº DE SESSÕES
10. INDICADORES DE DESEMPENHO ESTRATÉGICO a. Conceito de indicadores de desempenho. b. Conceito de indicadores de desempenho estratégico. c. Estrutura dos indicadores. d. Objetivo dos indicadores. e. Sistema de indicadores. f. Macroprocessos-Microindicadores	- Conceituar indicadores de desempenho estratégicos. - Identificar a estrutura e o objetivo dos indicadores. - Identificar os indicadores no processo estratégico. - Identificar os indicadores de desempenho estratégico do Exército. - Apresentar soluções originais aos trabalhos propostos (CRIATIVIDADE).	05
11. PROJETOS E GERÊNCIA DE PROJETOS a. Conceito de projeto. b. Conceito de gerência de projeto. c. Modelos de gerenciamento de projeto. d. O escritório de gerenciamento de projetos. e. Metodologia de gerenciamento de projetos. f. Softwares de aplicação em gerenciamento de projeto. g. Gerenciamento de projeto no Exército: situação atual e perspectivas	- Conceituar projeto e gerência de projeto. - Identificar os modelos de gerenciamento de projeto existentes na gestão contemporânea. - Identificar a estrutura e proposta do escritório de gerenciamento de projetos. - Identificar as diferentes metodologias de gerenciamento de projetos existentes na gestão contemporânea. - Listar os softwares de aplicação em gerenciamento de projetos. - Avaliar a metodologia de gerenciamento de projeto em uso no Exército Brasileiro.	20

Continuação do Plano da Disciplina Ciências Gerenciais (CCGM)

12. PLANEJAMENTO EM RECURSOS HUMANOS a. Histórico de recursos humanos b. Conceito de planejamento em recursos humanos. c. Modelos de planejamento em recursos humanos existentes na gestão contemporânea. d. Planejamento em recursos humanos no Exército Brasileiro.	- Conhecer o planejamento em recursos humanos. - Identificar os modelos de planejamento em recursos humanos existentes na gestão contemporânea. - Identificar o planejamento em recursos humanos no Exército Brasileiro.	04
13. LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO a. Conceito de liderança aplicado à gestão. b. A liderança militar e a gestão contemporânea. c. Lideres empresariais contemporâneos e seu pensamento. d. Teorias de motivação de Maslow e Herzberg. e. Reflexões da liderança e o nível de motivação.	- Identificar o conceito de liderança na gestão contemporânea. - Descrever o enquadramento dos principais líderes militares e empresariais da atualidade. - Identificar as teorias de motivação de Maslow e Herzberg. - Identificar os reflexos da liderança e o nível de motivação. - Propor sugestões e modificações para modificar e aperfeiçoar a teoria escolhida no que diz respeito a motivação e seus reflexos na liderança militar (CRIATIVIDADE).	02
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CAMPOS, V. F. TQC - Controle da qualidade total. 5. ed. Rio de Janeiro: CFCO, 1992. - _____. TQC- Gerenciamento da Rotina do Trabalho do Cio-a-Cia. 1. ed. Rio de Janeiro: CFCO, 1994. - _____. O valor dos recursos humanos na era do conhecimento. 2. ed. Belo Horizonte: CFCO, 1995. CHAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1993. DEMING, W. E. Qualidade: a revolução da administração. Tradução: Clóvis Comunicações e Recursos Humanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Marques Simões, 1990. DIMENSTEIN, G. Aprendiz do futuro: cidadania hoje e amanhã. São Paulo: Atiba, 1997. DRUCKER, P. A. administração. 1. ed. São Paulo: Nobel, 2001a. - _____. O homem 1. ed. São Paulo: Nobel, 2001b. - _____. A sociedade. 1. ed. São Paulo: Nobel, 2001c. - _____. Política de Administração de Empresas. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1981. EXERCÍCIO-MAIOR DO EXERCÍTO. Princípios da Qualidade Brasil, 1995. - _____. Ferramentas da Qualidade. Brasília, 1995. - _____. Planejamento Estratégico Organizacional. Brasília, 1995. - _____. Vide-Mecum do Programa 55. Brasília, 1997.		

- FRANCO NETO, José Manoel. Curso de Planejamento Público, Volume 1 e 2. Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 1994.
- GATES, B. A. empresa na velocidade do pensamento. São Paulo: Scheraga, 1999.
- GOLDMAN, D. Inteligência emocional. 22. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- _____. Trabalhando com inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- JUNG, C. G. Mentiras, sonhos e reflexões. 14. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- Maslow, A. H. Motivação e comportamento. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. MCGREGOR, D.
- O lado humano da empresa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. MEISTER, J. C.
- Educação corporativa. São Paulo: MAKRON Books, 1999.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). Esquema de Qualidade dos Serviços Públicos - Instrumento de Avaliação da Gestão Pública. Brasília, 2003a.
- _____. Guia de Auto-avaliação em Gestão Pública. Brasília, 2003b.
- _____. Termo de Referência. Brasília, 2003c.
- _____. Observações para a implementação da transformação gerencial nas organizações públicas. Brasília, 1999.
- MORGAN, G. Imagens da organização. 1. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 1996.
- ORLIKOWSKI, E. Consultoria Interna de Recursos e Materiais. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1995.
- PORTER, M. E. Estratégia competitiva. 15. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- SANTOMÉ, J. T. Gestão da qualidade e interdisciplinaridade. 2. ed. São Paulo: Atlas Médica, 1999.
- SCHOLTES, Peter R. Times da Qualidade: como usar estatísticas para melhorar a qualidade. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1992.
- SILVER, A. P. Mez anos e mais Gestão. 2. ed. São Paulo: Negócio, 2001.
- TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. Gestão de tecnologia de ensino. 1. ed. São Paulo: FGV, 1999.
- TAYLOR, Frederick Winslow. Princípios de administração científica. São Paulo: Atlas, 1970.
- WAGNER, J. A.; HOLLENBECK, J. R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva. São Paulo: Senac, 1999.
- WELCH, J. Jack Welch. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

Continuação do Plano da Disciplina Ciências Gerenciais (CCGM)

17 - CIÊNCIAS GERENCIAIS		2º ANO	CARGA HORÁRIA: 30 HORAS
UNIDADE DIDÁTICA VI: NOVAS TENDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E DA EXCELÊNCIA GERENCIAL		CARGA HORÁRIA: 40 HORAS	
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	NDE SESSÕES	
1. CONCEITOS BÁSICOS DE EXCELÊNCIA - Conceituar excelência gerencial.			
GERENCIAL			
a. Conceito de Excelência Gerencial.		01	
b. A excelência gerencial no mundo contemporâneo.			
2. CRITÉRIOS DE EXCELÊNCIA (POSP)			
a. POSP	- Conhecer o POSP.		
b. <u>Critérios de Excelência</u>	- Identificar os sete critérios de excelência gerencial.	01	
3. CONCEITOS BÁSICOS DE QUALIDADE - Conhecer a administração pela qualidade total.			
TOTAL E FERRAMENTAS DA QUALIDADE - Analisar a QT no CB.			
TOTAL			
a. Histórico da AQT.		0	
b. Princípios da QT.		2	
<u>QAQT no Brasil e no CB.</u>			
4. ANÁLISE E MELHORIA DE PROCESSOS INDICADORES DE DESEMPENHO			
a. Ferramentas da Qualidade.	- Identificar as ferramentas da Qualidade.		
b. Metodologia de Análise e Solução de Problemas (MASP)	- Aplicar a MASP.		
	- Apresentar soluções originais para a solução dos problemas levantados durante a análise e melhoria de processos indicadores de desempenho (CRATIVIDADE).	07	

Continuação do Plano de Disciplina Ciências Gerenciais (CCGM)

5. NOÇÕES DE SIGMA	- Identificar a ferramenta de gestão SIGMA.	
a. Origem e conceito de SIGMA		01
b. Estrutura de SIGMA		
6. NOÇÕES DE BALANCED SCORE CARD (BSC)	- Identificar a ferramenta de gestão BSC.	
a. Origem e conceito de BSC	- Inferir as possibilidades de utilização do BSC em organizações militares.	
b. Estrutura do BSC	- Propor soluções originais para implantação do BSC (CRAATIVIDADE).	02
c. Metodologia de implementação do BSC		
7. NOÇÕES DE ENTERPRISE RESOURCE PLANNING (ERP)	- Identificar a ferramenta de gestão ERP.	
a. Origem e conceito de ERP	- Descrever as possibilidades de utilização do ERP em organizações militares.	
b. Estrutura do ERP	- Propor soluções originais quando da implantação do ERP (CRAATIVIDADE).	02
c. Metodologia de implementação do ERP		
8. O PROGRAMA EXCELÊNCIA GERENCIAL NO 66 (PGG - 66)		
a. Origem do PGG	- Identificar o PGG	
b. Conceito do PGG	- Conhecer a metodologia de implementação.	
c. Metodologia de implementação	- Identificar as etapas do PGG.	
d. Critérios de Avaliação	- Realizar uma auto-avaliação.	
e. Auto-avaliação	- Realizar uma validação.	
f. Validação	- Elaborar um Plano de Inovação e Melhoria.	
g. Plano de Inovação e Melhoria	- Demonstrar facilidade em propor soluções para a elaboração de um plano (CRAATIVIDADE).	14
h. Ferramenta de gestão mais utilizadas no PGG	- Respeitar a decisão do grupo, mesmo que seja divergente da sua (DISCIPLINA INTELIGENTUAL).	

1. Desenvolvimento de atividades no PGG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPUS, V. R. TQC - Controle de qualidade total. 6. ed. Rio de Janeiro: CPOQ, 1992.
TQC - Gerenciamento da Qualidade Total no Trabalho da Caixa Civil, 1. ed. Rio de Janeiro: CPOQ, 1994.

Continuação do Plano de Disciplina Ciências Gerenciais (CCGM)

- „O valor do dinheiro e o fator na vida do investimento. 2. ed. São Antonio: CPOQ, 1995.
 CHAVENATO, L. Introdução à Teoria Geral da Administração. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1993.
 CHENG, W. S. Qualidade e evolução da administração. Tradução: Clóvis O'Montaghes e Recursos Humanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Marques Saneles, 1992.
 DI MINGOSTIN, G. Aprender do futuro: cidadania hoje e amanhã. São Paulo: Atlas, 1997.
 DRUCKER, P. A. Administração. 2. ed. 1. ed. São Paulo: Nobel, 2001a.
 „O homem 1. ed. São Paulo: Nobel, 2001 b.
 „A sociedade. 1. ed. São Paulo: Nobel, 2001c.
 „Prática de Administração de Empresas. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.
 GATSO-MAIOR DO EXERCÍCIO. Práticas de Qualidade. Brasília, 1995.
 „Ferramentas da Qualidade. Brasília, 1995.
 „Planejamento Estratégico Corporativo. Brasília, 1995. do Unesco - A-10.
Verde Menor do Programa PGG. Brasília, 1997.
 FRANCO NETO, José Manoel. Curso de Gerenciamento Público, Volume 1 e 2. Fundação Getúlio Vargas. Brasília, 1994. GATEO, G. A empresa: revolução do pensamento. São Paulo: Schwartz, 1996.
 GOLSMAN, C. Insegurança emocional. 32. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
 „Trabalhando com inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
 JUNG, C. G. Memórias e reflexões. 14. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Maslow, A. H. Maslow no pensamento. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. MCGREGOR, D. O lado humano da empresa. 2. ed. São Paulo: Martin Fontes, 1992. MEISTER, J. O lado capta. co-ordenado. São Paulo: MAKRON Books, 1999.
 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). Programa de Qualidade dos Serviços Públicos: Instrumento de Avaliação de Gestão Pública. Brasília, 2003a.
 „Guia de Auto-avaliação em Gestão Pública. Brasília, 2003b. „Termo de Referência. Brasília, 2003c.
 „www.mpo.gov.br. Condições para a implementação do gerenciamento público nas organizações públicas. Brasília, 1996. MORGAN, G. Imagem de organização. 1. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 1995.
 ORLONIA, G. Consultoria interna de Recursos Humanos. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1998. PORTER, M. E. Estratégia competitiva. 15. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
 SANTONE, J. I. Globalização e interdependência. 2. ed. São Paulo: Atlas Médica, 1998.
 SCHULTES, Peter R. Termo de Referência para a avaliação da melhoria e qualidade. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1992. SLOAN, A. R. Meio-ano com a Gestão. 1. ed. 2. ed. São Paulo: Negrito, 2001.
 TACHEWA, I.; ANCRAGE, R. D. B. Gestão de instituições de ensino. 1. ed. São Paulo: FGV, 1998. TAYLOR, Frederick Winslow. Princípios de administração científica. São Paulo: Atlas, 1970.
 WAINER, J. A. HOLLINGBROOK, J. R. Co-ordenamento e gestão: na criação de valores competitivos. São Paulo: Saneles, 1999. WOLCH, J. Avaliação do PGG. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ANEXO E

PLANO DA DISCIPLINA ESCALÕES DA FORÇA TERRESTRE

(2003-2006)

OPERAÇÕES DOS ESCALÕES DA FORÇA TERRESTRE 2º ANO
CARGA HORÁRIA: 304 HORAS
 APROVADO Ad.DFA no BDEP Nº 041, de 09 Jun 05

UNIDADE DIDÁTICA V - OPERAÇÕES EM AMBIENTE DE SELVA

CARGA HORÁRIA: 62 HORAS
NDE SESSÃO

ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
1. OPERAÇÕES EM AMBIENTE DE SELVA (Estrutura)	- Planear Op em Amb de S, inicialmente na carta, com posterior realização/helicação, em face do Rec Ter.
a. Ambiente amazônico	- Avaliar o planeamento de operações de G Ondo e GU em ambiente de selva, com os meios existentes.
b. Manobras e Inteligência	- Analisar as manobras, a organização, as possibilidades, as Un e as normas de Emp dos meios navais.
c. Peculiaridades do Apoio Naval	- Analisar as peculiaridades dos Ap P e CAA e nas Cp
d. Apoio ao combate	SI e Rti e suas reflexos para o Pj das Cp.
e. Apoio Logístico ver assunto 02 V 04	- Analisar as possibilidades do Ap P/Ae/Ap Op em ambiente de selva.
f. Op Psicológicas	- Avaliar a Org para o Cmb da Eng/Ap Op em ambiente de selva.
g. Grandes Comandos	- Avaliar as possibilidades e limitações (redação) do Ap Eng/Ap Op em ambiente de selva.
1) Manobras e Inteligência	- Identificar os trabalhos de Eng/Ap Op em ambiente de selva.
2) Sit Cp de Apoio ao combate	- Avaliar o Pj das Cp Psico.
3) Apoio Logístico	- Planear o emprego de um G Ondo e GU em ambiente de S, dentro do contexto da Op convencional, Cp com características Esp, Op de GLC, de Def Ter e de Estr Ret, inicialmente na carta, com posterior realização/helicação do Pj, em função do Rec Ter.
4) Operações Psicológicas	- Avaliar o planeamento das operações psicológicas dentro do contexto da Estr Ret e de Op convencional.
5) Combate de Resistência (adequar a nova concepção de Emp no TO Amazônia)	- Analisar a influência das Cp Psico na elaboração e aperfeiçoamento de LA. - Analisar as peculiaridades dos Sit Op Ap P, CAA, G2, MCP, Log, Ap GE, Ap Ae e Cp Psico no contexto da Op em ambiente de selva. - Conduzir os trabalhos do GT na consecução de determinado objetivo (DIREÇÃO). - Apresentar LA diferentes para um problema conhecido (CRAATIVIDADE).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTADOMAIOR DO EXÉRCITO. O 72-1: Operações na Selva. ENE 1987. . ME
 21-75: Comandos Ribeirinhos. Rio de Janeiro 1977.

- „P 72-1: Operações na Selva. Brasília, 1987.
 „P 72-2: O Combate de Resistência. Brasília, 1987.
 „C 100- 5 Operações Bravilha 1987.
 „ME 100- 33- Defesa Territorial. ECENE- 1985 (RESERVADO).
 „E 35-1- Operações de Garantia da Lei e da Ordem- EME- 2002 (RESERVADO).
 „C 45- 4- Operações Psicológicas- ENE- 1999 (2ª edição).

UNIDADE DIDÁTICA (X) - OPERAÇÕES COMBINADAS

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS
NDE SESSÃO

ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
1. FUNDAMENTOS DO TRATAMENTO DAS Cp Cbn	
a. Conceitos básicos, objetivos e princípios de emprego das Cp Cbn	
b. Conceitos básicos e princípios de organização do Cbn Cbn	
c. Integração do Estado-Maior Cbn com as Forças Singulares	
d. Casos históricos	- Identificar os conceitos fundamentais, os objetivos e os princípios relativos às Cp Cbn.
2. COMANDO, CONTROLE, COMUNICAÇÕES, COMPUTAÇÃO E INTELIGÊNCIA	- Identificar a estrutura e as atribuições do Cbn Cbn.
a. Fundamentos doutrinais do comando, controle, comunicações, computação e inteligência	- Descrever os princípios de organização e funcionamento do EM Cbn.
b. Sistema Militar de Comando e Controle (SIGOM2)	- Compreender os mecanismos de integração, coordenação e controle existentes entre o Estado-Maior Cbn e os Estados-Maires das Forças Singulares.
c. Meios de Comunicações e Enlaces	- Conhecer casos históricos de Cp Cbn. - Identificar os conceitos fundamentais, os objetivos e os princípios relativos à doutrina de comando, controle, comunicações, computação e inteligência em apoio às Cp Cbn. - Identificar a estrutura e organização do SIGOM2. - Identificar os meios de comunicações e enlaces a serem utilizados em Cp Cbn.

3. PLANEJAMENTO DAS Op Cbn

- a. Processo de planejamento para as Op Cbn - Identificar os princípios gerais que regem as bases de um planejamento.
- Identificar as perguntas que devem servir de base para realização de um planejamento.
- b. Emprego dos meios navais e aéreos - Analisar um planejamento operacional em seus níveis estratégico, operacional e tático.
- Identificar as etapas do processo de planejamento para Op Cbn.
- c. Documentos de EM Cbn - Analisar as missões, a organização, as possibilidades, as limitações e as normas de emprego dos meios navais e aéreos.
- Identificar os documentos a serem confeccionados pelo EM Cbn.

05

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. Doutrina Básica de Comando Combinado (MO 22-M-02). Brasília, 2001.
- Doutrina Militar de Defesa (MO 22-M-04). Brasília, 2001.
- Manual de Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas (MO 22-M-05). Brasília, 2001.
- Doutrina Básica para Operação dos Centros de Comando e Controle do Sistema Militar de Comando e Controle (MO 21-M-02). Brasília, 2001.
- Política para o Sistema Militar de Comando e controle (PM NO 0215/MC). Brasília, 2001.
- Manual de Comunicações para Operações Combinadas (MO 21-M-01). Brasília, 2001.

ANEXO F
PLANO DA DISCIPLINA COMUNICAÇÃO SOCIAL
(2003-2006)

PLANO DE DISCIPLINA

1. OBJETIVOS PARTICULARES DA DISCIPLINA NO CURSO

- Valorizar a Comunicação Social como agente de ação de comando.
- Caracterizar a Comunicação Social como instrumento que contribui para o êxito das operações militares.
- Interpretar os fundamentos da Comunicação Social.
- Distinguir os instrumentos e as técnicas adequadas à Comunicação Social no Exército.
- Definir aspectos da produção e da difusão que possam ser empregados pelo Exército nas atividades de Comunicação Social.
- Descrever o sistema de Comunicação Social do Exército Brasileiro.
- Identificar a importância da atividade de Relações Públicas para o Exército Brasileiro.
- Manter capacidade de demonstrar segurança e convívio em suas atitudes, nas diferentes circunstâncias (AUTOCONFIANÇA).
- Demonstrar capacidade de controlar as próprias reações para continuar a agir, apropriadamente, nas diferentes situações (EQUILÍBRIO EMOCIONAL).

2. UNIDADES DIDÁTICAS:

UNIDADE DIDÁTICA 1 - COMUNICAÇÃO SOCIAL

ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA: 32 HORAS DE SESSÃO
1. COMUNICAÇÃO SOCIAL - ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	Identificar as formas básicas e os processos de interação social. Caracterizar o efeito das motivações no processo de Comunicação Social.	02
- Fundamentos da Comunicação Social	Caracterizar os fatores que influenciam a formação, o desenvolvimento e a mudança de comportamento e a atitude.	
2. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	Caracterizar a sistemática para realizar um planejamento de Comunicação Social.	05
a. A Comunicação Social no Exército Brasileiro	Descrever a estrutura do Sistema de Comunicação Social do EB e seu funcionamento.	
b. O Sistema de Comunicação Social no Exército Brasileiro	Analisar aspectos do Plano e das Normas de Comunicação Social do EB.	
	Descrever a estrutura organizacional do Centro de Comunicação Social do EB (CCOMSB).	
	Conhecer os públicos-alvo e os trabalhos desenvolvidos pelo CCOMSB.	
	Identificar as regras utilizadas no preparo de matéria para divulgação pela imprensa.	

Continuação do Plano da Disciplina Comunicação Social (CCOM)

3. RELAÇÕES PÚBLICAS	Caracterizar o conceito atual de Relações Públicas (RP).	05
a. Fundamentos das Relações Públicas	Caracterizar RP como ação educativa e gerenciadora de mudanças sociais. Identificar a estrutura de uma assessoria de RP.	
b. Metodologia das Relações Públicas	Identificar os fatores que influenciam no processo perceptivo, conclusões e aplicabilidade nas RP.	
	Caracterizar as áreas de informação, persuasão e integração nas RP.	
	Caracterizar o papel da imprensa num programa de RP.	
4. PRÁTICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	<u>Analisar a utilização dos diversos veículos de comunicação de massa.</u> Identificar as normas e regras comportamentais para o relacionamento com a imprensa. Identificar as causas geradoras de conflitos no Rel com a imprensa e a melhor forma de evitá-las.	15
	Identificar os aspectos básicos da elaboração de textos dirigidos aos Div públicos de interesse do EB.	
	Identificar as características da atividade prática da comunicação social.	
	Participar de entrevistas simuladas.	
	Utilizar as técnicas de expressão oral.	
	Agir de forma que transmita segurança ao grupo durante a discussão dirigida (AUTOCONFIANÇA).	
5. GERENCIAMENTO DE CRISE	Identificar as técnicas utilizadas no gerenciamento de crise.	05
	<u>Controlar-se durante o gerenciamento de situação-problema (EQUILÍBRIO EMOCIONAL).</u>	

Continuação do Plano de Disciplina Comunicação Social (CCPM)

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

ASSUNTO 01 - COMUNICAÇÃO SOCIAL - ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Cooperação e docagem: CEP: 2 (duas) horas

Este Assunto deve ser ministrado, em conjunto, para os alunos do 2º ano do CCQM e do 2º ano CCQM Int, do CCQM / Med e/ou do CCQM.

ASSUNTO 02 - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Cooperação e docagem: 0 Com 5h: 5 (cinco) horas

Este Assunto deve ser ministrado, em conjunto, para os alunos do 2º ano do CCQM e do 2º ano CCQM / Int, do CCQM / Med e/ou do CCQM.

ASSUNTO 03 - RELAÇÕES PÚBLICAS

Este assunto deve enfatizar a aplicação prática de ações de RP nas escolas DE, Ede e unidade.

Cooperação e docagem: CEP: 5 (cinco) horas

ASSUNTO 04 - PRÁTICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Este assunto destina-se a aplicação de exercícios práticos de oratória, dentro de situações criadas para tal fim. Recomenda-se a utilização das técnicas de análise dramática e estudo de caso, que deve ser desenvolvido para situações de Relações e Informações Públicas.

Cooperação e docagem: CEP: 15 (quinze) horas.

ASSUNTO 05 - GERENCIAMENTO DE CRISE

Este assunto deve ser ministrado valendo-se, preponderantemente, das mesmas técnicas de ensino utilizadas para o assunto Nº 4.

Cooperação e docagem: CEP: 5 (cinco) horas

- O Instrutor deverá coordenar com a SEA o desenvolvimento dos atributos que compõem a LIDERANÇA

Continuação do Plano de Disciplina Comunicação Social (CCPM)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Comunicação Social - Aspecto Introdutório

ARANGUREN, J. L. Comunicação Humana, 500 Paulo: Vozes, 1973.

CHINCY, Ely. Sociedade uma Introdução à Sociologia, Ed. São Paulo, s.d.

DAVIPOFF, Linda. Introdução à Psicologia, 500 Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

EBROATO, Miroslav. Técnicas de Comunicação em Jornalismo, Petrópolis: Vozes, 1971.

LA RAIA, Roque de Barros. Comunicação Social, Rio de Janeiro: Zahar, s.d.

MICELY, Sérgio (org). Estado e Cultura no Brasil, (S.L.): DINE, s.d.

Mito e Inovação Social, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, s.d.

MOSCOVICI, Paul. Comunicação Interpessoal, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1973.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional, (S.L.): Brasiliense, s.d.

PENTEADO, José R. Whistler. A Técnica da comunicação humana, 500 Paulo: Pioneira, 1976.

POYARES, Walter Ramos. Comunicação Social e Relações Públicas, Rio de Janeiro: AGR, 1974.

Sistema de Comunicação Social

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO (C Com S Ex). Plano de Comunicação Social do Exército, Brasília,

Normas para a Comunicação e o Funcionamento do Sistema de Com. Soc. do Exército, Brasília,

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2.434-4. Comunicação Psicológica, Brasília, 1969.

C 41-5. Assunto Civil, Brasília, 1963.

C 46-1. Ação Comunitária, Brasília, 1963.

C 100-3. Operações, Brasília, 1964.

P 45-1. Relações Públicas, Brasília, 1963.

Relações Públicas

AMODEO, Sebastião. Desenvolvimento Histórico das Relações Públicas, GL, Rio de Janeiro: Ministério do Exército, CEP, 1976.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, P 45-1. Relações Públicas, Brasília, 1963.

POYARES, Walter Ramos. Comunicação Social e Relações Públicas, Rio de Janeiro: Agr, 1974.

Ética da Comunicação Social

RAMLE, Charlotte. Manual Ético da Técnica Vocal,

pelito, Reinaldo. Como Falar Corretamente e Sem Inibições.

ANEXO G
PLANO DA DISCIPLINA ESTRATÉGIA
(2003-2006)

DISCIPLINA ESTRATÉGIA: 1º ANO**UNIDADE DIDÁTICA I - ESTRATÉGIA - ASPECTOS GERAIS**

ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA: 26 HORA
1. GEOPOLÍTICA E GEOSTRATÉGIA	Identificar as principais tendências geopolíticas e geoestratégicas.	Nº DE SESSO
a. <u>Noções de Geopolítica e Geoestratégia</u>		
2. FUNDAMENTOS DA ESTRATÉGIA	Interpretar os principais conceitos da política, da estratégia e suas relações.	
a. Política e poder nacional	Analisar situações e a concepção da ação militar para a solução de crises e conflitos.	
b. Estratégia nacional	Interpretar as estratégias de segurança.	
c. O conflito, a crise e a sua solução	Interpretar linhas de pensamento estratégico.	
d. Estratégia militar	Apresentar soluções originais e adequadas para os casos históricos e para as situações apresentadas (CRATIVIDADE).	
e. <u>Comandos de planejamento estratégico</u>		
		05
		25

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUPRE, André. Introdução à Estratégia. Rio de Janeiro: tradução de Luiz de A. Almeida, BIELUX, 1965.
- CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Estabelecimento da Estratégia. Rio de Janeiro: BIELUX, 1960. CARDOSO, Alberto Mendes. Os Três Momentos. Rio de Janeiro: BIELUX, 1967.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. Tratado da guerra. Tradução de Celso G. Dubreuil. Rio de Janeiro: BIELUX, 1955. COUTO, Abel Cabral. Elementos de Estratégia - Apresentação ao Curso. Portugal, T. Nova Espingarda Ltda, 1959. COUTO E SILVA, Godfrey do. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). Fundamentos Doutrinários. Rio de Janeiro, 1955.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. C. 100-5: Operações. Brasília, 1997.
- C. 124-1: Estratégia. Brasília, 2001.
- GOUTARD, A. A Guerra das Cruzadas Perdidas. Rio de Janeiro: BIELUX, 1957.
- KUHLLEN, Rudolf. Tática Geral do Exército. Universidade Upsala. Suécia.
- LIDDELL HART, Basil Henry. As Grandes Guerras da História. Rio de Janeiro: BIELUX, 1959.
- MAIRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica - Introdução ao Estudo. Rio de Janeiro: ESG, 1999.
- MAKINDER, Halford. Democratic Ideals and Reality. Holt. Nova York, 1919.
- MAHAN, Alfred T. The Influence of Sea Power Upon History. Little, Brown and Co. Boston, 1915.
- MEIRA MANGS, Carlos. Estratégia Militar Contemporânea. Rio de Janeiro: BIELUX, 1966.
- Geopolítica e as Políticas do Poder. Rio de Janeiro: BIELUX, 1977.
- Geopolítica e Tática. Rio de Janeiro: BIELUX, 1984.
- Brasil: Um Mundo do Brasil. Grifons Leal Ltda. São Paulo, 1950. SPYKMAN, Nicholas. American Strategy and World Politics. New York, 1942. TOYNBEE, Arnold. A Humanidade e a Mito Terra. Zahar. Rio de Janeiro, 1975.
- Tzu Sun, A Arte da Guerra. Adaptação de James Clavell. Tradução de José Siqueira. Record. Rio de Janeiro, 1990.

Continuação do Plano da Disciplina Estratégia (CCEM)

Identificar a organização básica do Exército (OBE) e a estrutura da Força Terrestre.
Relacionar a OBE, a Força Terrestre e o Min da Defesa com a estrutura militar da guerra.
Identificar a sistemática de planejamento da ação política, do preparo e emprego das Forças Armadas.
Interpretar planejamentos dos comandos do mais alto nível estratégico-operacional terrestre.
Apresentar soluções originais e oportunas para as situações apresentadas (CRATIVIDADE).

DISCIPLINA ESTRATÉGIA: 2º ANO**UNIDADE DIDÁTICA II - PLANEJAMENTO****ESTRATÉGIA**

ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA: 26 HORA
1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		Nº DE SESSO
a. Organização básica do Exército, do Ministério da Defesa e da Estrutura Militar da Guerra		
b. Sistemática de planejamento da ação política, do preparo e do emprego das Forças Armadas		
c. Planejamentos de emprego dos comandos do mais alto nível estratégico-operacional terrestre		
		26

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Decreto nº 94.055/95, de 27 de fevereiro de 1997. Projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Militar de Comando e Controle. Brasília, 1997.
- ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS (EMFA). PA-R-0280: Decreto para o Estabelecimento da Estrutura Militar da Guerra. Brasília, 1990. Reservado. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Decreto para o Estabelecimento da Estrutura Militar da Guerra no Exército. Brasília, (195). Reservado.
- _____. BIELUX.
- C. 100-5: Operações. Brasília, 1997.
- C. 124-1: Estratégia. Brasília, 2001.
- _____. Portaria Nº 007 - Res. de 30 Jun 95 - Decreto Estrutural da Estruturação do Exército. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Fundamentos Doutrinários. Rio de Janeiro, 1993.
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. C. 100-15: Operações de Grandes Comandos (Anteposul). Rio de Janeiro, 1993.

Continuação do Plano de Disciplina Estratégia (CCEM)

UNIDADE DIDÁTICA II- CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS		CARGA HORÁRIA: 16 HOR
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	NDE SESSO
1. ESTRATÉGIA DE PAÍSES E ALIANÇAS	- Identificar os objetivos e as concepções estratégicas de organizações internacionais e de alianças, com interesse direto para o Brasil.	08
a. Organizações internacionais e alianças: objetivos e concepções estratégicas	- Identificar possíveis ameaças aos objetivos do Brasil representadas pela atuação de organizações internacionais, alianças e países.	
b. Países com interesse estratégico para o Brasil: vulnerabilidades nacionais, poder militar e concepções de emprego	- Identificar as vulnerabilidades, as possibilidades e as concepções de emprego militar de países, com interesse estratégico para o Brasil.	
2. CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS DAS FORÇAS SINGULARES BRASILEIRAS	- Apresentar sugestões e apontamentos a idêntica já consagrada (CRIA/TV/CADE).	10
a. Conceção estratégica da Força Terrestre	- Identificar as concepções estratégicas das Forças Singulares.	
b. Conceção estratégica da Força Naval	- Identificar as influências das concepções estratégicas da Força Naval e da Força Aérea sobre o planejamento estratégico da Força Terrestre.	
c. Conceção estratégica da Força Aérea	- Avaliar o grau de integração das concepções estratégicas das Forças Singulares.	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		
ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. [S.l.: s.n.], [19-].		
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME). C-124-1: Estratégia. Brasília, 2001.		
ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS (EMFA). PA-8-0260: Diretrizes para o Estabelecimento de uma Estrutura Militar de Guerra. Brasília, 1960. Reservada.		Reservada
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Carta da Organização dos Estados Americanos (Protocolo de Buenos Aires). [S.l.], [19-]. MRE 45-87.		
Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). [S.l.], [19-]. MRE 47.		
STOEISSINGER, John. O Poder das Nações. [S.l.: s.n.], [19-].		

Continuação do Plano de Disciplina Estratégia (CCEM)

UNIDADE DIDÁTICA III- ESTUDOS ESTRATÉGICOS		CARGA HORÁRIA: 16 HOR
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	NDE SESSO
1. ESTUDO ESTRATÉGICO DE ÁREA OPERACIONAL	- Aplicar a metodologia do estudo estratégico de uma área operacional para atuação de dados.	09
a. Levantamento estratégico	- Elaborar a Avaliação Estratégica de Área Operacional.	
b. Avaliação estratégica	- Sugestões estratégicas de interesse do Exército a serem implementadas na Área Operacional.	
c. Exame estratégico	- Reformular o levantamento estratégico após a viagem de estudos (FLEXIBILIDADE)	
2. ESTUDO DE PROBLEMAS ESTRATÉGICOS ATUAIS OU POTENCIAIS	- Identificar os componentes dos problemas e os interesses brasileiros nele envolvidos.	04
a. Componentes dos problemas.	- Apresentar as causas e as consequências dos problemas estratégicos selecionados.	
b. Interesses brasileiros envolvidos.	- Identificar os instrumentos de interesse militar decorrentes dos problemas estudados.	
c. Causas e consequências dos problemas estratégicos.	- Identificar os possíveis reflexos dos problemas estudados para a política nacional, para o preparo e emprego das Forças Armadas do Brasil.	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME). C-124-1: Estratégia. Brasília, 2001.		
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Fundamentos Doutrinários. Rio de Janeiro. 1998.		

ANEXO H
PLANO DA DISCIPLINA POLÍTICA
(2003-2006)

PLANO DE DISCIPLINA

1. OBJETIVOS PARTICULARES DA DISCIPLINA NO CURSO

- Relacionar o estudo da Política à Estratégia.
- Caracterizar os diferentes regimes políticos contemporâneos.
- Descrever os fundamentos da política nacional.
- Caracterizar a evolução da política internacional após a 2ª Guerra Mundial.
- Caracterizar a evolução da política externa brasileira no século atual.
- Aplicar os conceitos da geopolítica na interpretação da política externa brasileira.

2. UNIDADES DIDÁTICAS:

UNIDADE DIDÁTICA I - POLÍTICA NACIONAL		CARGA HORÁRIA: 12H0
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº DE SESSO
1. INSTRUMENTOS	Caracterizar as opções políticas contemporâneas.	05
a. Instrumentos da Política	- Explicar os diversos tipos de regimes políticos.	
b. Regimes Políticos e suas influências nos campos econômico e social	- Caracterizar as divergências e as convergências dos regimes políticos.	
c. Tendências dos Regimes Políticos	- Identificar o papel dos temas econômicos e sociais nos regimes contemporâneos.	
2. POLÍTICA NACIONAL	Explicar a evolução institucional do Brasil.	04
a. Evolução Política do BRASIL	- Conhecer o funcionamento dos poderes executivo e legislativo.	
b. O Poder Executivo	- Conhecer a sistemática do processo decisório governamental.	
c. O Poder Legislativo		

Continuação do Plano da Disciplina Política (CCDM)

3. GEOPOLÍTICA

Analisar a aplicação das correntes do pensamento geopolítico nos dias atuais e suas reflexões para a

03

Correntes do pensamento geopolítico, concepção dos interesses nacionais.

Aplicação na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKENBERG, Evandro. Geopolítica Geral e do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1992. BIBLIOTECA DO EXERCITO. Retrato do Brasil: Texto de Geopolítica. Rio de Janeiro, 1986. Atlas. BOBBO, Norberto e outros. Relatório de Política. Brasília, Ed. UNB, 1989.
- CASTRO, Theresinha de. O Brasil no Mundo Atual. Rio de Janeiro: Pedro II, 1982.
- Geopolítica: Estudos, Meio e Fim. Rio de Janeiro: [s.n.], 1988.
- COITO E SILVA, Golbey do. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967. NAPRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: Introdução ao Estudo. Rio de Janeiro: ESG, 1999. MACKINDER, Halford. Democracies Means and Ends. Hof. Nova York, 1919.
- MAHAN, Alfred T. The Influence of Sea Power Upon History. Utile, Brown and CO. Boston 191 B.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. Brasil Geopolítico e Centro. Rio de Janeiro: BIBLIX, [19-].
- Uma Geopolítica Para o Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1980.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Atlas Histórico. Rio de Janeiro, 1960.
- PEDROSA, José Fernando de Moya. A Grande Barreira: Os Militares e a Esquerda Radical no Brasil (1920-1965). Rio de Janeiro: BIBLIX, 1998.
- SILVA, Golbey do Costa. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.
- SPYMAN, Nicholas. America's Strategy and World Politics. New York, 1942.
- TRAVASSOS Mário. Problema Continental do Brasil. Rio de Janeiro: EME, 1933.

UNIDADE DIDÁTICA II - POLÍTICA INTERNACIONAL		CARGA HORÁRIA: 08 H0
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº DE SESSO
1. POLÍTICA INTERNACIONAL	Conceituar política internacional.	06
a. Conceitos fundamentais.	- Conceituar política externa.	
b. A evolução da política internacional e sua estrutura atual	- Caracterizar os instrumentos da política internacional.	
c. Política internacional após a 2ª Guerra Mundial	- Descrever a estrutura da política internacional e os principais aspectos necessários à compreensão dos quadros estratégicos mundiais/regionais e locais.	
d. Política externa brasileira	- Interpretar o sentido do desenvolvimento da política internacional do século XIX.	
	- Identificar os acontecimentos que criaram condições necessárias à reestruturação das relações internacionais no pós-guerra.	
	- Caracterizar a atual diplomacia do Brasil.	

Continuação do Plano da Disciplina Política (CCEN)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Theresinha de. O Brasil no Mundo Atual. Rio de Janeiro: Pedro II, 1982.
BOBBIO, Norberto e outros. Dicionário de Política. Brasília, Ed. UnB, 1989.
TRAVASSOS, Mário. Problema Continental do Brasil. Rio de Janeiro: EME, 1933.

UNIDADE DIDÁTICA II-CONJUNTURA POLITICA

CARGA HORÁRIA: 05 HO

ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº DE SESS/
4. SITUAÇÃO POLITICA DO BRASIL	Caracterizar a realidade política brasileira, aplicando os conhecimentos sobre as suas raízes histórico-culturais.	0
a. Organização, Regime e Tendências	Caracterizar o cenário brasileiro e as Forças Armadas.	5
b. O cenário brasileiro e as Forças Armadas	Analisar a Política de Defesa Nacional.	
c. Política de Defesa Nacional.		

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIENGER, Evairido. Geopolítica Geral e do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLEX, 1952. BIBLIOTECA DO EXÉRCITO. Estado do Brasil: Teoria de Geopolítica. Rio de Janeiro, 1965. Atlas. BOBBIO, Norberto e outros. Dicionário de Política. Brasília, Ed. UnB, 1989.
CASTRO, Theresinha de. O Brasil no Mundo Atual. Rio de Janeiro: Pedro II, 1982.
_____. Geopolítica: Princípios, Métodos e Fins. Rio de Janeiro: Jun., 1986.
LULA DA SILVA, Mz. Início. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, Presidência da República, 2009.
MEIRA MATTOS, Carlos de. Brasil: Geopolítica e Defesa. Rio de Janeiro: BIBLEX, (19-).
_____. Uma Geopolítica Pan-Americana. Rio de Janeiro: BIBLEX, 1960.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Atlas Histórico. Rio de Janeiro, 1992.
SIVA, Gilbery do Couto. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympo, 1962.
TRAVASSOS, Mário. Problema Continental do Brasil. Rio de Janeiro: EME, 1933.

ANEXO I

PLANO DA DISCIPLINA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

(2003-2006)

DISCIPLINA GLO: 1º ANOAPROVADO Adt BIDEF Nr 041, de 09 Jun 05 CARGA
HORÁRIA: 20 HORAS**UNIDADE DIDÁTICA 1- OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS**

ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº DE SESSÕES
I. OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS		
a. Fundamentação das Op Psico	Enumerar os conceitos fundamentais, os objetivos e os princípios relativos às Op Psico. Identificar as técnicas de propaganda e contrapropaganda.	
1) Conceitos básicos, objetivos e princípios		
2) Estado do público-alvo	Aplicar o método de estudo de situação nas operações psicológicas. Selecionar documentos de estado maior.	
3) Técnicas de propaganda e contra-propaganda: análise e interpretação	Planejar operações psicológicas.	
b. Pl das Operações Psicológicas	Avaliar o planejamento de operações psicológicas.	
1) Gel Sit de Operações psicológicas	Descrever as atividades desenvolvidas pelo ComdG e pelo COTGR. Descrever as atividades desenvolvidas pelo COTGR.	23
2) Documentos de Estado Maior	Conduzir e coordenar os trabalhos de seu GT (DIREÇÃO). Apresentar uma solução para um planejamento de operação psicológica eficiente e original (CRIATIVIDADE)	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO (ComdG). Normas para o Funcionamento do Sistema de Comunicação Social do Exército, Brasília, 1993.

_____. Plano de Comunicação Social do Exército, Brasília, 2003. ESTABO-MAIOR CO

EXÉRCITO. Pl 454-4: Operações Psicológicas, Brasília, 1999.

LINHARQUES, Paulo N. A Guerra Psicológica, Rio de Janeiro: GRUPO, 1967.

DISCIPLINA GLO: 2º ANO (CARGA HORÁRIA TOTAL: 175H)

Nº DE SESSÕES

UNIDADE DIDÁTICA 1- SUBVERSÃO INTERNA

ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA: 48 HORAS
I. MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS		
a. Doutrina dos Movimentos Revolucionários	Identificar as causas dos movimentos revolucionários (Mvt Rev).	
b. Conjuntura Internacional	Descrever as características dos Mvt Rev.	
c. Movimentos revolucionários	Caracterizar as metas dos Mvt Rev.	
d. Outras ameaças	Explicar os conceitos de subversão e luta armada.	
e. Conjuntura nacional	Avaliar a conjuntura internacional sob o enfoque da Seg Int.	
f. Forças Armadas	Identificar os agentes, os processos e as atividades de ação revolucionária de um Mvt Rev.	
g. Influência político-ideológica na organização, desenvolvimento e atuação de potenciais Forças Armadas, no Brasil	Caracterizar a ação revolucionária desenvolvida pelos Mvt Rev.	
	Avaliar a conjuntura nacional sob o enfoque da Seg Int.	
	Identificar os grupos, movimentos, entidades e organizações que, na atualidade, reúnem potencial para transformarem-se em potenciais Forças Armadas no Brasil.	
	Avaliar as possibilidades e vulnerabilidades de potenciais Forças Armadas no Brasil.	
	Avaliar a influência político-ideológica na organização, desenvolvimento e atuação de potenciais Forças Armadas, no Brasil.	
	Adotar e defender a decisão do GT (DISCIPLINA INTELECTUAL).	

30

Identificar capacidade de detectar o fundamental do supérfluo para a resolução de uma tarefa ou solução de um problema (CRIATIVIDADE).

2. CONCEPÇÃO GERAL DA SEGURANÇA INTERNA

- a. Segurança Nacional
- b. Segurança Interna
- c. Legislação de Segurança Interna
- d. Garantia da Lei e da Ordem (GLO)

Descrever os conceitos básicos relativos à Seg Nacional.
Apresentar o conceito de Segurança Interna.
Descrever os conceitos básicos relativos à segurança interna. Relacionar os diversos sistemas correlacionados à segurança interna.
Apresentar as diferenças entre os conceitos de Defesa Pública, Defesa Civil e GLO.
Citar as condicionantes de Emp da F Ter na Seg Intr.
Descrever a concepção G de Emp da F Ter na GLO.
Interpretar os objetivos da Segurança Interna.
Listar os dispositivos legais de interesse da Segurança Interna.
Apresentar a diferença entre GLO e Segurança Interna.
Analisar a atuação dos órgãos responsáveis pela Seg Pública.
Caracterizar a participação das Forças Legais no quadro de GLO.
Identificar as principais atribuições do Coordenador de Segurança de Área (CSA).
Identificar os aspectos jurídicos do emprego das Forças Armadas em Op GLO.
Identificar os principais documentos da F Ter para o Pj Op GLO.
Conduzir e coordenar os trabalhos de ses GT (DIREÇÃO).
Controlar-se durante as discussões em grupo (EQULIBRIO EMOCIONAL).

29

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
Lei Complementar Nº 37, de 09 Jun 99
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME)
Variações de ECEME 02 - ME 200-5
Atos 27 - Movimento Comunista Internacional. Rio de Janeiro, 1975. CP / CAEM.
PSI - Movimento Comunista no Brasil. Rio de Janeiro, 1976. CP / CAEM.
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)
Manual Básico. Rio de Janeiro 1995.
Fundamentos Doutrinários da FCGS
Operações de GLO - FCGS-1 (FME). Brasília, 2002.
Base para a modernização da Doutrina de Emprego da F Ter na Defesa Interna. (27) (Doutrina ALPA)

„Estratégia, Edg 2001 - C 124-1

„Glossário de termos e expressões para uso no Exército. C 20-020

UNIDADE PRÁTICA III: OPERAÇÕES DE GLO

ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA: 91 HORAS NOE: <u>SESSÕES</u>
1. PLANEJAMENTO DE OPERAÇÕES DE GLO		
a. Introdução ao planejamento Condicionantes doutrinais de interesse do planejamento	Analisar a atuação das Forças adversas num quadro de GLO, tendo em vista a elaboração dos P Seg Intr nos níveis ZSI, ASI e SASI.	
b. Pj nos níveis ZSI, ASI e SASI (fase preventiva)	Aplicar o método de estudo de situação num quadro de GLO para realizar o Pj Seg Intr nos níveis operacional e tático.	
1) Divisão territorial	Elaborar PSI nos níveis ZSI, ASI e SASI (fase preventiva).	
2) Atribuição de Rampl de Cmbd	Descrever as peculiaridades do Ap Com Etl na Op GLO.	
c. Pj nos níveis ZSI, ASI e SASI (fase operativa)	Utilizar a estrutura dos meios de comunicações existentes em proveito da GLO.	
d. Apoio de Com Etl	Aplicar o método de Etl Sd no Pj das Op GLO na fase operativa.	
e. Ap Log: ver assunto 02 VI 01	Elaborar uma ordem de operações para Op GLO na fase operativa.	
f. Documentos de Estado-Maior	Planejar Op GLO na fase operativa.	
g. Pj de Seg Integrada e seus anexos	Planejar Op GLO na fase operativa em uma Sit de conduta.	
	Interpretar as expedições das PA do Brasil no Cmbd na F Adv.	58
	Elaborar Regras de Engajamento Realizar o Pj de Op Psico nas fases preventiva e operativa.	
	Elaborar notas para imprensa, no contexto de Op GLO, na fase operativa.	
	Formular Unhas de Ação originais para a solução de problemas apresentados (CRIATIVIDADE).	
	Adotar e defender a decisão do GT, mesmo tendo outra opinião (DISCIPLINA INTELLECTUAL).	
	Controlar-se durante as discussões em grupo (EQUILIBRIO EMOCIONAL).	
	Apresentar seus planejamentos com segurança e convicção (AUTO-CONFIANÇA).	

2. OPERAÇÕES CONTRA FORÇAS ADVERSAS EM AMBIENTE RURAL	- Aplicar o método de estudo de situação no planejamento das operações contra forças adversas em ambiente rural.
a. Planejamento das operações	- Delimitar uma zona de operações.
1) Método de estudo de situação	- Organizar uma Força de Pacificação.
2) Zona de Operações (ZOp): delimitação e isolamento das forças adversas	- Planejar o emprego da Aviação do Exército e F. Esp. em Op. C.F. Adv. em ambiente rural.
3) Força de Pacificação: Org, Mta e Emp	- Descrever as possibilidades da F. Aé. e F. Nav. num quadro de Op. C.F. Adv. em ambiente rural.
4) Situação de conduta	- Elaborar uma O. Op. num quadro de operações C.F. Adv. em ambiente rural.
5) Documentos de Estado-Maior	- Descrever as peculiaridades das Atv. Intlg. nas Op. C.F. Adv.
b. Emp. da Aviação do Exército e F. Esp.	- Planejar o emprego da Art, Eng e Com. E. B. num quadro de Op. C.F. Adv. Ambiente Ru.
c. Emprego da F. Aérea e F. Naval	- Coordenar os trabalhos de seu GT (DIREÇÃO).
d. Apoio Logístico; ver assunto 03 V 102	- Apresentar seus planejamentos com segurança e convicção (AUTOCOMPAÑIA).
e. Emprego da Art, Eng e Com. E. B.	
f. Atv. Intlg. nas Op. C.F. Adv. Amb. Rural	
g. Aplicação dos fundamentos da Op. C.F. Adv. em Ambiente Rural	

33

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
- _____. Lei Complementar Nº 97, de 09 jun 99.
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME). Anteprojeto. _____. P. 101-5: Estado-Maior e Estado. Rio de Janeiro, 2002. Anteprojeto. _____. P. 1-1- Emprego da Aviação do Exército. _____. P. 24-1: Emprego da Guerra Eletrônica. Rio de Janeiro, EMB 99. _____. ME 220-5: Vocabulário da ECEME. Rio de Janeiro, 2002. _____. ME 220-3: Ap. Log. na DE e na Bda - ECEME 2002.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). Manual Básico. Rio de Janeiro, 1999.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO: C. 11-1: Emprego das Comunicações. Brasília, 1955.
- _____. C. 100-5: Operações. Brasília, 1955.
- _____. C. 124-1: Estratégia.
- _____. C. 100-10: Logística Militar Terrestre 2002 (anteprojeto). _____. C. 111.
- 20: Comunicações na Defesa. Brasília, 1995.
- C. 23-23: Abreviaturas, Símbolos e Conversões Cartográficas. Brasília, 2002.
- _____. P. 25-1: Operações de G.O. (Bases). Brasília, EMB 02.
- _____. P. 23-23: Operações de Forças Especiais. Brasília, 1991.
- J.P. 100-2. Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da F. Ter. na Defesa Interna (Doutrina ALFA)/1997 (Reservado) _____. IG 10-51: Instruções Gerais para a Subseção de Assuntos Políticos. Brasília, 2001.
- P. 26-1: A Atividade de Inteligência Militar - 1ª Parte - Conceitos Básicos. P. 26-2: Plano Inteligência (A. Produção do Conhecimento de Inteligência). P. 26-3: Plano Contra-Inteligência. P. 26-4: Operações de Inteligência. Plano de Inteligência do Exército (P. Intlg.).

UNIDADE DIDÁTICA IV - DEFESA TERRITORIAL

CARGA HORÁRIA: 16 HORAS

NDE SESSÕES

ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
1. DEFESA TERRITORIAL	Interpretar os conceitos fundamentais relativos à Def Ter.	
a. Introdução à Defesa Territorial	Analisar a estrutura organizacional necessária à Def Ter.	
1) Conceição geral	Analisar a Civ Ter em tempo de paz tendo em vista a Def Ter.	
2) Estrutura organizacional	Analisar as missões da Gd Ter.	
3) Meios disponíveis	Descobrir a estatística utilizada no Pj Def Ter.	
4) Guarda Territorial	Identificar pontos e áreas sensíveis para a Def Ter.	
5) Pontos e áreas sensíveis	Identificar as atribuições dos diferentes escalões envolvidos no Pj e na execução das Aq de Def Ter.	19
b. Pj das operações de Def Ter	Identificar os Fm que condicionam a Rq Pj das Cp Def Ter.	
1) Sistemas de planejamento	Identificar os meios disponíveis para emprego na Def Ter.	
2) Pj de uma área de Def Ter (ADT)	Elaborar o Pj de uma ADT.	
c. Apoio Logístico (ver assunto 02 VII 04)	Conhecer a participação da AAe e da F Aa no contexto da SIDAABRA para a D Aepo, na ZL.	
	Conduzir e coordenar os trabalhos de seu GT (DIREÇÃO).	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. ...
Lei do Serviço Militar e seu Regulamento. Brasília, 1988. ESCOLA DE
 COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME).
MS 100-20: Defesa Territorial. Rio de Janeiro, 1965. Reservado.
 ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. R 20-20: Mobilização do Pessoal. Brasília, 1975. ...
Manual de Mobilização do Exército. Brasília, 1984. 1ª Parte, Reservado.
 R 125: Regulamento para os TG e Escola de Instrução Militar. 2002

ANEXO J
SURVEY COM OFICIAIS-ALUNOS
(JUNHO DE 2007)

Este anexo é resultado de uma pesquisa realizada entre 23 oficiais-alunos do último ano do Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME, com um total de 121 alunos. A escolha dessa população foi baseada na percepção de que os entrevistados já teriam passado por boa parte do curso disponibilizado pela Escola e, portanto, forneceriam respostas mais significativas.

Não representa uma amostra probabilística, pelas seguintes razões: 1) Os entrevistados não eram obrigados a responder ao questionário, e em quase todos os escalões do oficialato há uma tendência em evitar a discussão de assuntos "políticos" publicamente⁶⁸; 2) Os questionários foram distribuídos apenas aos oficiais-alunos que se dispuseram a respondê-los e cujo retorno era previsto. Considero essa investigação, realizada por correspondência em meados de junho de 2007, como um primeiro contato com esse universo e com os problemas que surgiram no decorrer das respostas. Acredito que, apesar da limitação, poderá ser útil para inspirar trabalhos futuros.

O survey está dividido em cinco partes. A primeira parte trata das percepções dos oficiais sobre o Brasil e seus problemas. A segunda parte aborda questões a respeito da idéia de ordem, democracia, bem comum e do binômio segurança e desenvolvimento. Em seguida, percepções a respeito das Forças Armadas, da profissão militar e do relacionamento com civis. Na quarta parte, os assuntos são Ministério da Defesa e Política de Defesa Nacional. Para finalizar, questão sobre as missões militares do novo contexto. Importante destacar que algumas perguntas foram feitas à semelhança do questionário aplicado a oficiais da Marinha por D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; CHEIBUB, Zairo Borges (2002), e a comparação entre as respostas dadas por oficiais das Forças Terrestre e Naval pode ser um exercício interessante.

⁶⁸ Oficial inferior: segundo e primeiro tenente. Oficial intermediário: capitão. Oficial superior: major, tenente-coronel, coronel e general (de brigada, de divisão e de exército).

Perfil dos Entrevistados

Tabela 1 - Distribuição regional da amostra de oficiais respondentes

	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Sudeste	14	60,9	60,9
Nordeste	4	17,4	78,3
Sul	1	4,3	82,6
Centro-este	3	13,0	95,7
Norte	1	4,3	100,0
Total	23	100,0	

PRIMEIRA PARTE

Percepções sobre o Brasil

1. A seu ver quais os problemas mais críticos do Brasil atualmente?

Tabela 2 – Quais os problemas mais críticos do Brasil atualmente (por ordem de relevância)

	Altament e crítico	Muito crítico	Crítico	Pouco crítico	Min. crítico	Total
Opção 1 - Sucateamento das universidades federais, das escolas públicas, má qualidade do ensino superior público e privado.	5 (21,7%)	8 (34,8%)	6 (26,1%)	2 (8,7%)	2 (8,7%)	23 (100%)
Opção 2 - Aumento dos conflitos pela posse da terra, crime organizado, narcotráfico, conflitos envolvendo indígenas e fazendeiros, outros.	10 (43,5%)	5 (21,7%)	3 (13,0%)	5 (21,7%)	0 (0,0%)	23 (100%)
Opção 3 - Dívida interna, dívida externa, má distribuição de renda, desemprego, desigualdades regionais.	6 (26,1%)	4 (17,4%)	8 (34,8%)	4 (17,4%)	1 (4,3%)	23 (100%)
Opção 4 - Má qualidade do serviço público de saúde, má formação dos médicos, carestia dos planos de saúde.	1 (4,3%)	5 (21,7%)	4 (17,4%)	9 (39,1%)	4 (17,4%)	23 (100%)
Opção 5 - Policiamento das fronteiras, desequilíbrio regional provocado por outros países, meio ambiente, crimes transnacionais.	0 (0,0%)	2 (8,7%)	2 (8,7%)	3 (13,0%)	16 (69,6%)	23 (100%)

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

2. Quais seriam as principais causas dos problemas apontados pelo senhor?

Tabela 3 – Principais causas dos problemas apontados (por ordem de relevância)

	1ª Causa	2ª Causa	3ª Causa	4ª Causa	5ª Causa	Total
Opção 1 – Globalização	1 (4,3%)	0 (,0%)	0 (,0%)	3 (13,0%)	19 (82,6%)	23 (100,0%)
Opção 2 - Política	11 (47,8%)	5 (21,7%)	5 (21,7%)	1 (4,3%)	1 (4,3%)	23 (100,0%)
Opção 3 – História - cultura- colonização.	6 (26,1%)	2 (8,7%)	6 (26,1%)	8 (34,8%)	1 (4,3%)	23 (100,0%)
Opção 4 – Povo (pouco exigente, individualista, indolente, pacífico)	4 (17,4%)	10 (43,5%)	6 (26,1%)	2 (8,7%)	1 (4,3%)	23 (100,0%)
Opção 5 - Legislação	1 (4,3%)	6 (26,1%)	6 (26,1%)	9 (39,1%)	1 (4,3%)	23 (100,0%)

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

3. Nos próximos anos, o senhor acredita que a situação do País vai:

Tabela 4 – Nos próximos anos a situação do País vai:

	Frequência	Percentual	Perc. acumulado
Melhorar muito	1	4,3	4,3
Melhorar um pouco	15	65,2	69,6
Ficar igual	1	4,3	73,9
Piorar um pouco	3	13,0	87,0
Piorar muito	3	13,0	100,0
Total	23	100,0	

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

4. Se dentro de dez anos o Brasil não tiver resolvido substancialmente as desigualdades sociais, a que riscos o senhor considera que o País estará sujeito?

Tabela 5 – Se dentro de dez anos o Brasil não tiver resolvido substancialmente as desigualdades sociais, a que riscos o senhor considera que o País estará sujeito?

		Frequência
Estado crônico de convulsão social	Nenhuma chance	5
	Alguma chance	11
	Muita chance	7
Inviabilização da economia de mercado	Nenhuma chance	5
	Alguma chance	17
	Muita chance	1
Situação de apartheid social	Nenhuma chance	12
	Alguma chance	10
	Muita chance	1
Ascensão ao poder de movimentos extremistas	Nenhuma chance	7
	Alguma chance	13
	Muita chance	3
Quebra de unidade territorial do País	Nenhuma chance	18
	Alguma chance	5
	Muita chance	0
Aumento do poder das organizações criminosas	Nenhuma chance	1
	Alguma chance	5
	Muita chance	17

SEGUNDA PARTE

Ordem, Democracia, Bem Comum, Desenvolvimento e Segurança

5. O conflito entre grupos é prejudicial ao País?

Tabela 6 – O conflito entre grupos é prejudicial ao País?

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Concordo	20	87,0	87,0
Concordo em parte	3	13,0	100,0
Discordo	0	0,0	100,0
Total	23	100,0	

Fonte: banco de dados elaborado a partir do survey realizado com os oficiais

6. Na opinião do senhor, quais as características mais importantes de uma democracia?

Tabela 7 – As características mais importantes de uma democracia.

	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	Total
1 - Liberdade de expressão / imprensa	3 (13,0%)	3 (13,0%)	2 (8,7%)	4 (17,4%)	2 (8,7%)	3 (13,0%)	6 (26,1%)	23 (100%)
2 - Participação política / voto	3 (13,0%)	3 (13,0%)	4 (17,4%)	3 (13,0%)	3 (13,0%)	6 (26,1%)	1 (4,3%)	23 (100%)
3 - Alternância no poder (pelo voto em um político)	0 (0,0)	2 (8,7%)	3 (13,0%)	3 (13,0%)	5 (21,7%)	5 (21,7%)	5 (21,7%)	23 (100%)
4 - Partidos políticos e representação de interesses	0 (0,0)	1 (4,3%)	1 (4,3%)	5 (21,7%)	4 (17,4%)	5 (21,7%)	7 (30,4%)	23 (100%)
5 - Igualdade de oportunidades e direitos para todos	7 (30,4%)	3 (13,0%)	4 (17,4%)	3 (13,0%)	4 (17,4%)	1 (4,3%)	1 (4,3%)	23 (100%)
6 - Liberdade com responsabilidade	6 (26,1%)	5 (21,7%)	5 (21,7%)	3 (13,0%)	1 (4,3%)	1 (4,3%)	2 (8,7%)	23 (100%)
7 - Transparência / responsabilidade / controle	4 (17,4%)	6 (26,1%)	4 (17,4%)	2 (8,7%)	4 (17,4%)	2 (8,7%)	1 (4,3%)	23 (100%)

Fonte: banco de dados elaborado a partir do survey realizado com os oficiais

7. Na sua opinião, quais desses fatores pode comprometer o desenvolvimento da democracia no Brasil?

Tabela 8 – Fatores que podem comprometer a democracia no Brasil.

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	Total
1 - Corrupção - falta de transparência...	14 (60,9%)	6 (26,1%)	2 (8,7%)	1 (4,3%)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	23 (100,0%)
2 - Pobreza e desigualdade social	0 (0,0)	5 (21,7%)	8 (34,8%)	6 (26,1%)	1 (4,3%)	3 (13,0%)	0 (0,0)	0 (0,0)	23 (100,0%)
3 - Falta de tradição partidária	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (8,7%)	2 (8,7%)	7 (30,4%)	6 (26,1%)	2 (8,7%)	4 (17,4%)	23 (100,0%)
4 - Clientelismo / corporativismo	1 (4,3%)	6 (26,1%)	1 (4,3%)	5 (21,7%)	4 (17,4%)	2 (8,7%)	3 (13,0%)	1 (4,3%)	23 (100,0%)
5 - Concentração de poderes no executivo	1 (4,3%)	3 (13,0%)	2 (8,7%)	4 (17,4%)	2 (8,7%)	4 (17,4%)	2 (8,7%)	5 (21,7%)	23 (100,0%)
6 - Falta de igualdade de direitos e oportunidades	7 (30,4%)	1 (4,3%)	7 (30,4%)	4 (17,4%)	2 (8,7%)	0 (0,0)	1 (4,3%)	1 (4,3%)	23 (100,0%)
7 - Crime organizado / narcotráfico	0 (0,0)	2 (8,7%)	1 (4,3%)	0 (0,0)	6 (26,1%)	5 (21,7%)	8 (34,8%)	1 (4,3%)	23 (100,0%)
8 - Grupos de extermínio	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	1 (4,3%)	2 (8,7%)	3 (13,0%)	7 (30,4%)	10 (43,5%)	23 (100,0%)

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

8. É justificável ferir direitos legítimos de alguns indivíduos ou grupos para implementar políticas que atendam ao interesse geral?

Tabela 9 – É justificável ferir direitos individuais ou de grupos para implementar políticas de interesse geral?

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Concordo	10	43,5	43,5
Concordo em parte	9	39,1	82,6
Discordo	4	17,4	100,0
Total	23	100,0	

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

9. Para alcançar o desenvolvimento é fundamental que o País tenha segurança?

Tabela 10 – Para alcançar o desenvolvimento é fundamental o País ter segurança?

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Concordo	23	100,0	100,0
Concordo em parte	0	0,0	100,0
Discordo	0	0,0	100,0
Total	23		

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

TERCEIRA PARTE

Percepções sobre as Forças Armadas, Profissão e Relacionamento Civil-Militar

10. O senhor acredita que nos últimos 21 anos a situação das Forças Armadas Brasileiras:

Tabela 11 – Nos últimos 21 anos a situação das Forças Armadas Brasileiras:

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Melhorou	5	21,7	22,7	22,7
Nem melhorou nem piorou (está igual)	3	13,0	13,6	36,4
Piorou	14	60,9	63,6	100,0
Total	22	95,7	100,0	
Missing	1	4,3		
	23	100,0		

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

11. Na sua opinião, quais são hoje os maiores problemas das Forças Armadas?

Tabela 12 – Na sua opinião quais são hoje os maiores problemas das Forças Armadas?

	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	Total
1 – Orçamento.	12 (54,5%)	3 (13,6%)	3 (13,6%)	1 (4,5%)	2 (9,1%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (4,5%)	22 (100%)
2 – Salários.	1 (4,5%)	7 (31,8%)	4 (18,2%)	3 (13,6%)	4 (18,2%)	3 (13,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	22 (100%)
3 - Desprestígio social.	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (9,1%)	1 (4,5%)	4 (18,2%)	8 (36,4%)	2 (9,1%)	5 (22,7%)	22 (100%)
4 - Pouco interesse do Cong. Nacional por questões de defesa	5 (22,7%)	3 (13,6%)	6 (27,3%)	4 (18,2%)	2 (9,1%)	2 (9,1%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	22 (100%)
5 - Incompreensão acerca do papel das Forças Armadas.	1 (4,5%)	2 (9,1%)	4 (18,2%)	8 (36,4%)	5 (22,7%)	2 (9,1%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	22 (100%)
6 - Revanchismo político.	2 (9,1%)	7 (31,8%)	3 (13,6%)	5 (22,7%)	4 (18,2%)	1 (4,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	22 (100%)
7 - Falta de interesse dos jovens pela carreira das armas.	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	3 (13,6%)	11 (50,0%)	8 (36,4%)	22 (100%)
8 - Possibilidade de quebra de hierarquia e disciplina por baixos salários.	2 (9,1%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (4,5%)	3 (13,6%)	8 (36,4%)	8 (36,4%)	22 (100%)

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

12. Na sua opinião os militares devem ter uma política salarial e previdenciária diferentes dos demais servidores federais?

Tabela 13 – Na sua opinião os militares devem ter uma política salarial e previdenciárias diferenciadas?

	Frequencia	Percentual	Percentual acumulado
Sim	23	100,0	100,0
Não	0	0,0	0,0
Total	0	100,0	100,0

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

13. Para alguns estudiosos, uma forma de sensibilizar a sociedade para os assuntos de defesa seria permitir que civis participassem dos cursos disponibilizados por escolas militares. O senhor concorda?

Tabela 14 – Uma forma de sensibilizar a sociedade para os assuntos de defesa seria permitir que civis participassem dos cursos disponibilizados por escolas militares. O senhor concorda?

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Sim	20	87,0	87,0
Não	3	13,0	100,0
Total	23	100,0	

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

14. Na sua opinião, quem, fundamentalmente, deveria decidir sobre as questões apresentadas no quadro abaixo?

Tabela 15 – Na sua opinião, quem, fundamentalmente, deveria decidir sobre as questões abaixo?

	Decisão	Frequência	Percentual
Tamanho das forças armadas	Executivo	0	0,0
	Legislativo	1	4,3
	FAB separadamente	1	4,3
	Os três em conjunto	21	91,3
		23	100,0
Orçamento das forças armadas	Executivo	0	0,0
	Legislativo	1	4,3
	FAB separadamente	1	4,3
	Os três em conjunto	20	87,0
		23	100,00
Critérios de promoção da carreira militar	Executivo	0	0,0
	Legislativo	0	0,0
	FAB separadamente	23	100,0
	Os três em conjunto	0	0,0
		23	100,00

Educação nas escolas militares	Executivo	0	0,0
	Legislativo	0	0,0
	FAB separadamente	23	100,0
	Os três em conjunto	0	0,0
		23	100,00
Produção/compra/venda de armamentos	Executivo	0	0,0
	Legislativo	0	0,0
	FAB separadamente	11	47,8
	Os três em conjunto	12	52,2
		23	100,00
Salários dos militares	Executivo	1	4,3
	Legislativo	1	4,3
	FAB separadamente	3	13,0
	Os três em conjunto	18	78,3
		23	100,00
Política de defesa nacional	Executivo	1	4,3
	Legislativo	0	0,0
	FAB separadamente	0	0,0
	Os três em conjunto	22	95,7
		23	100,00

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

15. Na sua opinião quais palavras caracterizam melhor as Forças Armadas Brasileiras?

Tabela 16 – Na sua opinião quais palavras caracterizam melhor as Forças Armadas Brasileiras?

	Frequência	Percentual
Perenidade	20	18,2
Tradição	20	18,2
Nação	19	17,3
Unidade	19	17,3
Transparência	11	10,0
bem comum	10	9,1
ciência e tecnologia	6	5,5
discussão de idéias	5	4,5
interesses corporativos	0	0,0
Total	110	100,0

QUARTA PARTE

Ministério da Defesa e Política de Defesa Nacional

16. Com relação à criação do Ministério da Defesa, marque a alternativa que expressa melhor a sua opinião.

Tabela 17 – Qual a sua opinião sobre a criação do Ministério da Defesa?

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Trouxe grandes mudanças institucionais	3	13,0	13,0
Trouxe poucas mudanças institucionais	20	87,0	100,0
Não trouxe nenhuma mudança institucional	0	0,0	100,0
Não tenho opinião formada	0	0,0	100,0
Total	23	100,0	

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

17. Com relação à Política de Defesa Nacional, qual alternativa expressa melhor sua opinião?

Tabela 18 – Com relação à Política de Defesa Nacional, qual alternativa expressa melhor sua opinião?

	Frequência	Percentual
Opção 1 - É um documento ainda embrionário nas questões de defesa	14	51,9
Opção 3 - É um documento similar ao que as Forças Armadas pensam sobre as questões de defesa	7	25,9
Opção 5 - Não tenho opinião formada	3	11,1
Opção 4 - É um documento diferente do que as Forças Armadas pensam sobre as questões de defesa	2	7,4
Opção 2 - É um documento avançado nas questões de defesa	1	3,7
	27	100,0

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

QUINTA PARTE

Missões Militares

18. Na sua opinião, os militares devem ser chamados a:

Tabela 19 – Na sua opinião, os militares devem ser chamados a:

	Frequência	Percentual
Participar de campanhas sociais de emergência		
sim	23	100,0
não	0	0,0
total	23	100,0
Colaborar no combate ao contrabando nas fronteiras		
sim	21	95,5
não	1	4,5
total	22	100,0
Fazer apreensões de armas nas favelas		
sim	6	26,1
não	17	73,9
total	23	100,0
Colaborar no controle de conflitos civis no campo e na cidade		
sim	18	78,3
não	5	21,7
total	23	100,0
Colaborar com campanhas de preservação do meio ambiente		
sim	15	65,2
não	8	34,8
total	23	100,0
Colaborar no combate ao narcotráfico		
sim	17	73,9
não	6	26,1
total	23	100,0

19. Na sua opinião, a participação das forças armadas em missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) aumenta a projeção/influência do País no cenário internacional?

Tabela 20 – Na sua opinião, a participação das forças armadas em missões de paz da ONU aumenta a projeção do País no cenário internacional?

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Sim	23	100,0	100,0
Não	0	0,0	100,0
Total	23	100,0	100,0

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais

20. Na sua opinião qual das regiões é, em termos militares, estrategicamente mais vulnerável?

Tabela 21 – Na sua opinião qual das regiões é, em termos militares, estrategicamente mais vulnerável?

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Atlântico Sul	2	8,7	8,7
Bacia do Prata	1	4,3	13,0
Amazônia	20	87,0	100,0
Total	23	100,0	

Fonte: banco de dados elaborado a partir do *survey* realizado com os oficiais